

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RAYZA OLIVEIRA

**PROJETO DE SENSIBILIZAÇÃO TURÍSTICA NA COMUNIDADE DA BARRA DO
SUPERAGUI - PR**

CURITIBA

2017

RAYZA OLIVEIRA

**PROJETO DE SENSIBILIZAÇÃO TURÍSTICA NA COMUNIDADE DA BARRA DO
SUPERAGUI - PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado às disciplinas de Orientação e Supervisão de Estágio e Projeto em Planejamento e Gestão de Turismo II, Curso de Bacharelado em Turismo, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Sandro dos Campos Neves

CURITIBA

2017

*MATA ATLÂNTICA TE LEVANTA
DEIXA O MEU PEITO ABERTO
PRA TI PLANTAR NA ESPERANÇA
PRA TI MOSTRAR PROS MEUS NETOS
LUIS PEREQUÊ
POETA E COMPOSITOR CAIÇARA*

RESUMO

Comunidades caiçaras localizadas em Unidades de Conservação lidam diariamente com restrições de uso e manejo do espaço em que vivem, podendo ter dificuldades para desenvolver alternativas de renda que condizem com as diretrizes da unidade. Diante dessas restrições, o presente projeto buscou compreender, através de pesquisa bibliográfica e de campo, o funcionamento da atividade turística da região da Barra de Superagui, localizada no litoral norte do Paraná, bem como o grau de envolvimento da comunidade e o interesse em implementar um projeto de sensibilização turística. São abordados, portanto, os conceitos necessários para a compreensão do tema e que justificam a implementação de um projeto de sensibilização que vislumbra o maior engajamento da comunidade em todos os processos do desenvolvimento do turismo comunitário. São abordadas também as estratégias necessárias para sensibilizar, conscientizar e estimular a comunidade da Barra de Superagui, a fim de que reconheçam sua importância na dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando crescimento econômico com a preservação e manutenção dos patrimônios ambiental, histórico e cultural.

Palavras-chaves: Turismo de base Comunitária, Parque Nacional do Superagui, Sensibilização Turística, Barra de Superagui, Comunidades Caiçaras

ABSTRACT

Caiçaras communities located in Protected Areas (conservation areas) daily must deal with restrictions of use and management of the space in which they live, may having difficulties to develop alternative income that are consistent with the guidelines of the unit. Given these constraints, this project tried to understand, through bibliographical and field research, the functioning of the tourist activity in the region of Superagui Island, located on the northern coast of Paraná, as well as the community commitment and interest in implement a project to raise environmental awareness. The necessary concepts are covered for understanding the topic and for the implementation of an awareness-raising project that envisions the greater engagement of the community in all processes of the development of Community tourism. Also, the necessary strategies to sensitize, educate and stimulate the Superagui Island community, in order to recognize your importance in the dimension of tourism as a generator of jobs and income, combining economic growth with the preservation and maintenance of environmental, historical and cultural heritage.

Key-words: Community Tourism, Superagui National Park, Tourist Awareness, Superagui Island, Caiçaras Communities

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – POSSIBILIDADES DE USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	39
QUADRO 2 – CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	49
FOTO 1 – TRAPICHE EMBARCAÇÃO PARANAGUÁ.....	56
FOTO 2 – TRAPICHE EMBARCAÇÃO PARANAGUÁ.....	56
FOTO 3 – TRAPICHE EMBARCAÇÃO BARRA DO SUPERAGUI.....	57
FOTO 4 – SEDE ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES.....	59
QUADRO 3 - RELAÇÃO DAS POUSADAS DA BARRA DO SUPERAGÜI.....	61
QUADRO 4 - RELAÇÃO DOS CAMPINGS DA BARRA DO SUPERAGÜI.....	61
QUADRO 5 - RELAÇÃO DOS RESTAURANTES E LANCHONETES DA BARRA DO SUPERAGÜI.....	61
FOTO 5 – POUSADA SUPERAGUI.....	62
FOTO 6 – COLÉGIO MUNICIPAL.....	63
QUADRO 6 - PRINCIPAIS ATRATIVOS DA BARRA DE SUPERAGUI.....	77
QUADRO 7 - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....	83
QUADRO 8 – JOGO DE CARTAS.....	102
FIGURA 1 - SUBMISSÃO PROJETOS PARANÁ TURISMO.....	110

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - CUSTOS OFICINA CONHECENDO O OUTRO.....	.86
TABELA 2 - CUSTOS OFICINA CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS.....	.88
TABELA 3 – CUSTOS OFICINA CONSTRUINDO COM AS PRÓPRIAS MÃOS.....	.90
TABELA 4 – CUSTOS OFICINA IDENTIFICANDO NOSSOS VALORES.....	.92
TABELA 5 – CUSTOS OFICINA SABERES E FAZERES.....	.95
TABELA 6 – CUSTOS OFICINA INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL.....	.96
TABELA 7 – CUSTOS OFICINA RECONHECENDO O ESPAÇO VIVIDO.....	.99
TABELA 8 – CUSTOS OFICINA QUAL O MEU SONHO.....	100
TABELA 9 – CUSTOS OFICINA COMO POSSO PARTICIPAR.....	104
TABELA 10 – CUSTOS FOLDERS E BANNER.....	105
TABELA 11 – CUSTOS INSTALAÇÃO PLACA E LIXEIRAS.....	107
TABELA 12 – ORÇAMENTO TOTAL DO PROJETO.....	108

LISTA DE SIGLAS

AMPC - Associação de Mulheres Produtoras de Cataia
ABALINE - Associação de Barqueiros do Litoral Norte do Paraná
ADETUR – Agência de Desenvolvimento do Turismo
APA – Área de Preservação Ambiental
ASPAC - Associação de Silves para a Preservação Ambiental e Cultural
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo de Geografia e Estatística
FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
IBGE – Índice Brasileiro
ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MOPEAR – Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MTUR – Ministério do Turismo
OMT – Organização Mundial do Turismo
ONG – Organização Não Governamental
PARNA – Parque Nacional
PDITS – Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo Sustentável
PIB – Produto Interno Bruto
PNS – Parque Nacional do Superagui
PNT – Plano Nacional de Turismo
SETUR – Secretaria de Turismo
SEED - Secretaria Estadual de Educação
SFB - Serviço Florestal Brasil
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPVS - Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental
TBC – Turismo de Base Comunitária
UC – Unidade de Conservação
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WWF- World Wide Fund and Nature

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 TURISMO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA	13
2.2 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	20
2.3 TURISMO CAIÇARA NA BARRA DE SUPERAGUI	28
2.4 SENSIBILIZAÇÃO TURÍSTICA	39
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	45
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	51
4.1 PÚBLICO ANALISADO	52
4.1.1 Categorização dos entrevistados	53
4.2 COLETA DE DADOS	53
4.3 DESCRIÇÃO DOS ESPAÇOS	54
4.4 PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL	63
5 PROJETO DE TURISMO	79
5.1 DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES	81
5.1.1 Cronograma	82
5.1.2 Recursos Humanos	83
5.2 ETAPAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	84
5.2.1 Oficina “Conhecendo o outro”	84
5.2.2 Oficina “Construção de conceitos”	86
5.2.3 Oficina “Construindo com as próprias mãos”	88
5.2.4 Oficina “Identificando nossos valores”	90
5.2.5 Oficina “Saberes e Fazeres”	92
5.2.6 Oficina “Interpretação Patrimonial”	94
5.2.7 Oficina “Reconhecendo o espaço vivido”	97

5.2.8 Oficina “Qual o meu sonho?”	99
5.2.9 Oficina “Como posso participar?”	101
5.3 Elaboração de folder e banner	104
5.4 Instalação de placa e lixeira	105
6 ORÇAMENTO TOTAL	106
7 FINANCIAMENTO	107
8 RETORNO E MONITORAMENTO	109
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	112
APÊNDICES	121
ANEXOS	132

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema a elaboração de um projeto de sensibilização turística na Comunidade da Barra de Superagui, localizada na Baía de Paranaguá, no litoral norte do Paraná. A comunidade da Barra do Superagui, vila de pescadores tradicionais, está inserida no entorno imediato do Parque Nacional do Superagui, único local onde é permitida a visitação e habitação de comunidades tradicionais por se tratar de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral.

A região do Parque Nacional do Superagui abriga um importante patrimônio histórico através de sua fauna, flora e expressões culturais, indicando a relevância de um projeto pautado nos princípios do turismo comunitário que busque preservar as riquezas naturais e tradições locais, além de trabalhá-las como o próprio atrativo turístico da região.

A presente pesquisa se desenvolveu através de análise bibliográfica, diagnóstico do potencial turístico, grau de envolvimento da comunidade com o turismo e levantamento da opinião dos moradores da Barra de Superagui a respeito do projeto de sensibilização como instrumento de desenvolvimento local. Para tanto, a proposta do projeto buscou analisar os meios que poderiam ser utilizados para engajar a comunidade no desenvolvimento do turismo comunitário na região, bem como auxiliá-los a reconhecer-se como parte primordial desse processo, conciliando crescimento econômico com preservação e manutenção dos patrimônios ambiental, histórico e cultural.

Foram trabalhados no referencial teórico, portanto, os conceitos de turismo como atividade econômica, turismo de base comunitária, turismo caiçara na comunidade da Barra do Superagui e a sensibilização turística relacionada ao TBC, definições pertinentes aos objetivos da pesquisa. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a observação simples e entrevistas com moradores locais, empreendedores do turismo e ICMBio, a fim de identificar o interesse no desenvolvimento do presente projeto, bem como identificar a dinâmica social dessa população.

O produto final do presente projeto foi a proposta de oficinas e dinâmicas que visam, em diálogo com a comunidade, contemplar a importância dos costumes, tradições, cultura e riquezas naturais da região, conciliando a preservação destes pontos com sua manutenção. As oficinas foram adaptadas de estudos de educação

ambiental e patrimonial e buscam, através das atividades propostas, trabalhar os conceitos do turismo de base comunitária relacionados à realidade da comunidade em questão, bem criar uma linguagem comum a todos e abrir espaço para diálogos sobre interesses em comum.

Visto que sensibilizar significa tornar-se receptivo e ligar-se por ato solidário, a comunidade, de acordo com seu interesse em trabalhar com o turismo de forma mais efetiva, se beneficiará de um projeto que visa auxiliar os envolvidos na atividade turística a se integrarem e se engajarem mais com o espaço em que vivem. Os conceitos trabalhados buscaram, a todo momento, se correlacionar com os valores e interesses da comunidade, justificando a elaboração de um projeto de sensibilização turística como primeira etapa para o desenvolvimento do turismo comunitário na região.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TURISMO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA

Os dados descritos a seguir darão início à discussão a respeito do turismo como importante atividade econômica no Brasil, bem como demonstrar a relevância de seu desenvolvimento em unidades de conservação como a do Parque Nacional do Superagui, na qual comunidades tradicionais devem adequar suas práticas às restrições e diretrizes de uso do espaço e, desta forma, o turismo de baixo impacto pode se apresentar como a atividade mais adequada a ser desenvolvida.

A atividade turística é, portanto, um fenômeno social, econômico e cultural que envolve o movimento de pessoas entre um destino e outro e está inserida no ramo das ciências sociais. Com o maior número de indivíduos vivendo em centros urbanos com rotinas agitadas, aumentou-se também a necessidade por tempo livre e lazer, como uma espécie de fuga dos dias caóticos das cidades (DUTRA, 2003).

O turismo é gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região que tem residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visita. É também uma atividade econômica que representa o conjunto de transações de compra e venda de serviços turísticos efetuadas entre os agentes econômicos do turismo (EMBRATUR, 1992 *apud* PARANÁ TURISMO, [201?], não paginado).

Esse deslocamento de pessoas impulsiona o desenvolvimento de outras áreas, setores, instalações e serviços que possibilitam a estada de um indivíduo em outros destinos turísticos (MAGALHÃES, 2002). Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT) (2003),

O turismo inclui tanto o deslocamento e as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas, bem como, as relações que surgem entre eles, em lugares distintos de seu ambiente natural, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano e mínimo 24 horas (pernoite no destino), principalmente com fins de lazer, negócios e outros (OMT, 2003, não paginado).

Todavia, tratando-se de conceitos, o de turismo pode evoluir em função da complexidade em que se encontra a atividade turística. Como ressalta Beltrão (2001),

No passado, a atividade turística poderia ter outro objetivo e conseqüentemente uma visão mais restrita. Segundo alguns especialistas, a definição sobre o turismo é dinâmica e virá de acordo com o comportamento sociocultural e econômico da humanidade (BELTRÃO, 2001).

Ainda sobre conceitos, destaca-se o estudo de Lohmann e Panosso Netto (2012, p. 92) a respeito do termo “turismo”, que durante o século XX evoluiu e se caracterizou como um fenômeno sociocultural que envolve diversas partes (como transporte, estadia, motivações, hospedagem, hospitalidade, impactos) e setores – econômicos, culturais, sociais e ambientais – afetados pelo deslocamento de pessoas ao redor do mundo.

As visões mais comuns de turismo são de férias, viagem, descanso, lazer e prazer, fuga da realidade, gerador de emprego e renda, difusor de cultura entre povos, soma dos fenômenos resultantes das viagens, deslocamento para fora do lugar habitual de residência, atividade econômica, mas elas também não expressam, por si mesmas, a complexidade do fenômeno (PANOSSO, 2012, p. 93).

Outro modelo, citado por Lohmann e Panosso Netto (2008, p. 21) para explicar o desenvolvimento do conhecimento em turismo, é o de John Tribe (1997), que divide o campo do turismo em duas partes: Campo do Turismo 01, que aponta que o conhecimento do turismo não é produzido apenas na universidade, mas sim em todas as empresas que trabalham com a atividade, como agências, meios de hospedagem, companhias aéreas, entre outros; e Campo do Turismo 02, que aborda a produção do conhecimento do turismo através da ligação com outras disciplinas que ofereçam a base conceitual para que o conhecimento seja produzido, como percepções e impactos ambientais e sociais da atividade (TRIBE, 1997).

Com base nos conceitos citados anteriormente, pode-se afirmar que o turismo passou a se desenvolver como atividade econômica no Brasil há cerca de três décadas, sendo que por volta do ano de 1995 era administrado por órgãos como o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), autarquia especial do MTur cujo objetivo inicial era promover o desenvolvimento, a normatização e a regulamentação da atividade turística no Brasil. No ano de 2003, com o redirecionamento da Embratur para a promoção do destino Brasil, suas atribuições anteriores passaram a ser responsabilidade da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo.

A Embratur também é responsável pela execução da Política Nacional de Turismo (PNT) criada em 2003 com o objetivo de fomentar programas para o

desenvolvimento do turismo no país, promover a comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional, bem como incentivar o crescimento do mercado turístico e sua segmentação. Dentre os programas criados pela PNT estão o Manual Operacional do Turismo Rural e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo. De acordo com o Plano Nacional de Turismo (BRASIL. Ministério do Turismo, 2013, p. 8), a PNT “resulta do esforço integrado do governo federal, envolvendo a iniciativa privada e o terceiro setor, por meio do Conselho Nacional de Turismo, sob a coordenação do Ministério do Turismo”.

O turismo é um fenômeno social e espacial que propicia o surgimento de atividades econômicas. Nesse último aspecto ele é uma atividade capitalista complexa, difícil de ser analisada como um todo, pois envolve uma gama imensa de ramificações (MAGALHÃES, 2002, p. 23-24).

Segundo os Dados Essenciais de Turismo (2016), fornecidos pela Organização Mundial de Turismo (OMT), o turismo internacional representa 7% das exportações mundiais. As despesas dos turistas internacionais com alojamento, alimentação e bebidas, entretenimento, compras e outros serviços nos destinos atingiu o valor de US\$ 1,26 bilhões em 2015, o que representa um aumento de 4,4% em relação a 2014. Esses números também refletem o crescimento das chegadas de turistas internacionais ao redor do mundo, totalizando 1,186 milhões em 2015. Em termos reais, a OMT aponta que as receitas aumentaram 8% nas Américas, 4% tanto na Ásia como no Pacífico e Oriente Médio, 3% na Europa e 2% na África (OMT, 2016).

O aumento de turistas internacionais, demonstrado pela OMT (2016), marca o sexto ano consecutivo de crescimento acima da média desde a crise econômica global de 2009. Dentre os fatores principais que influenciaram a atividade turística em 2015, são destacados a grande flutuação da taxa de câmbio, o crescimento da preocupação global com questões de segurança e declínio do preço do petróleo e outros produtos que aumentaram o rendimento em países importadores e enfraqueceram a demanda turística em países exportadores.

Com relação à América do Sul, a chegada de turistas internacionais aumentou 6% em 2015, mas com resultados bastante distintos entre os destinos. Enquanto Chile e Colômbia tiveram um aumento de turistas internacionais de 22% e 16%, respectivamente, o Brasil apresentou declínio de 1,9% em relação a 2014 (OMT, 2016). Segundo Anuário Estatístico divulgado pelo Ministério do Turismo (2016), aproximadamente 6,3 milhões de estrangeiros desembarcaram no país em 2015, ante

6,429 milhões em 2014, ano da Copa do Mundo no Brasil e que registrou recordes de chegadas de visitantes (BRASIL. Ministério do Turismo, 2016).

No entanto, o cenário geral em 2015 foi positivo para a economia do país pois, segundo o World Travel & Tourism Concil (2016), o setor de viagens e turismo contribuiu com a criação de 7,2 milhões de postos de trabalho e totalizou US\$ 7,2 bilhões do Produto Interno Bruto (PIB) global. Já em 2016, ano em que o Brasil recebeu as Olimpíadas e Paralimpíadas, o país bateu seu recorde de 6,6 milhões de turistas estrangeiros, 4,8% superior em relação a 2015. Estes números representaram para a economia brasileira um montante de aproximadamente 21 bilhões de reais, 6,2% maior do que registrado no ano anterior (BRASIL. Ministério do Turismo, 2016).

Para Marx Beltrão, ministro do turismo, “os números são extremamente positivos. Se comparados com o contexto internacional, mostram que ainda podemos avançar muito, mas comprovam que soubemos aproveitar os megaeventos que realizamos no país”. Segundo o ministério, “a participação do turismo na economia brasileira já representa 3,7% do PIB do país. De 2003 a 2009, o setor cresceu 32,4%, enquanto a economia brasileira apresentou expansão de 24,6% (BRASIL. Ministério do Turismo, 2012 *apud* BRASIL. Ministério do Turismo, 2013, p.12-13).”

O perfil da maior parte dos visitantes que desembarcaram no Brasil em 2016 era de norte-americanos e latinos – estes, representados em sua grande maioria por argentinos, que totalizaram 2,1 milhões dos turistas recebidos pelo país. Para os anos de 2017 e 2018, espera-se que o fluxo de turistas estrangeiros aumente em torno de 6%, mesma tendência observada em outros países que sediaram as Olimpíadas e que, após o evento, tiveram um retorno muito positivo (EMBRATUR, 2017).

O aumento do fluxo turístico no Brasil também é esperado pelo feedback positivo dos turistas durante o megaevento, registrado pelo Ministério do Turismo no período dos jogos. Segundo o MTur, seu desafio é

Transformar o ganho de imagem em geração de emprego e o desejo de retorno do turista internacional em realidade, além de fazer os brasileiros conhecerem mais os destinos domésticos. Para isso, estamos investindo na melhoria de infraestrutura, qualificação de mão-de-obra e promoção dos nossos destinos (BRASIL. Ministério do Turismo, 2017, não paginado).

De acordo com o Plano de Turismo do Estado do Paraná 2012-2015 (PARANÁ. Conselho de Turismo, 2012, p.10), o Brasil vem se estabelecendo no cenário internacional devido às suas políticas democráticas e alianças com países em

desenvolvimento, além dos investimentos em infraestrutura realizados nos últimos anos. O país, com sua diversidade étnica e cultural, se apresenta como um destino receptivo com uma variedade de segmentos turísticos, como de sol e praia, religioso, histórico, gastronômico, de ecoturismo, turismo de aventura, rural, comunitário, negócios e eventos e tantos outros – além de suas belezas naturais que se destacam.

A exemplo disso, em 2007 o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, foi eleito como uma das Sete Maravilhas do Mundo Moderno. Já em 2011, as Cataratas do Iguaçu foram eleitas como uma das Sete Maravilhas da Natureza.

De acordo com metodologia da OMT e os dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS-MTE), o mercado formal de trabalho nas Atividades Características do Turismo (ACTs), no Brasil, passou de 1,71 milhões de pessoas empregadas em 2002, para 2,53 milhões de pessoas empregadas em 2011. (PARANÁ. Conselho de Turismo, 2012, p.11)

Com relação ao Estado do Paraná, cita-se a Secretaria de Turismo (SETU), responsável pelo planejamento, promoção e comercialização da atividade turística no estado do Paraná através da Paraná Turismo, cujas funções dizem respeito ao desenvolvimento dos programas e projetos previstos na Política Estadual de Turismo (PARANÁ, 2008). O Plano de Turismo do Estado do Paraná (PARANÁ. Conselho de Turismo, 2012, p. 12), regido pelo Conselho Regional de Turismo, estabelece que o turismo paranaense é desenvolvido a partir da Política de Regionalização, que apresenta regiões do estado com uma variedade de atrativos, equipamentos e serviços em diversos segmentos turísticos com base nas características e singularidades de cada uma.

De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES) (2011 *apud* PARANÁ. Conselho de Turismo, 2012, p. 13), a economia do estado do Paraná é a quinta maior do Brasil, registrando uma renda per capita de R\$ 20,8 mil em 2010, maior que os R\$ 19,7 mil referentes à média do país. No ano de 2011, os aeroportos paranaenses registraram 9,4 milhões de passageiros, entre embarques e desembarques (PARANÁ. Secretaria do Esporte e do Turismo, 2012 *apud* PARANÁ. Conselho de Turismo, 2012, p. 13). Outro fator relevante, demonstrado através de pesquisa realizada pelo MTur e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) em 2010, é que o Paraná está entre os quatro estados mais visitados do Brasil (atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina),

sendo Foz do Iguaçu (PR) o segundo destino mais visitado no segmento de lazer (BRASIL. Ministério do Turismo; FIPE, 2010).

O litoral do Paraná, composto por sete municípios, é uma das quatorze regiões turísticas do plano de regionalização do estado, composto por extensa porção de Mata Atlântica preservada. Segundo a Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná (ADETUR Litoral), o Litoral do Paraná, privilegiado por suas belezas naturais, apresenta enorme potencial para o desenvolvimento de variados segmentos turísticos em seu conjunto de 73 atrativos de natureza diversa, principalmente para práticas de turismo de baixo impacto, visto que 82% do território é decretado como unidade de conservação (ADETUR LITORAL, *apud* PARANÁ. Secretaria de Estado do Turismo, 2015, p. 33).

O MTur, que adotou uma nova metodologia para categorizar os municípios brasileiros a partir de seu desempenho econômico, classificou três cidades do litoral do Paraná em uma boa posição no ranking do turismo: Guaratuba, Matinhos e Paranaguá foram classificadas na categoria B; Pontal do Paraná e Morretes estão no nível C; Antonina e Guaraqueçaba, no D. Para o ministro do turismo, Henrique Eduardo Alves (2015), “a ferramenta oferece elementos para aprimorar a gestão do turismo, ajuda a otimizar a distribuição de recursos e promove o desenvolvimento do setor. A intenção não é hierarquizar os municípios, mas sim agrupá-los de forma que possamos traçar parâmetros para atendimento a diferentes necessidades” (BRASIL. Ministério do Turismo, 2015). Para o Ministério, o resultado do Litoral do Paraná só não foi mais expressivo devido ao pequeno porte dos municípios e seus respectivos números de estabelecimentos, empregos e fluxo de turistas.

Neste sentido, a pesquisa Demandas Turísticas, realizada pelo MTur (2008), demonstrou que os polos emissores de turistas para o Litoral do Paraná são, na grande maioria, de Curitiba (17,5% em 2006), localidades próximas e/ou estados vizinhos como São Paulo e Santa Catarina. Por outro lado, a mesma pesquisa também aponta que há uma demanda estrangeira para o Litoral Paranaense, ainda que tímida, principalmente proveniente da Argentina e do Paraguai, correspondendo a 2,2% do fluxo turístico internacional em 2006, índice semelhante em todos os anos de pesquisa.

Em relação às motivações de deslocamento para o litoral, o Plano de Desenvolvimento Integral de Turismo Sustentável (PDITS) do Litoral do Paraná (PARANÁ, 2015) destaca como principais o contato com a praia, sol, natureza e ter o

destino como local de descanso e lazer. Para Goeldner, McIntosh e Ritchie (1995 *apud* COOPER *et al.*, 2007), essa tendência está relacionada principalmente a motivadores físicos, que se referem ao descanso do corpo e da mente, às questões da saúde, ao esporte, ao prazer e à capacidade de certas atividades reduzirem a tensão.

Conforme exposto no Plano de Turismo do Estado do Paraná (2012, p. 14), é

Importante ressaltar que nos últimos oito anos foi verificado um crescimento de 43,1% do fluxo turístico, sendo notável o papel das políticas públicas voltadas à descentralização da atividade e o programa estadual de regionalização do turismo a partir das políticas orientadas pelo MTur, que promoveram a melhoria dos produtos e serviços turísticos, como também do sistema de gestão do turismo, além da mudança dos hábitos de consumo e a melhoria da rede de comunicação por meio da internet (PARANÁ. Conselho de Turismo, 2012, p. 14).

Medeiros *et al.* (2011 *apud* BETTI, 2014, p. 56), apontam que os parques nacionais têm potencial para gerar entre R\$ 1,6 bilhão e R\$ 1,8 bilhão por ano na economia do país. Estes dados demonstram o potencial existente no litoral paranaense, bem como no Parque Nacional do Superagui, onde está localizada a comunidade da Barra de Superagui. No entanto, no ano de 2010 quando o estudo foi realizado, existiam 67 parques nacionais, porém apenas 18 apresentavam visitação estruturada considerada satisfatória, com controle do fluxo de visitantes e cobrança de ingressos (MEDEIROS *et al.*, 2011). O MTur aponta que o Projeto de Fomento ao Turismo em Parques Nacionais e Entorno (2011) tem o objetivo de integrar os parques nacionais com a cadeia produtiva do turismo, sua qualificação e estruturação nos destinos priorizados.

A partir do mapeamento de oportunidades de negócios que possam agregar valor e diluir custos, se pretende orientar o diálogo entre os elos [da cadeia produtiva do turismo] e o parque a fim de viabilizar e concretizar parcerias comerciais que tragam benefícios mútuos. (BRASIL. Ministério do Turismo; SEBRAE; ICMBIO; ABETA, 2011, p. 20).

Diante destes dados, procura-se demonstrar a importância do turismo como atividade econômica no Brasil, bem como a importância de seu estudo em parques nacionais inseridos em unidades de conservação que, por conta de suas restrições, limitam atividades econômicas tradicionais em regiões como a de Superagui.

Conforme aponta Leuzinger (2007), as vantagens da visitação pública em

unidades de conservação estão relacionadas com a educação e a interpretação ambiental, o lazer em contato com a natureza e a receita gerada para a unidade e para a comunidade no entorno através da oferta de serviços prestados – como em pousadas, campings, restaurantes, passeios guiados, entre outros.

Contudo, desenvolver alternativas, diante da necessidade de viabilizar o turismo em áreas em que faltam serviços como centro de visitantes, mapas, trilhas sinalizadas e guias qualificados, além de recursos humanos (GRANDELLE, 2013 *apud* BETTI, 2014, p. 57), caracteriza a importância do turismo como alternativa econômica e social em regiões com o potencial econômico destacado.

2.2 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Visto os dados expostos anteriormente, o turismo de base comunitária (TBC) apresenta-se como uma estratégia de conservação ambiental, fortalecimento comunitário e fonte de renda, além de possibilitar uma reflexão acerca do tipo de turismo que se deseja trazer para determinada região (BETTI, 2014). Nesse sentido, o TBC também passa a ser um meio alternativo de fonte de renda que tem a comunidade como protagonista da atividade.

A comunidade deve ter, portanto, participação ativa no planejamento e gestão do turismo, assim como aponta Salvati (2003) em seus princípios do turismo responsável, segundo os quais o turismo deve estar inserido em um contexto amplo de desenvolvimento sustentável e de suporte para a conservação, além de respeitar e preservar as culturas locais. De acordo com Swarbrooke (2000, p. 5), essa preocupação com a sustentabilidade evidenciou-se já na década de 60, com o fenômeno da massificação dos fluxos turísticos:

A partir dos anos 60 a questão do desenvolvimento sustentável também se tornou uma questão importante no chamado “Terceiro Mundo”. À medida que os países da Ásia e África obtinham sua independência, eles estavam decididos a preencher a lacuna de riquezas entre seus países e as nações desenvolvidas. Alguns deles tomavam uma perspectiva puramente a curto prazo e partiam para exploração de seus recursos naturais com vistas a um lucro imediato. Outros tentavam partir de uma perspectiva a longo prazo e discutiam sobre como o desenvolvimento poderia acontecer de uma maneira mais sustentável (SWARBROOKE, 2000, p. 5).

Na obra “Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras” (2009), o turismo de massa é retratado como a atividade que reproduz o

estresse do qual os turistas estão tentando fugir em suas férias: viagens para lugares superlotados e com cronogramas já pré-estabelecidos para consumir os mesmos eventos indicados pelas agências de viagens. Ainda que esta unificação também aconteça em pequenas comunidades, ela não ocorre nos mesmos moldes de gestão padronizados, e sim sob o modo de vida e patrimônio relacional da comunidade receptora (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARD, 2009, p.87).

Nesse sentido, o turismo de base comunitária, que requer menos infraestrutura e serviços, visto sua atividade de baixo impacto, busca se contrapor ao turismo massificado e valorizar a natureza e cultura local de determinada região, tratando-se de um outro modo de visita, interpretação e hospitalidade. Ainda,

Esse turismo respeita as heranças culturais e tradições locais, podendo servir de veículo para revigorá-las e mesmo resgatá-las. Tem centralidade em sua estruturação o estabelecimento de uma relação dialogal e interativa entre visitantes e visitados. Nesse modo relacional, nem os anfitriões são submissos aos turistas, nem os turistas fazem dos hospedeiros meros objetos de instrumentalização consumista (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARD, 2009, p. 87).

Segundo Bursztyn, Bartholo e Delamard (2009), “dentre os desafios e obstáculos para a construção de práticas turísticas de base comunitária, a participação da comunidade local é reconhecidamente um elemento crucial (Beni, 2004).” Neste sentido, Meyer (1991 *apud* BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARD, 2009) aponta que a garantia da continuidade das práticas turísticas sustentáveis está na gestão participativa e comprometimento da comunidade, uma vez que dando sentido à atuação dos atores é reafirmado também o vínculo com o espaço.

O fomento ao Turismo de Base Comunitária, como uma atividade econômica, com potencial de geração de trabalho e renda e de diversificação da oferta turística dos destinos, requer do poder público uma nova perspectiva de planejamento e promoção, que considere as especificidades e peculiaridades desta oferta, em particular no que se refere à sua divulgação para o mercado (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 52).

Ainda de acordo com Bursztyn, Bartholo e Delamard (2009), o turismo de base comunitária “enraizado em um processo situado de desenvolvimento, é uma modalidade do turismo sustentável cujo foco principal é o bem-estar e a geração de benefícios para a comunidade receptora”. Durante este processo, a melhoria da qualidade de vida da comunidade local, da distribuição de renda e benefícios para a própria região, são uma consequência da ampliação de horizontes que o turismo de

base comunitária pode proporcionar. Para os autores,

O protagonismo das comunidades locais pode se efetivar sob uma grande variedade de formas de livres associações — por cooperativas, associações, e empreendimentos comunitários ou micros, pequenos e médios empresários locais. Na perspectiva do desenvolvimento situado, a questão decisiva não diz respeito às formas de seus eventuais veículos e meios, mas sim à efetivação de sua finalidade: a ampliação das liberdades substantivas de comunidades situacionalmente afetadas, como agentes e beneficiárias da implementação de determinadas práticas turísticas (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARD, 2009, p.87).

Bursztyn, Bartholo e Delamard (2009) apontam também que a importância e as experiências do turismo de base comunitária podem ser implementadas de variadas formas e em diferentes contextos, seja através de cooperativas, microempresas, sindicatos ou outras formas de livre associação, redes solidárias com organizações não-governamentais internacionais ou apenas nacionais. No entanto, expor casos em que o TBC obteve sucesso não é o suficiente para aplicá-los em outros espaços com diferentes singularidades. Isso iria contra os próprios termos da atividade e tornaria este segmento um objeto de produção e reprodução quando na verdade é uma possibilidade que, de maneira comunitária, significa democracia participativa, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARD, 2009).

Ao mesmo tempo em que ressaltam que há diversas diferenças entre casos e regiões onde o turismo de base comunitária é estabelecido, Bursztyn, Bartholo e Delamard (2009) indicam que também existem significativos elementos em comum, como a necessidade de afirmação de identidade da comunidade e resistência contra as usuais formas do turismo, sendo estes os dois fatores-chave presentes nas experiências que apresentaram sucesso.

As políticas públicas de promoção do turismo não podem se limitar, por exemplo, ao papel de aumentar o fluxo de viajantes em determinada região ou contribuir para a atração de divisas externas para o país. O cumprimento destes objetivos só se reverterá em êxito caso o incremento da visitação contribua na melhoria de qualidade de vida das populações receptoras. A compreensão de quais os fins e os meios no processo de desenvolvimento é central na formulação de políticas que busquem o bem-estar dos cidadãos (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARD, 2009, p. 90).

A obra “Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras” aponta alguns estudos de caso e enfatiza que o TBC já apresenta implicações nas políticas públicas de turismo em diversos países. Utilizando como

exemplo a América Latina, Bursztyn, Bartholo e Delamard (2009) citam a Bolívia que, em 2006, publicou seu Plano Nacional de Turismo integralmente voltado para o fomento do turismo de base comunitária, merecendo destaque a Rede de Turismo Comunitário da América Latina (BOLIVIA, 2008). Vale destacar que, apenas em 2008, o Ministério do Turismo, através do Edital 01/2008, passou a reconhecer institucionalmente no Brasil as atividades de turismo de base comunitária e a conduzir recursos para o incentivo de tais iniciativas (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARD, 2009, p. 91).

No Brasil, a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL) e a recém lançada Rede Cearense de Turismo Solidário e Comunitário (Rede TUCUM) merecem destaque devido ao caráter pioneiro e articulador, fundamentais para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no Brasil. No âmbito das políticas públicas, os Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) vêm criando espaço em suas ações para o fomento a grupos organizados de base comunitária no entorno ou no interior de Unidades de Conservação, no caso do MMA, e/ou vinculados ao Programa de Agricultura Familiar (PRONAF), no caso do MDA (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARD, 2009, p. 91).

A respeito de experiências bem-sucedidas do TBC em que as comunidades foram protagonistas no desenvolvimento da atividade, Cruz (2009, p. 106) relata o caso de Silves, no Amazonas, e da Prainha do Canto Verde. Silves é um município do estado do Amazonas no norte do Brasil, localizado em uma ilha fluvial no Rio Urubu. A região, com uma população de aproximadamente 8 mil pessoas, é repleta de lagos e rios de grande importância para a comunidade.

De acordo com Cruz (2009), houve um tempo em que Silves teve sua área extremamente ameaçada devido à forte exploração no local, principalmente em relação à pesca predatória. Nesse contexto, surgiu, em 1993, a ASPAC (Associação de Silves para a Preservação Ambiental e Cultural) com o intuito de unir a população local para proteger a região. Segundo o autor, “a institucionalização da Associação de moradores é o preceito legal necessário para a solicitação de recursos junto a organismos governamentais ou não governamentais, como acontece um ano depois do surgimento da ASPAC” (CRUZ, 2009, p. 106).

Cruz (2009) aponta que, em 1994 e com apoio financeiro da Organização Não-Governamental WWF-Brasil, foi possível a construção da Pousada Aldeia dos Lagos, gerida integralmente pela comunidade local e que, através de oficinas de capacitação e aspectos de gestão em hotelaria, se tornou apta para administrar o

empreendimento. Os recursos gerados pela Pousada são inteiramente revertidos para os associados da ASPAC e para projetos de proteção aos lagos do município. Em outras palavras, o autor utiliza como exemplo o município de Silves para demonstrar como a atividade turística pode ser utilizada como alternativa econômica, gerando renda para a comunidade e para a preservação de seus recursos naturais, sendo então um exemplo consistente de turismo como instrumento de desenvolvimento local (CRUZ, 2009).

A Prainha do Canto Verde, nome dado à comunidade formada por pescadores artesanais com aproximadamente mil pessoas, está localizada no município de Beberibe, no estado do Ceará. De acordo com Cruz (2009), a comunidade, mesmo vivendo por muitas gerações no local, não possuía documentação de posse de terra e por este motivo passou a sofrer muita pressão de agentes imobiliários com interesse em explorar a região. Diante de ameaças e confrontos, a comunidade decidiu se unir em prol da propriedade legal do solo. Diante da longa batalha estendida pelos últimos vinte anos, o autor aponta que um executivo, diante das dificuldades de sobrevivência dos moradores, decidiu instrumentá-la para o desenvolvimento do turismo de base comunitária. Cruz (2009, p. 107) ainda ressalta que “a partir do uso de técnicas de planejamento participativo e gestão, a comunidade é estimulada a pensar criticamente o uso de seu território e o desenvolvimento do turismo. Foi a comunidade que decidiu não querer um turismo massivo”.

O empreendedorismo social na região proporcionou a adaptação das casas dos pescadores para receber os turistas, sendo construídos apartamentos independentes e com banheiros. Atualmente, existem cerca de 40 leitos em Prainha do Canto Verde que, através da articulação da comunidade, têm conseguido impedir a entrada de especuladores. A pesca ainda é a principal atividade econômica da região e o turismo de base comunitária passou a ser uma atividade complementar que, além de impulsionar a economia local, fortaleceu os laços sociais entre a comunidade. Sobre isso, Irving (2009, p. 110), afirma que

Considerando que o turismo, em qualquer de suas formas de expressão e intervenção, interfere na dinâmica socioambiental de qualquer destino, o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo. Neste caso, o sentido de comunitário transcende a perspectiva clássica das “comunidades de baixa renda” ou “comunidades tradicionais” para alcançar o sentido de comum, de coletivo. O turismo de base comunitária, portanto, tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento (IRVING, 2009, p.110)

Durante a pesquisa bibliográfica a respeito do turismo de base comunitária, foi possível constatar que diversos autores em todo o mundo já buscam trabalhar a relação do turismo com as comunidades locais, assim como apontam Sansolo e Bursztyn (2009, p. 147) ao citar alguns exemplos, como: Mitchell e Reid (2001), que estudaram a integração da comunidade de Ilha Tequile no Peru no processo de planejamento, desenvolvimento e gestão do turismo de base comunitária; Horn e Simons (2002), que tratam a relação do turismo com comunidades tradicionais na Nova Zelândia; Tosun (2006), que aborda o sentido da participação comunitária no planejamento e desenvolvimento do turismo na Turquia; Rugendyke e Thi Son (2005), que estudaram no Vietnã a substituição das atividades agrárias tradicionais pelo turismo de natureza relacionado às unidades de conservação; Koster e Randal (2005), que utilizam indicadores para avaliação do desenvolvimento econômico de comunidades que estão envolvidas com turismo no Canadá; e Mansfeld e Jonas (2006), que tratam da capacidade de carga cultural em uma comunidade judaica que trabalha com turismo em Kibutz, Israel.

Diante da diversidade das regiões e dos casos citados, pode-se dizer que o turismo de base comunitária se apresenta de diferentes formas, sendo um objeto complexo de estudo. No Brasil, Sansolo e Bursztyn (2009, p. 148) ressaltam que a diversidade e quantidade de casos e experiências de turismo de base comunitária também é vasta e que, desde a implementação do Plano Nacional do Turismo – Uma Viagem de Inclusão (2007- 2010), o turismo passou a ser visto como um instrumento de planejamento e gestão, que deve ser elaborado de forma participativa (SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

De acordo com Silva, Ramiro e Teixeira (2009, p. 364), para se contrapor aos impactos negativos do turismo massivo é que começa a surgir, em diferentes localidades, uma mobilização da sociedade para criar iniciativas diferenciadas e baseadas nos modos de vida locais. Nestas iniciativas, a sustentabilidade se torna

pré-requisito para estruturar a oferta de uma região, além do desenvolvimento das ações moldadas pelo turismo responsável e economia solidária que caracterizam o turismo de base comunitária (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009).

A respeito de projetos de TBC moldados nos conceitos citados anteriormente, menciona-se o “Projeto de Turismo de Base Comunitária: Comunidade Tradicional do Bonete, Ilha Bela (SP)”, que buscou introduzir o TBC em uma área de influência do Parque Estadual de Ilha Bela, baseando-se em alternativas econômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da região.

Hoje, o principal vetor da turistificação dos lugares é o mercado globalizado, onde as estratégias de marketing fazem das imagens de lugares signos capazes de atrair um número crescente de consumidores de pacotes turísticos. A produção da experiência turística segue os padrões do modo de produção industrial em seu empenho por maximizar a programação e o controle e minimizar riscos e perdas. Dilui-se, assim, a surpreendente e imprevisível vivência de encontros com alteridades em proveito da afirmação do consumismo de pseudo-eventos desprovidos de espontaneidade (BOORSTIN, 1992, tradução livre).

De acordo com Salvador, Pedroso e Bastos (2013), a sustentabilidade tem maiores chances de ser alcançada no turismo comunitário do que em outros modelos de desenvolvimento do turismo, como o de massa, que conta com grandes empreendedores que, muitas vezes, exploram os recursos de uma região até seu esgotamento. Tal sustentabilidade no turismo de base comunitária pode ser explicada pelo desejo e compromisso da comunidade em proteger e preservar o local em que vive, sendo a sua relação de interdependência com a região muito mais profunda e respeitosa. Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009, p. 17) apontam que

[...] participação, protagonismo social, empoderamento, afirmação cultural, benefícios diretos, ganham destaque nesse contexto e começam a se articular com o tema da conservação ambiental (BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p. 17).

Para o diagnóstico do projeto de TBC em Ilha Bela (SP), foi realizado o levantamento de dados secundários e, através de visita à comunidade da região, foram coletados os dados primários. Em campo, foram observados: a caracterização da comunidade; a organização comunitária; o centro comunitário; as atividades desenvolvidas; projetos de turismo em andamento; o apoio institucional; acesso; a infraestrutura turística; a infraestrutura básica; e o interesse no projeto.

De acordo com esses critérios, a comunidade caiçara de Bonete foi selecionada para o desenvolvimento de oficinas de planejamento participativo. Essas oficinas tiveram como objetivo inicial apresentar as diferenças entre o turismo com e sem planejamento, a importância da comunidade durante o processo de desenvolvimento do turismo, os impactos negativos e positivos da atividade turística e a necessidade de um planejamento participativo com união e organização.

Essa fase caracteriza o início ou a estrutura de base, que permitirá o desenvolvimento sustentável do turismo, tendo em vista a valorização da participação popular no processo, além da pesquisa dos dados que desvendam as especificidades de cada local, apontando suas deficiências, possibilidades e oportunidades para a exploração da atividade e permitindo a tomada de decisão. O conhecimento adquirido norteia as interferências preservacionistas. (MAGALHÃES, 2002, p. 90).

Em um segundo momento, foram realizados jogos para sensibilizar a comunidade quanto a alguns conceitos do turismo de base comunitária e a importância de cada ator social no contexto da atividade, a fim de que fossem estabelecidas relações de interdependência, conexão e coletividade. Após os resultados, a comunidade relatou sua percepção das oportunidades em se estabelecer uma união e se fortalecer como uma rede.

Após o levantamento da oferta turística de Ilha Bela, foi identificado, através de uma oficina, o que faltava para os recursos turísticos serem transformados em atrativos, bem como que parceiros seriam necessários para tal. Foram também identificados os valores da comunidade para, posteriormente, incorporá-los na elaboração de um produto de turismo de base comunitária e roteiros na região de forma que pudessem ser respeitados e fortalecidos com o turismo.

Às comunidades locais recomenda-se fortalecer, estimular e encorajar a habilidade da comunidade em manter e utilizar conhecimentos tradicionais que sejam relevantes para a atividade do ecoturismo, como o artesanato, a agricultura, o folclore, a culinária e demais atividades que utilizam os recursos locais de forma sustentável (DECLARAÇÃO DE ECOTURISMO DE QUEBEC – 2002 apud SALVATI, 2003).

Salvador, Pedroso e Bastos (2014, p. 1062) ressaltam que, apesar de cada ator da comunidade poder realizar alguma tarefa, há a necessidade de parcerias e qualificação, e fazem algumas sugestões como “cursos para cálculo de preço, gestão de turismo de base comunitária, artesanato, primeiros socorros, organização comunitária, atendimento e culinária, além de parcerias com o parque e ONGs”.

Foi identificado também que os valores da comunidade caiçara de Bonete correspondem aos valores dos turistas que procuram pelo turismo de base comunitária, apontando assim a possibilidade de contribuição e fortalecimento destes valores através da atividade turística. Deste modo, o projeto na comunidade caiçara de Bonete, em Ilha Bela, foi utilizado como exemplo para demonstrar que, através da identificação dos componentes da oferta turística e dos interesses e valores de uma comunidade, o turismo de base comunitária pode contribuir para o desenvolvimento econômico da região de forma sustentável. Neste sentido, pode também fortalecer a conservação ambiental, cultura e tradições da comunidade, desde que planejado sob os princípios da visitação em UCs definidos nas Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2006).

Diante do exposto, conclui-se que o turismo de base comunitária pode ser entendido como a inter-relação dos indivíduos com a natureza e o espaço em que vivem, assim como dos indivíduos entre si e que, através de um planejamento e diretrizes, se beneficiam do turismo de base comunitária e ainda criam certa resistência à racionalidade hegemônica do capital. No entanto e como observado nos casos citados, ainda que o turismo de base comunitária se estabeleça através do desenvolvimento participativo da comunidade, nota-se que pouco se fala sobre a importância de sensibilizar uma população antes de capacitá-la.

Por fim, para que o presente projeto de sensibilização turística possa ser aplicado de forma correta, é necessário que seja dado sentido à atuação da comunidade local na Barra de Superagui, visto que a continuidade de práticas turísticas sustentáveis pode se justificar quando se é reafirmado o vínculo da comunidade com o espaço em que vivem.

2.3 TURISMO CAIÇARA NA BARRA DE SUPERAGUI

A Barra do Superagui, com aproximadamente 1.500 habitantes, é uma região brasileira situada no município de Guaraqueçaba, norte da baía de Paranaguá, na divisa com o estado de São Paulo e a 145 quilômetros de Curitiba. A região, colonizada em 1852 por Charles Perret Gentil, cônsul da Suíça no Brasil, teve como primeiros moradores famílias europeias vindas da Suíça, França, Itália e Dinamarca, além de moradores brasileiros já estabelecidos no local (DYSARZ, 2011).

O Parque Nacional do Superagui, criado pelo Decreto nº 97.688 em 25 de

Abril de 1989 e inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) do município de Guaraqueçaba, abrange uma área de 33.988 hectares, compreendendo a maior parte das Ilhas de Superagüi e das Peças (BRASIL, 1989). Após uma série de manifestações por parte de ambientalistas por causa da presença de aves migratórias na Praia Deserta e do aumento da ocorrência do mico-leão-da-cara-preta (*Leontopithecus caissara*), no ano de 1997 o Parque sofreu ampliação pela Lei Federal N° 9.513, de 20 de novembro e passou a abranger as ilhas vizinhas do Pinheiro e do Pinheirinho, além da área continental do Vale do Rio dos Patos. (COELHO, 2014, p. 37).

A categoria Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000 *apud* BETTI, 2014, p. 98).

De acordo com Lichsteiner (2008 *apud* COELHO, 2014, p. 40), Perret Gentil, quando chegou em Superagui, tinha o objetivo de estabelecer uma cidade-sede e várias aldeias, sendo que em cada uma delas haveria uma área para uso comum de pastagem. Em uma das cartas escritas por Perret Gentil a Zacarias de Góes e Vasconcelos – presidente da província do Paraná no ano de 1854 – disponibilizadas por Lopes (2009), constam algumas considerações sobre o Sistema Superagui:

Cheguei no Superagui há dois anos, com alguns homens para dar princípio à Colônia, logo tratei de fazer casas, derrubadas e plantações, estabelecendo os colonos sobre lotes de terrenos para cultivar, e empregando gente da terra para o serviço que tinha com o fim de criar o estabelecimento. Cada família tem sua casa, forneço-lhes os mantimentos, ferragens e roupa, como adiantamento, enquanto eles não têm produtos, dou-lhes conselhos para a cultura, arrumando-as e ajudando-as de todas as formas, procurando-lhes as plantas de que precisam. [...]. Até uma falta seguida de mantimentos sofriam e ainda sofrem os moradores da terra, o que me obriga ainda por alguns meses recorrer a Paranaguá para sustentar não só os colonos, como também muita desta gente que, sempre ocupada na pescaria, descuidava das plantações. Os colonos ocupam-se da cultura do café, da cana, do arroz, da mandioca, do milho, dos feijões, legumes e algum fumo para o gasto. Existem cerca de 30.000 pés de café plantados e este ano vai se dar maior desenvolvimento a toda cultura, tanto da parte dos colonos como da dos brasileiros, entrando com estes últimos em sociedade, como já se praticava em 1853, fornecendo-lhes os meios de trabalhar na terra e seguir uma cultura regular, o que dará resultados vantajosos, desviando-se da pescaria, que deixa a maior parte na miséria, e fazendo deste bairro um lugar de produção (PERRET-GENTIL *apud* COELHO, 2014, p.40).

Em 1970 Superagüi foi inscrita sob o nº 27 no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico da Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná (VIVEKANANDA, 2001, p. 42). O Parque, que abriga Mata Atlântica, restinga, praias, dunas e manguezais, recebeu da UNESCO em 1999 o título de Sítio de Patrimônio Natural e de Reserva da Biosfera em 1991. Além da biodiversidade vegetal e animal, a Barra de Superagui também possui uma enorme riqueza cultural representada pelo Fandango, considerado Patrimônio Imaterial do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), ainda cultuado e praticado no Norte do Paraná e Sul de São Paulo.

De origem ibérica, a dança do Fandango era praticada em seus primórdios na península europeia para celebrar a finalização de algum trabalho em mutirão, e chegou até o Brasil no século XVI, espalhando-se pelo litoral e interior do país (IPHAN, 2011).

[...] É possível apontarmos como pioneira a tentativa de uma definição para o termo fandango a partir da obra de Mario de Andrade. Em sua obra publicada em 1928, 'Ensaio sobre a música popular', em uma análise breve destaca a importância das manifestações populares presentes no sudeste brasileiro e apresenta letras e melodias de alguns fandangos da região de Cananéia (SP). Estes seriam os primeiros registros do fandango em forma [de] partituras, tornando-se um material de grande importância para futuros estudos. O termo fandango também se relacionava, em alguns destes primeiros estudos, com as danças gaúchas. O pesquisador Renato Almeida em sua obra 'História da música brasileira' de 1942 [...], descreveu o fandango destacando suas origens ibéricas, apresentando pauta musical de algumas marcas. Descreveu com maior fôlego as marcas, chamarrita, canaverde, dandão, nhô Chico, queromana, tonta e anu. Marcas que segundo o autor faziam parte de um acervo de danças gaúchas e paranaenses. Ainda hoje estas marcas são executadas no fandango caíçara (IPHAN, 2011, p 27).

Ainda sobre o Fandango, Vivekananda (2001, p. 60) aponta que durante seu estudo sobre a presença humana e os objetivos de conservação do Parque Nacional do Superagui, foi possível constatar estas informações sobre essa dança típica que as comunidades caíçaras praticavam após as colheitas. Aponta ainda que alguns moradores costumavam manter abrigos próximos aos mutirões a fim de apoiá-los e cuidar melhor da área. Segundo Adams (2000) (*apud* ADAMS, 2000), o número e tamanho das parcelas trabalhadas por cada família variava de acordo com a fertilidade do solo, densidade populacional e grau de comercialização. Com o fim dos mutirões de colheita, a dança do fandango está próxima de extinguir-se, sendo mantida atualmente por alguns moradores de Superagui e de outras localizadas como o Rio dos Patos, com o princípio de resgate cultural e não mais pela colheita.

No ano de 1991, o município de Guaraqueçaba e a Barra de Superagui foram declarados Reserva da Biosfera pela UNESCO, funcionando como centros de monitoramento, pesquisas, educação ambiental e gerenciamento de ecossistemas, a partir do trabalho integrado de instituições governamentais, não governamentais e centros de pesquisa. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), lei nº 9.985/2000, capítulo XI, a Reserva da Biosfera é “um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável de recursos naturais” (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2000). De acordo com a Lei 9.985/2000 Art. 4º, os objetivos nacionais da conservação da natureza que fundamentam a ideia de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) são:

1. Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
2. Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
3. Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
4. Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
5. Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
6. Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
7. Proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
8. Proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
9. Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
10. Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
11. Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- 12. Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;**
13. Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valor (Lei 9.985/2000 Art. 4º).

Além disso, Niefer (2002, p. 13), aponta que,

De acordo com o Art. 2º da mesma Lei, deve existir uma zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade. O Art. 25º §1º determina que o órgão responsável pela administração da unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento de uma unidade de conservação e o §2º estabelece que os limites da zona de amortecimento e as respectivas normas de que trata o §1º poderão ser definidas no ato de criação da unidade ou posteriormente (NIEFER, 2002, p. 13).

O Parque Nacional do Superagui pertence à categoria de uso indireto, que permite a visitação pública de forma regulamentada. De acordo com Goodwin (1998 *apud* Niefer, 2002, p.14), a atividade turística em áreas protegidas está crescendo em escala mundial, o que pode ser observado nos diversos projetos que vêm estabelecendo como objetivo principal o desenvolvimento local, além de princípios de conservação que ofereçam o uso econômico dos recursos destas áreas (GOODWIN, 1998 *apud* NIEFER, 2002).

A Barra do Superagui, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Integral de Turismo Sustentável (PDITS) do Litoral do Paraná (PARANÁ. Secretaria de Turismo, 2010), ainda possui infraestrutura reduzida com áreas mínimas de intervenção, tendo como principal atrativo a Praia Deserta, com 38 km de praia virgem que pode ser visitada a pé ou de bicicleta. O PDITS do Litoral do Paraná tem como objetivo a qualificação do turismo nos padrões de sustentabilidade nas áreas compostas pelos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná, bem como consolidar os segmentos cultural, ecoturismo e turismo de sol e praia, visando “a qualidade da experiência turística e a ampliação da participação econômica da atividade no polo (PDITS, 2010, p.18)

Desde os primórdios de nossa história, quando o litoral recebia as primeiras visitas de navegadores e colonizadores, a região da Barra do Superagui se mantém incólume. Após quatro séculos, contados da descoberta do Brasil, as características arqueológicas e etnográficas se mantêm inalteradas (LANGE, 1985, p. 1).

O transporte marítimo para a Barra de Superagui dura aproximadamente três horas e é realizado pela Associação de Barqueiros do Litoral Norte do Paraná (ABALINE), com saídas diárias de Paranaguá. O embarque e o desembarque em acontecem na Rua da Praia ao lado do terminal rodoviário e nos trapiches em frente à Estação Náutica, local construído em 2007 e com uma boa estrutura de atendimento ao turista (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2007). A Barra de Superagui possui posto de saúde, no entanto, não é constante a presença de médicos, assim como de remédios disponíveis e materiais de primeiros socorros, sendo a comunidade obrigada a se deslocar para Paranaguá ou Guaraqueçaba em caso de necessidade (VIVEKANANDA, 2001, p. 40) Fato que também afeta negativamente o turismo e a segurança do visitante que, em caso de emergência, teria que se deslocar para outra

cidade, se houverem barcos disponíveis.

De acordo com Vivekananda (2001, p. 40) e Betti (2014, p. 55), todas as comunidades do PNS possuem energia elétrica e água de boa qualidade, embora na maioria dessas regiões ela não esteja sendo devidamente tratada, pois o saneamento básico ainda é muito precário. Apenas as maiores comunidades, como das Peças e Superagui, recebem energia elétrica, que chega até o local através de cabos submarinos. No passado, a falta de energia elétrica afetava a conservação do pescado, o que obrigava a comunidade a vendê-lo a preços muito abaixo do mercado. Essa situação ainda pode ser observada, porém agora por falta de organização e união das próprias comunidades (VIVEKANANDA, 2001, p.40).

O Ministério do Turismo dispõe sobre o Plano Nacional de Turismo (PNT) 2013-2016, aprovado pelo Decreto nº 7.994, de 24 de abril de 2013, no qual uma das ações propostas é:

O fomento e apoio a projetos ou ações para o desenvolvimento local e sustentável do turismo, por meio da organização e qualificação da produção, melhoria da qualidade dos serviços, incentivo ao associativismo, cooperativismo, empreendedorismo, formação de redes, estabelecimento de padrões e normas de atendimento diferenciado e estratégias inovadoras, para inserção desses produtos na cadeia produtiva do turismo, particularmente com relação a produtos e serviços turísticos de base comunitária com representatividade da cultura local, valorização do modo de vida ou defesa do meio ambiente (BRASIL. Ministério do Turismo, 2013).

O PDITS também aponta que o Ecoturismo é o principal segmento da Barra de Superagui em termos de potencialidade. Através de análise SWOT (forças, oportunidades, fraquezas e ameaças) realizada no Plano (PARANÁ, 2010, p. 209), foi constatado: alta valorização da paisagem e atrativos que ressaltam a originalidade no mercado turístico local e regional; falta de estruturação da gestão, infraestrutura de apoio e para desenvolvimento de atividades; a comunidade residente da região apresenta baixo aproveitamento do potencial cultural e natural e pouca organização.

O PDITS visa a proposta de ações como a implementação de postos de informações turísticas e trapiche na Barra de Superagui, sob a justificativa de melhorar a estrutura de recepção dos turistas, fomentar a visitação e qualificar a infraestrutura existente para a comunidade. O plano de manejo da APA de Superagui, documento que regulamenta como a comunidade pode utilizar os recursos naturais da região, está em elaboração desde 2011.

O Parque Nacional do Superagüi (PNS) tem como missão proteger área significativa do Lagamar¹, Patrimônio da Humanidade, através da pesquisa, especialmente com o mico-leão-da-cara-preta (*Leontopithecus caissara*) e o papagaio-de-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*), do turismo responsável e da integração com as comunidades, considerando seus valores históricos e culturais (BETTI, 2014, p. 98)

Vivekananda (2001, p. 90) aponta, através de dados coletados em sua pesquisa, que a comunidade da região de Superagui está passando por um processo de descaracterização sociocultural, iniciado antes mesmo da criação do PARNA. Entre os fatores que levaram a essa situação, a autora ressalta o acesso aos produtos industrializados e mudança de hábitos, como as atividades voltadas inteiramente para a pesca, extinguindo outras atividades extrativistas e artesanais. Outro fator seria o isolamento dessa comunidade por muitos anos, sem um sistema educativo adequado e que, até 2001, ainda não possuía ensino médio, diminuindo assim as chances de jovens trabalharem com outras atividades que não sejam as tradicionais. Nota-se, portanto, que a missão de valorizar a cultura e tradições dessa comunidade deu lugar aos benefícios gerados pelo Parque, uma vez que essa descaracterização e desconexão com a terra de origem possibilitou que determinadas áreas pudessem se recompor.

Apesar do ensino precário, a comunidade de Superagui, assim como da Barra do Ararapira e Vila das Peças, receberam apoio do Projeto Escola das Águas que, embora temporário, complementou o ensino do primeiro grau e ofereceu informações nas áreas de ecoturismo, cidadania, meio ambiente e atividades econômicas alternativas, como aquicultura. O projeto, implementado em 1997 através da Secretaria Estadual de Educação (SEED), era voltado a filhos de pescadores e moradores do PNS. No entanto, o ensino continua a ser um dos maiores desafios enfrentados pelas comunidades locais em regiões como a de Superagui. (VIVEKANANDA, 2001, p. 40). A autora também ressalta que o artesanato estava sendo incrementado na região por iniciativa de duas associações de mulheres, uma em Superagui e outra na Vila das Peças, sendo a primeira incluída no programa de educação ambiental desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ.

¹ O Lagamar é um sistema formado por estuários. Faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, tendo como componentes os Complexos Estuarinos de Iguape e Cananéia (SP) e o Complexo Estuarino de Paranaguá (PR). A região se destaca pelas paisagens naturais terrestres e marinhas costeiras e pela cultura local, incluindo populações caiçaras, quilombolas e indígenas. Considerada como de prioridade extremamente alta para medidas de conservação, compreende diversas unidades de conservação e integra a Reserva da Biosfera da Floresta Atlântica (UNESCO).

Por ser uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral e não possuir plano de manejo que conduza as ações dentro da região, a visitação no Parque Nacional do Superagui (PNS) não é permitida, restringindo a atividade turística apenas em seu entorno imediato, onde está localizada a comunidade da Barra de Superagui (SPVS, 2006²*apud* CORAZZA, 2008). Conforme exposto por Betti (2014, p. 99), “dentre as categorias de UCs existentes em Guaraqueçaba que admitem visitação turística, o PARNA é o mais restritivo, sendo autorizado apenas o uso indireto dos recursos, salvo exceções”. Quando há demarcação de um Parque com comunidade no local, o Decreto Federal nº 6040 de 2007 prevê que “os usos e costumes da população, que tradicionalmente ocupa os espaços territoriais abrangidos pelo parque, devem ser compatibilizados com a proteção do meio ambiente” (BRASIL, 2007).

O turismo consta entre os objetivos da categoria Parque Nacional, de tal modo, o PNS deve ser estruturado para tanto. Assim, pode proporcionar uso público singular ao beneficiar esta e demais comunidades formando parcerias para prestação de serviços turísticos na UC, inclusive aqueles terceirizados, divulgando seus atrativos, cooperando para o planejamento e a estruturação das atividades (BETTI, 2014, p. 100).

Desta forma, Betti (2014) aponta que a comunidade local da Barra de Superagui acaba vivendo com diversas restrições e proibição de atividades extrativistas, como a pesca predatória, caça, agricultura, entre outras atividades que utilizem recursos naturais diretamente. Neste sentido, a autora aponta que também são afetadas as práticas que utilizam recursos naturais indiretamente, como é o caso do turismo de base comunitária, considerando as limitações para certas atividades socioculturais e econômicas. No entanto, de acordo com Vivekananda (2001, p. 64), não é possível relacionar a queda da agricultura e outras atividades extrativistas com a criação do Parque pois, segundo a autora, essas atividades deixaram de ser praticadas aproximadamente quinze anos antes de acordo com informações dos próprios moradores.

Outro ponto a ser mencionado como limitador para a comunidade são os períodos de defeso estabelecidos pela Normativa Ibama 189/2008 e que afetam também as práticas do turismo, visto que esses períodos coincidem com a alta

² SPVS. Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental. **Diagnóstico de Serviços e Infraestruturas para o ecoturismo existentes na região da APA de Guaraqueçaba**. Curitiba: SPVS, 2006. Relatório Técnico.

temporada, lucrativa para os pescadores. Os períodos de proibição são o da pesca de robalo-flecha e robalo-peva nas baías do Litoral do Paraná entre os meses de novembro e dezembro, da pesca de camarão branco de 15 de dezembro a 15 de fevereiro, e dos camarões rosa e sete-barbas no mar aberto de 1º de março a 31 de maio (SEMA/PR, 2008).

Segundo Senkovski (2015) em matéria publicada na Gazeta do Povo, no ano de 2013 o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Paraná (MOPEAR), criado em 2008, se reuniu com o ICMBio, gestores do Parque, deputados e representantes das Defensorias Públicas da União e do Estado do Paraná para discutir as violações dos direitos humanos através da não participação da comunidade na construção do Plano de Manejo do Parque Nacional do Superagui, UC de proteção integral. A matéria aponta que, após diversas tentativas, no dia 26 de maio de 2013 foi determinado pela 1ª Vara da Justiça Federal de Paranaguá que o ICMBio disponibilizasse às instituições e aos pescadores tradicionais os documentos e estudos do Plano de Manejo do Parque Nacional do Superagui, além de assegurar sua efetiva participação no processo de construção do Plano (SENKOVSKI, 2015).

A própria instituição do nome “Parque Nacional do Superagui” por si só já estimula certa demanda turística e pode ser explorado, aliado à ideia de conservação dos recursos naturais, como atrativo em potencial para o turismo de base comunitária. Segundo Irving (2009) em sua reflexão sobre o turismo de base comunitária, o TBC deve realizar a manutenção de suas práticas locais em prol da comunidade e também dos visitantes, beneficiando tanto questões de conservação da paisagem natural, como a geração de renda para a população local.

De acordo com *a Análise do Perfil dos Visitantes das Ilhas do Superagui e do Mel* (2002, p 102), quase 98% dos visitantes entrevistados na Ilha de Superagui residia no Brasil e somente 2% eram originários de outros três países: Argentina, Canadá e Estados Unidos. Nota-se, portanto, que a visitação internacional na Ilha de Superagui se mostrou pequena, principalmente quando comparada com outros locais como, por exemplo, a Ilha do Mel que teve 6% de visitação internacional.

O estímulo às atividades de uso público em unidades de conservação tem sido impulsionado por tendências mundiais, financiamentos de agências de cooperação e bancos internacionais e pela pressão nacional para que as UCs de fato contribuam para o desenvolvimento regional. No âmbito local, para conquistar adeptos à causa ambiental entre as populações que habitam tais unidades e seu entorno, recorrentemente o turismo é apontado como alternativa, principalmente em áreas que sofrem pelo pouco desenvolvimento

econômico, destacando-se seus benefícios potenciais via utilização sustentável da natureza (KINKER, 2005 *apud* BETTI, 2014, p. 53)

A exemplo de atividades que demonstram a viabilidade de adequar práticas socioeconômicas às regras ambientais propostas em UCs, está a experiência de manejo florestal realizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em conjunto com o Serviço Florestal Brasil (SFB) que, desde o ano de 2012, vêm estruturando junto à comunidade da Barra da Ararapira, localizada dentro do PARNA do Superagui, a extração de folhas da árvore de cataia (*Pimenta pseudocaryophyllus*), espécie nativa da Mata Atlântica que é utilizada para fazer a famosa bebida típica da região. O objetivo do projeto do ICMBio e do SFB é, através da elaboração de um plano de manejo, auxiliar a Associação de Mulheres Produtoras de Cataia (AMPC) em questões de extração, manejo e comercialização do produto (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2013).

O compromisso entre os órgãos ambientais e a Associação demonstra o benefício que este tipo de parceria pode trazer para uma região através do turismo de base comunitária, cenário favorável para ambas as partes, além de favorecer os aspectos naturais, sociais, culturais e econômicos do local (BETTI, 2014, p. 100).

A experiência indica a viabilidade de adequação de algumas práticas socioeconômicas a regras ambientais, potencializando os efeitos positivos ao aliar-se interesses da conservação aos de desenvolvimento local. Uma vez que a extração das folhas está sendo acompanhada por órgãos ambientais, o fato só agrega valor aos produtos, além de beneficiar as coletoras também ao mediar sua formalização, qualificação etc. O compromisso assumido entre os órgãos ambientais e a Associação é considerado favorável ao TBC, na medida em que se favorece o ambiente natural e aspectos sociais, culturais e econômicos (BETTI, 2014, p. 100).

Em seu estudo, Betti (2014) também aponta que, apesar de o Brasil não possuir uma política nacional que oriente o turismo em UCs, existe um conjunto de normativas, diretrizes e projetos que orientam a atividade conforme abaixo (Quadro 1):

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a visitação pública é admissível em todas as categorias de UCs, desde que prevista e respeitando-se as normas do plano de manejo e do plano de uso público da unidade em questão. Ressalta-se que ainda não há regulamentação específica para visitação em cada categoria e que em estações ecológicas e reservas biológicas admite-se apenas visitação com fins educacionais (BETTI, 2014, p. 53).

QUADRO 1 - POSSIBILIDADES DE USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Grupo de proteção integral	Estação Ecológica	Permitida visitação apenas com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o plano de manejo da unidade ou regulamento específico
	Monumento Natural	Visitação permitida, sujeita às condições e restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade, às normas do órgão responsável por sua administração e às normas previstas em regulamento
	Parque Nacional	Visitação pública permitida, sujeita às normas e restrições estabelecidas no plano de manejo, às normas do órgão responsável por sua administração e às normas previstas em regulamento
	Refúgio de Vida Silvestre	Visitação permitida sujeita às condições e restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade, às normas do órgão responsável por sua administração e às normas previstas em regulamento
	Reserva Biológica	Permitida a visita com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico
Grupo de uso sustentável	Área de Proteção Ambiental	A visitação pública nas áreas de domínio público será definida pelo órgão gestor da unidade
	Áreas de Relevante Interesse Ecológico	Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada nesta categoria
	Floresta Nacional	A visitação é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade
	Reserva Extrativista	Visitação pública permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no plano de manejo
	Reservas de Fauna	A visitação pode ser permitida desde que compatível com o manejo e de acordo com as normas definidas pelo órgão responsável por sua administração
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	É permitida a visitação desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no plano de manejo da área
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	É permitida a visitação com objetivos educacionais, recreativos e turísticos, conforme disposto no regulamento

FONTE: Elaborado com base em BRASIL (2000); TAKAHASHI (2004)

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), visitar uma UC é “aproveitar a utilização da Unidade de Conservação com fins recreacionais, educativos, entre outras formas de utilização indireta dos recursos naturais e culturais”, desde que o visitante esteja de acordo com os propósitos e objetivos de cada área, seja ele um turista, excursionista ou população local (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2006,

p. 9). De acordo com Beni (2003 *apud* BETTI, 2014, p. 55),

Neste sentido, Leuzinger (2010) relaciona as vantagens da visitação em UCs com os benefícios que a experiência do indivíduo na região pode trazer para a população do entorno, uma vez que essa interação pode contornar conflitos advindos da instituição dessas UCs. Por isso há “urgência em se determinar maneiras de envolver a sociedade local na gestão da UC, mesmo que indiretamente, por meio da prestação de serviços que possam interessar aos turistas” (LEUZINGER, 2007, p. 305).

Não se contesta, portanto, a necessidade de instituição de unidades de conservação, incluídas as UCs de proteção integral e domínio público, como necessárias à proteção do ambiente natural e, em especial, da diversidade biológica, mas defende-se que sua instituição deve obedecer aos requisitos constitucionais e infraconstitucionais, que permitem conciliar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e os direitos culturais, dentro da perspectiva de ser o Brasil não apenas um país rico em biodiversidade, mas também um país sociodiverso, portador de imensa riqueza cultural, que conforma o seu patrimônio cultural, essencial à formação da identidade nacional (LEUZINGER, 2007, p. 307).

Deste modo, Betti (2014, p. 60) aponta que, sendo a população a principal afetada pelas restrições da utilização dos recursos naturais da região, a atividade turística se torna a melhor alternativa para o desenvolvimento econômico local. Para que os impactos positivos decorrentes da atividade sejam mais expressivos, o turismo de base comunitária se apresenta como possibilidade de realizar um turismo de baixo impacto em oposição ao turismo convencional. Ressalta-se que a abordagem do TBC na comunidade caiçara da Barra de Superagui tem como objetivo analisar, junto aos diversos autores já citados, a possibilidade de um projeto de sensibilização turística que auxilie a comunidade da região a gerir o turismo de forma mais eficiente e em seu benefício próprio, de acordo com seus interesses.

2.4 SENSIBILIZAÇÃO TURÍSTICA

Mesmo diante do enorme potencial turístico e riqueza de recursos naturais e culturais, a Barra de Superagui ainda não fomenta o turismo de maneira que possa alcançar os benefícios para a comunidade local. Neste sentido, e de acordo com o Módulo 1 do Programa de Regionalização do Turismo, elaborado pelo Ministério do Turismo (2007), um programa de sensibilização se justifica pela necessidade de se

proporcionar à comunidade o entendimento do que é o turismo, bem como sua potencialidade e o que tem a oferecer de acordo com as peculiaridades da região.

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil propõe como forma de trabalho a troca de experiências e a aproximação das diversas pessoas envolvidas com a atividade turística em cada região. Na formação de grupos, o desenvolvimento de habilidades individuais e, conseqüentemente, a melhoria no desempenho de tarefas são tão importantes quanto as mudanças que devem ocorrer nas práticas rotineiras da comunidade (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007, p. 15).

Segundo o módulo, o potencial de determinadas regiões pode não estar sendo percebido com toda a riqueza que possui. Neste sentido, as trocas de experiências e aproximação das diversas pessoas envolvidas com a atividade turística pode possibilitar o desenvolvimento de habilidades individuais, bem como melhorar o desempenho de atividades e práticas importantes na comunidade. A sensibilização turística é, portanto, uma importante ferramenta para o desenvolvimento do trabalho em grupo.

Sensibilizar é oferecer, às pessoas da comunidade ou da região, os meios e os procedimentos que as façam perceber novas possibilidades e lhes permitam enfrentar as mudanças e as transformações necessárias quando se adota uma nova postura frente ao turismo (Ministério do Turismo, 2007, p. 17).

Segundo Hanai e Espíndola (2011), a sensibilização turística é um meio valioso para sensibilizar a comunidade local de uma região, bem como para aumentar a sua capacidade de participação e organização, fortalecer a capacidade de argumentação frente a outros interlocutores, incentivar o desenvolvimento local e potencializar a atuação de forma integrada nas ações de desenvolvimento turístico. “A participação dos vários atores sociais da comunidade é um dos elementos mais importantes para a realização do desenvolvimento do turismo comunitário” (KO, 2005, p.439).

Os autores também apontam que, diante da pequena quantidade de iniciativas direcionadas ao empenho de sensibilizar e educar turisticamente os atores de uma comunidade, se faz necessária a promoção e criação de espaços para sua participação efetiva nas discussões e definições do desenvolvimento do turismo local. No entanto, a participação ativa da comunidade receptora requer a compreensão do processo de desenvolvimento turístico, que só pode ser alcançado através do conhecimento de conceitos básicos sobre a atividade, bem como maior

esclarecimento dos fenômenos associados a ela.

Constata-se, portanto, que o esforço em sensibilização da sociedade para o turismo sustentável é primordial para a construção de novos paradigmas do desenvolvimento turístico, envolvendo além da capacitação das comunidades locais, o investimento nas potencialidades regionais e a discussão dos riscos e benefícios que o turismo pode trazer para um determinado destino (HANAI E ESPÍNDOLA, 2011, p. 6).

A etapa de sensibilização turística torna-se fundamental no processo de planejamento e desenvolvimento do turismo pois, de acordo com Hanai e Espíndola (2011, p. 09) “permite que a própria comunidade consiga, por consciência própria, optar pelo tipo de turismo desejável, definindo os rumos e o direcionamentos para o desenvolvimento da sociedade local”. O processo de sensibilização também permite que a comunidade esclareça e conscientize-se de suas responsabilidades para o sucesso do desenvolvimento do turismo, além de participar de maneira ativa nas decisões e de modo que valorize sua identidade, interesse local pelo turismo e fortaleça os princípios sustentáveis do desenvolvimento (HANAI E ESPÍNDOLA, 2011).

Neste sentido, o Manual de Turismo Responsável da *World Wide Fund for Nature* - WWF Brasil (2004) aponta que a base para o desenvolvimento do turismo responsável é composta pela educação, conscientização e capacitação da comunidade receptora, na qual todos os integrantes devem ser conscientizados dos efeitos positivos e negativos que podem decorrer de suas ações, encorajando-os a serem responsáveis e praticarem atividades que auxiliem a conservação do ambiente em que estão inseridos.

Os programas de sensibilização turística não devem possuir o caráter de um curso de capacitação e desta forma, técnicas e materiais didáticos de interpretação gráfica, dinâmicas, práticas pedagógicas, cursos, palestras, eventos devem ser desenvolvidos para implementação do programa, assim como outros meios alternativos e inovadores de comunicação e de alcance público (HANAI E ESPÍNDOLA, 2011, p. 21)

O Módulo Operacional 1, do Programa de Regionalização do Turismo – Mtur também estabelece que as atividades de sensibilização devem identificar os atores mais relevantes da comunidade, como líderes, estudantes, comerciantes, entre outros, para fazerem parte das atividades e, posteriormente, se envolver no desenvolvimento do turismo. O módulo apresenta alguns objetivos do processo de sensibilização turística que coincidem com os objetivos do projeto de sensibilização

turística deste trabalho, sendo esses:

1. Buscar o apoio dos órgãos públicos das Unidades da Federação e Órgãos Municipais;
2. Estimular a discussão e a divulgação de conceitos relacionados à atividade turística;
3. Mostrar aos setores público e privado, e à própria comunidade, como é importante aprimorar os serviços e melhorar a qualidade dos equipamentos turísticos, e as vantagens em organizar, aumentar e diversificar a oferta turística, de forma a valorizar os produtos turísticos ofertados;
4. Apoiar as Unidades da Federação na identificação de lideranças naturais, nas comunidades e no setor privado, envolvidos com as atividades turísticas;
5. Procurar diminuir os obstáculos à aceitação de novas ideias e posturas;
6. Fazer com que as pessoas e instituições envolvidas no processo passem a ter uma visão mais ampla da atividade turística;
7. Estimular a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento das iniciativas socioculturais e das atividades econômicas;
8. Fortalecer as instituições governamentais e não governamentais locais voltadas para as atividades turísticas ou a elas relacionadas; (referência)

Entretanto, assim como apontado por Hanai e Espíndola (2011), a participação da comunidade no desenvolvimento do turismo não deve ser passiva, sendo sujeito e não objeto do espaço em que vive. Essa participação nos processos decisórios relaciona-se, principalmente, ao poder efetivo de decisão e desenvolvimento ativo em todas as instâncias, a fim de resgatar e valorizar os fazeres e saberes locais. E é neste sentido que um projeto de sensibilização turística irá auxiliar a comunidade da Barra de Superagui, de acordo com seus interesses, a estar mais engajada em todos os processos de desenvolvimento do turismo, bem como a se reconectar com o ambiente o qual fazem parte.

Participar é fazer parte, tomar parte ou ter parte. A participação ativa ocorre quando os cidadãos sentem que por “fazerem parte” de uma região, têm parte real na sua condução e por isso tomam parte – cada qual em seu ambiente – na construção de uma nova sociedade da qual se sentem parte (PESCE, 1999).

Desta forma, nota-se que o processo de sensibilização turística é de grande importância, visto que o turismo é, muitas vezes, a única alternativa de fonte de renda de uma comunidade, principalmente em regiões localizadas dentro Unidades de Conservação com diversas restrições de uso do ambiente, como é o caso da comunidade da Barra de Superagui. Neste sentido, Ruschmann (2004, p. 10) aponta que “a participação da comunidade não significa simplesmente um ato de consulta aos moradores, mas sim um compromisso de trabalho e contribuição permanente, por parte da comunidade”.

As estratégias propostas pelo Módulo 1 do Programa de Regionalização do Turismo também coincidem com as estratégias que pretendem ser adotadas no presente projeto, sendo essas:

Realização de reuniões e oficinas com a participação de representantes do poder público, empresários, sociedade civil e instituições de ensino, para que conheçam e se interessem pelas estratégias e ações; identificar lideranças envolvidas com a atividade turística; apresentar casos e iniciativas de sucesso para demonstrar as vantagens e a necessidade de fortalecer e aumentar a oferta dos produtos turísticos e de melhorar a qualidade dos serviços e equipamentos; divulgar a ideia de que é importante ter uma visão consciente da preservação do meio ambiente, das atividades econômicas e dos aspectos sociais e culturais no processo de regionalização do turismo. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007, p.23)

A respeito de exemplos de projetos de sensibilização turística, cita-se o caso de desenvolvimento do turismo sustentável na região sul do estado de Minas Gerais, Brasil. Segundo Hanai e Espíndola (2011), os procedimentos adotados na elaboração e aplicação do programa de sensibilização em Minas Gerais foram: a identificação do perfil socioeconômico e cultural da comunidade local; preparação de conteúdo e elaboração de materiais didáticos; aplicação de programa de sensibilização em meios de comunicação; e palestras destinadas à comunidade local.

Segundo os autores, devido ao estado de Minas Gerais possuir cidades de pequeno porte e cultura predominantemente rural, as estratégias de aplicação do programa de sensibilização turística foram definidas de acordo com as características locais. Os temas abordados nos meios de comunicação (rádios e jornais locais) e nas palestras foram: turismo; ecoturismo; turismo rural; a importância do atendimento e receptividade do turista; os benefícios do turismo; a dependência do turismo nos atrativos naturais conservados; a importância da valorização e preservação dos patrimônios históricos e culturais; os desafios da sazonalidade do turismo; a importância do envolvimento e da participação da população no planejamento e desenvolvimento do turismo (HANAI E ESPÍNDOLA, 2011).

O projeto de sensibilização turística em Minas Gerais promoveu ao todo oito palestras e vinte e oito reuniões técnicas com a participação de empresários, dirigentes, gestores públicos municipais, guias de turismo, comerciantes e residentes locais. De acordo com Hanai e Espíndola (2011), o projeto despertou um interesse maior da comunidade local pela atividade turística, iniciando também um processo de conscientização e participação mais ativa, bem como a incorporação de princípios

de cooperativismo e coletividade.

Os programas de sensibilização turística devem considerar os pressupostos culturais, ideológicos ou religiosos da comunidade, sem os quais resulta ser praticamente impossível a efetivação e concretização das ações propostas. A consideração de valores culturais da comunidade constitui-se num aspecto de extrema importância para a definição da abordagem, conteúdo e estratégias de aplicação de um programa de sensibilização turística (Hanai e Espíndola, 2011, p 20).

Contudo, a sensibilização turística de uma comunidade local apresenta-se como etapa essencial do desenvolvimento do turismo de forma econômica, social e ambientalmente sustentável. Permite também que sejam disseminados conhecimentos para que as pessoas e instituições envolvidas na atividade turística passem a perceber sua importância no desenvolvimento da região. Pretende-se, portanto, apresentar uma proposta de projeto de sensibilização turística através de dinâmicas e oficinas com a comunidade e todos aqueles que estejam vinculados de forma direta ou indireta com o turismo na região da Barra de Superagui.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento do projeto de sensibilização turística na Barra de Superagui, foi necessária a utilização de algumas tipologias de pesquisa para a obtenção de dados que orientaram os objetivos específicos definidos previamente. Esta etapa foi essencial para o desenvolvimento do presente projeto, visto que, através dos aspectos metodológicos, foi possível identificar a visão da comunidade local quanto ao fomento da atividade turística na região.

Dentro desta abordagem, foi utilizado o método de pesquisa de caráter exploratório e abordagem qualitativa, além de pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo. O instrumento de coleta de dados escolhido foi o roteiro de entrevista semiestruturada com perguntas abertas (Apêndice 1 e 2) e observação simples, sendo a amostragem também qualitativa, feita por conveniência.

Sendo assim, para alcançar os objetivos específicos determinados anteriormente, o método escolhido possibilitou, através do levantamento e exposição de dados, realizar um diagnóstico do potencial turístico da Barra de Superagui, bem como compreender e interpretar as motivações e comportamentos da comunidade, seu entendimento e expectativas sobre o turismo de base comunitária na região.

Segundo Gil (1999, p. 43):

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso (GIL, 1999, p. 43).

A formulação do problema e identificação das relações que as variáveis estabelecem com o marco teórico é fundamental para que o problema assuma significado científico. Torna-se necessário, portanto, contrapor a visão teórica do problema com os dados da realidade e definir o delineamento da pesquisa, considerando o ambiente em que são coletados os dados (GIL, 1999, p. 64).

Quanto à relevância do problema de pesquisa, Gil (1999, p. 51) aponta que, ao formular o problema, deve-se determinar qual é sua relevância em termos práticos e científicos à medida que é conduzido à obtenção de novos conhecimentos. O autor também ressalta que a relevância do problema de pesquisa está nos benefícios que

podem decorrer de sua solução e, no caso da presente pesquisa, benefícios que um projeto de sensibilização turística pode trazer para o desenvolvimento do turismo comunitário na região de Superagui.

Foram utilizados relatórios de órgãos relacionados ao turismo, relatos pessoais da comunidade e empreendedores do turismo da região, além de dados estatísticos (IBGE) e outras informações sobre a Barra de Superagui, local onde foi desenvolvida a pesquisa.

Um projeto de pesquisa não é necessariamente quantitativo ou qualitativo. O que define o tipo de pesquisa a ser usado e a metodologia adequada são os paradigmas adotados pelo pesquisador e a natureza do problema que se pretende investigar DENCKER (1998, p. 107).

De acordo com Dencker (1998, p. 125) “o pesquisador deve analisar a forma como foram colhidos os dados e confrontá-los com outras fontes, a fim de reduzir a possibilidade de erro”. O método bibliográfico utilizado serviu, portanto, como referência para o estudo dos dados coletados na pesquisa exploratória, sendo esta flexível no que diz respeito ao seu planejamento – que incluiu análises de exemplos similares ao que está sendo estudado, bem como entrevista com a comunidade e proprietários de empreendimentos turísticos da Barra de Superagui.

O método de pesquisa bibliográfica utilizado também possibilitou a compreensão dos conceitos de turismo comunitário e de sensibilização turística, bem como forneceu informações sobre o turismo na região de Superagui – todos necessários para o estudo.

A pesquisa de campo permitiu a compreensão, através das entrevistas com a população local e empreendedores de turismo da região, o funcionamento da atividade turística na Barra de Superagui e o grau de envolvimento da comunidade com o turismo para, posteriormente, ser possível a elaboração de um projeto de sensibilização turística pautado nos princípios do TBC. A pesquisa de campo teve como intuito aprofundar-se nas questões propostas até sua realização, apresentando grande flexibilidade durante seu planejamento e permitindo que os objetivos fossem reformulados durante o processo de pesquisa (GIL, 1999, p. 72).

A aplicação da pesquisa foi realizada presencialmente com a comunidade da Barra de Superagui através de roteiro de entrevista semiestruturada, o qual permitiu que a entrevista fosse mais espontânea. Foram realizados dois roteiros de entrevista (apêndices 1 e 2): com a comunidade e nos empreendimentos de turismo, através de

perguntas abertas. Foi também realizada entrevista presencial com o ICMBio, na sede localizada na própria Barra de Superagui.

As questões utilizadas nas entrevistas foram pré-definidas. No entanto, não foram limitadas ao roteiro estabelecido, permitindo, quando se fazia necessário, que outras perguntas fossem exploradas no decorrer do processo. Dessa forma, as questões pré-definidas foram uma diretriz, porém não ditaram como a entrevista decorreu, não existindo ordem correta para as questões (GIL, 1999, p. 120).

De acordo com Marconi e Lakatos (1996, p. 86), entre as vantagens deste tipo de entrevista, destacam-se a amostragem da população geral, maior flexibilidade, possibilidade de repetir e esclarecer perguntas, bem como avaliar atitudes e condutas através da observação de reações e gestos durante a entrevista. Este tipo de entrevista também possibilita que sejam obtidos dados que não podem ser encontrados em documentos, o que foi de extrema relevância durante a pesquisa de campo na comunidade de Superagui.

A coleta de dados, além das entrevistas, foi realizada através de observação simples que, segundo Gil (1999, p.111), significa a observação de forma espontânea dos fatos que acontecem em determinado local. O autor (1999, p. 111) aponta que a coleta de dados pela observação simples deve ser seguida de um processo de análise e interpretação, facilitando a obtenção de dados sem produzir suspeitas na comunidade que está sendo estudada. Para Gil, este tipo de coleta de dados é adequado aos estudos qualitativos, principalmente de caráter exploratório. No entanto, aponta-se que o desafio do pesquisador é saber ao certo o que deve ser observado, sendo possível, caso sinta a necessidade, redefinir os objetivos durante o processo. (GIL, 1999).

Foram observados, portanto, o sujeito, o cenário, o cotidiano e o comportamento social da comunidade da Barra de Superagui, sendo necessário conhecimento prévio sobre a região e cultura da população para que o significado dado às interpretações fosse correto. Os registros destas observações foram realizados mediante caderno de anotações, câmera e gravador.

A amostragem utilizada foi definida por conveniência, sendo a menos rigorosa dentre as possibilidades existentes (GIL, 1999). Foram selecionados os elementos coletados e aos quais se teve acesso para que representassem o universo da pesquisa.

Para este tipo de amostragem são adequados os estudos de caráter exploratório e/ou qualitativos, onde não são necessários elevados níveis de precisão (GIL, 1999). A técnica da amostragem, não probabilística por conveniência, buscou obter dados através da seleção da comunidade da Barra de Superagui a que se teve acesso e que estava disponível para participar do processo – representando o universo estudado.

Foram, portanto, selecionados para fazer parte da amostra os indivíduos que possuíam ou não algum contato com o turismo e os proprietários de empreendimentos turísticos, com a finalidade de verificar também o grau de importância da atividade para o desenvolvimento da região. Segundo Gil (1999), a amostra por conveniência deve ser acompanhada de uma descrição de como foi obtida, a fim de que seja possível avaliar sua credibilidade.

QUADRO 2 – CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	FONTE DE DADOS	INSTRUMENTO DE COLETA	ANÁLISE
Diagnosticar o funcionamento da atividade turística de Superagui/PR	Primária e secundária Fontes bibliográficas e documentais aliadas à pesquisa de campo	Coleta de dados em fontes bibliográficas e entrevistas semiestruturadas com a comunidade e principais empreendedores de turismo da região Observação simples	Descrição/narração da entrevista através de comparativo com os dados da pesquisa documental e bibliográfica. (Emparelhamento de Laville e Dione)
Diagnosticar o grau de envolvimento da comunidade com o turismo em Superagui/PR	Primária Pesquisa de Campo	Roteiro de entrevista semiestruturado (apêndices) Observação simples	Descrição/narração da entrevista através de comparativo com os dados da pesquisa documental e bibliográfica (Emparelhamento de Laville e Dione)
Desenvolver, em diálogo com a comunidade, o planejamento de um projeto de sensibilização turística na região	Primária e Secundária Fontes bibliográficas e documentais aliadas à pesquisa de campo	Coleta de dados em fontes bibliográficas e entrevistas semiestruturadas com a comunidade e principais empreendedores de turismo da região	Descrição/narração da entrevista através de comparativo com os dados da pesquisa documental e bibliográfica (Emparelhamento de Laville e Dione)

FONTE: A autora, 2017

A coleta de dados, conforme mostra o Quadro 4, ocorreu de acordo com cada objetivo específico. A pesquisa foi dividida em duas etapas:

- A) A primeira, composta pela pesquisa bibliográfica e documental em fontes secundárias, teve como objetivo a definição dos conceitos-chave (turismo de base comunitária, sensibilização turística) e a obtenção de informações a respeito da atividade turística na comunidade caiçara de Superagui, as diretrizes de utilização do espaço em unidades de conservação e estudos de caso que demonstrem como este segmento do turismo pode ser uma alternativa econômica e social para a região; e
- B) A segunda fase foi composta pela pesquisa de campo que, em diálogo com a comunidade, pode apontar as demandas e potencialidades da Barra de Superagui em relação ao turismo, bem como o interesse da comunidade em implementar um projeto de sensibilização turística na região.

De acordo com Gil (1999, p. 169), após a coleta de dados é necessária sua análise e interpretação. Nesse sentido, a análise será o meio para organizar os dados de forma que forneçam respostas ao problema proposto na pesquisa, enquanto a interpretação deverá estabelecer o sentido mais amplo das respostas através da ligação com outros conhecimentos anteriormente obtidos. Para que possam ser adequadamente analisadas, o autor aponta que as respostas devem ser agrupadas em certo número de categorias através de um princípio de classificação.

No caso da presente pesquisa, desenvolvida sem hipóteses explícitas e com instrumentos não padronizados, deve-se selecionar uma amostra de respostas obtidas e, a partir delas, construir hipóteses que sirvam de princípio de classificação (GIL, 1999, p. 169).

Diante das estratégias qualitativas, foi utilizada a técnica de emparelhamento que, de acordo com Laville e Dionne (1999, p. 227), consiste em “associar os dados recolhidos a um modelo teórico com a finalidade de compará-los”. A descrição e narração da entrevista, através de comparativo com os dados da pesquisa documental e bibliográfica, justifica-se uma vez que se busca, a partir de uma abordagem primeiramente teórica, compreender o fenômeno estudado. No entanto, torna-se necessária a comprovação da associação entre teoria e realidade para garantir a

qualidade do estudo desenvolvido (KRIPPENDORFF, 1980; LAVILLE; DIONNE, 1999).

A interpretação dos dados, portanto, seguiu uma metodologia pautada na teoria fundamentada, compreendida como de natureza exploratória, sendo assim “um método geral de análise comparativa” (GLASER; STRAUSS, 1967). Trata-se de um conjunto de procedimentos para recolher e analisar dados que permitem formular conceitos úteis para explicar o fenômeno estudado e possibilitar, assim, o diálogo científico. Na próxima seção serão apresentados, portanto, os dados coletados, bem como sua interpretação e resultados, visto a quantidade de informações e detalhes obtidos das entrevistas.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Mediante a metodologia apresentada anteriormente e de modo a alcançar os objetivos, apresentados na parte introdutória do projeto, buscou-se uma análise descritiva e interpretativa para que um modelo qualitativo de pesquisa prática fosse justificado.

A pesquisa bibliográfica e documental, registrada na segunda seção do presente trabalho, possibilitou o levantamento dos fundamentos teóricos dos conceitos chaves (turismo comunitário, turismo caiçara na Barra de Superagui, sensibilização turística) para as proposições do projeto, através de livros, artigos, relatórios e demais documentos pertinentes. Após a conclusão da pesquisa bibliográfica e documental, e seu posterior registro, passou-se para a pesquisa de campo que manteve diálogo a todo momento com o levantamento das fontes secundárias, a fim de aproximar teoria e prática e comparar o que já se havia pesquisado, identificando as semelhanças e discrepâncias.

Desta forma, e para responder o segundo objetivo proposto, a pesquisa de campo foi elaborada com a finalidade de analisar o funcionamento da atividade turística da Barra de Superagui e o grau de envolvimento da comunidade através dos dados coletados nas entrevistas e observação, fundamentando-se nas proposições teóricas já trabalhadas. A sugestão de desenvolver um projeto de sensibilização turística que contemple o modo de vida caiçara, as tradições, a cultura e os princípios de preservação ambiental estabelecidos pelo Parque Nacional de Superagui, é o resultado final dessa análise, cumprindo o último objetivo do trabalho que será apresentado na próxima seção.

Abordou-se, desta forma, um caráter de entrevista informal realizada presencialmente com a comunidade da Barra de Superagui através de roteiro de entrevista semiestruturada previamente definida, a qual permite que a entrevista seja mais espontânea. Foram realizados dois roteiros de entrevista (Apêndices 1 e 2): com a comunidade e nos empreendimentos de turismo, através de perguntas abertas, além de conversa presencial com o ICMBio entre os dias 15 e 21 de julho de 2017.

Portanto, serão apresentados a seguir os dados coletados, de acordo com os objetivos propostos na pesquisa. Inicialmente, serão descritos os empreendimentos turísticos e moradores que participaram das entrevistas para, posteriormente, descrever as características da região e da comunidade da Barra de Superagui, sua

relação com a atividade turística e interesse em um projeto de sensibilização turística. Além das entrevistas semiestruturadas, outro método de análise utilizado foi a observação simples a fim de se registrar os comportamentos sociais no momento em que ocorreram.

4.1 PÚBLICO ANALISADO

Para garantir representatividade, foi estabelecido um sistema de amostragem dirigido aos moradores mais antigos, por estes terem vivenciado tanto a fase de agricultura como a de extrativismo, estando essa faixa etária (38 a 60 anos) mais adequada aos objetivos da entrevista. Portanto, o público participante foi escolhido intencionalmente dentro do universo da pesquisa, de forma condizente com a expectativa dos resultados e objetivos do projeto.

Deste modo, fizeram parte da amostragem os moradores de Superagui que possuíam contato direto e indireto com o turismo, os proprietários de empreendimentos turísticos e o ICMBio, totalizando 06 mulheres e 04 homens. Visto a amostragem por conveniência escolhida para o presente trabalho, buscou-se representar o ambiente em questão através da própria indicação dos moradores a respeito das pessoas mais pertinentes para fazerem parte da pesquisa. Os entrevistados receberão a denominação de uma letra seguida de um número (Ex: C1), sendo especificado apenas de qual grupo ele faz parte: comunidade (C), proprietário de empreendimento turístico (P) ou a autarquia ICMBio (B).

Portanto, os dados da pesquisa qualitativa foram coletados a partir da observação e aplicação de entrevistas semiestruturadas com uma proprietária de empreendimento familiar de hospedagem (Entrevistado P1), proprietária da Mercearia do Toninho (Entrevistado C1), um pescador (Entrevistado C2), funcionária da Pousada Superagui (Entrevistado C3), coordenadora da Escola Municipal (Entrevistado C4), presidente da Associação de Moradores (Entrevistado C5), secretário da Associação de Moradores (Entrevistado C6), assistente do ICMBio (Entrevistado B1), proprietária de uma lanchonete (Entrevistado P3) e proprietária de empreendimento familiar de hospedagem e venda de pastéis e sonhos (Entrevistado P4), todos moradores da Barra de Superagui.

Buscou-se, dentro do universo das dez pessoas entrevistadas, representar a realidade da comunidade da região, visto que cada sujeito entrevistado tem contato

direta ou indiretamente com o turismo de formas diferentes e podem, portanto, caracterizar o cenário e o comportamento social dessa população de perspectivas distintas. Ressalta-se que, devido à baixa temporada, a maioria dos empreendimentos, restaurantes, bares, campings e pousadas, estavam fechados com previsão de reabertura apenas para o início de novembro, época em que a região passa a receber mais turistas novamente. Na baixa temporada, os moradores que possuem empreendimentos turísticos fecham-nos e voltam-se para a pesca.

4.1.1 Categorização dos entrevistados

A amostragem dos dez entrevistados visou atingir ao máximo pessoas ligadas direta ou indiretamente com a atividade turística na região ou que de alguma forma atuassem como formadoras de opiniões. As entrevistas, portanto, foram compostas por:

- Setor da Educação: 01 pessoa
- Setor Público: 01 pessoa
- Meio de Hospedagem: 02 pessoas
- Alimentação: 02 pessoas
- Comércio: 01 pessoa
- Pescador: 01 pessoa
- Associação de Moradores: 02 pessoas

Da amostra de 10 indivíduos, no período compreendido entre 15 e 21 de julho de 2017, obteve-se os resultados que serão discutidos nos itens a seguir.

4.2 COLETA DE DADOS

Visando a viabilização das intenções finais deste projeto, os dados coletados compuseram a pesquisa exploratória através da utilização de toda a bibliografia inicialmente referenciada no trabalho. A pesquisa procurou identificar e observar o perfil da comunidade de Superagui, seu modo de vida, as ações tomadas em coletivo, o diagnóstico do funcionamento e envolvimento da comunidade com o turismo local e o interesse em desenvolver iniciativas de turismo de base comunitária na região. Gil

(1999) e Rúdio (2002) concordam que a observação é a aplicação dos sentidos humanos para obter determinada informação sobre aspectos de uma realidade que não podem ser encontrados na pesquisa bibliográfica.

A observação, realizada antes e durante as entrevistas, contemplou aspectos como as características dos espaços da região, seus recursos naturais, eventos que ocorrem na região, as pessoas que compõe esse espaço, seus costumes, hábitos, reações, interações, principais elementos culturais e tradições da comunidade. A coleta de dados dessas observações foi realizada mediante anotações, fotos e filmagem de forma espontânea e natural, de modo a não interferir nos resultados, nem causar desconfiança na comunidade observada. A coleta dos dados das entrevistas, que duraram em média de 30 minutos a 01 hora, foi realizada mediante gravação, previamente autorizada. Optou-se por não utilizar papéis ou anotações durante as conversas para não comprometer o seu andamento, nem constranger ou causar desconfiança no entrevistado.

4.3 DESCRIÇÃO DOS ESPAÇOS

Durante toda a pesquisa de campo foi possível observar de forma aproximada detalhes do local e da própria comunidade. Antes mesmo de chegar até a Barra, partindo de Paranaguá, pode-se observar a falta de segurança e manutenção do trapiche. Chegando em Superagui, em um trajeto de barco de aproximadamente 2h30, vê-se o mesmo a respeito do trapiche em condições um pouco melhores. No caso de Paranaguá, o trapiche apresenta madeiras soltas e nenhum corrimão de segurança. Já em Superagui, o trapiche, feito de concreto, também não apresenta nenhuma barra ou corrimão de segurança nas escadas de embarque e desembarque, dificultando a passagem, principalmente para pessoas mais velhas ou com alguma dificuldade para se locomover. Faz-se aqui comparação com o que foi publicado pelo Ministério do Meio Ambiente (2007) a respeito da boa estrutura do trapiche quando havia sido recentemente construído e, dez anos depois, pode-se dizer que não houveram manutenções.

FIGURA 1 – TRAPICHE EMBARCAÇÃO PARANAGUÁ



FONTE: A autora ICMBIO (2017)

FIGURA 2 – TRAPICHE EMBARCAÇÃO PARANAGUÁ



FONTE: A autora (2017)

FOTO 3 – TRAPICHE EMBARCAÇÃO BARRA DO SUPERAGUI



FONTE: A autora (2017)

O acesso à comunidade de Superagüi, via Paranaguá, é feito através de embarcação que sai da Rua General Carneiro, também conhecida por Rua da Praia, de segunda à sábado. Na temporada e feriados a frequência dos barcos pode ser diária. No entanto, isso não é informado pelo site da Prefeitura de Guaraqueçaba, apenas no site do ICMBio (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, 2017). Os três barcos que atualmente fazem as viagens, Megatron, Salmo 123 e Silvano Sena, são embarcações simples, mas que possuem bons assentos, coletes salva-vidas e banheiro, com boas condições para atender o turista.

O ponto negativo são os horários limitados das embarcações na baixa temporada – 07h saída de Superagui e 14h30 retorno de Paranaguá -, bem como a divergência de informações entre o site da Prefeitura de Guaraqueçaba e do ICMBio, pois o primeiro informa que no domingo não há embarcações indo ou retornando de Superagui, já o segundo informa que no domingo há embarcações saindo de Superagui apenas às 15h. Este fator é limitante para turistas que querem, por exemplo, passar o final de semana na região e retornar no domingo, pois podem não ter acesso a informação correta. Apesar de existirem as voadeiras (pequenas embarcações movidas a motor com estrutura e casco de metal), não há nenhuma

informação a respeito de suas saídas no site da prefeitura ou ICMBio, visto que é um serviço informal oferecido pelos próprios moradores.

A ida para Superagui, saindo de Paranaguá no dia 14 de julho, demorou aproximadamente a média estimada de 2h30, pois com o tempo favorável foi possível fazer a viagem pelo contorno do PNS, sendo este o caminho mais curto. A embarcação estava praticamente vazia, com três alemães e mais quatro brasileiros, sendo dois de Curitiba. Fato esse que explica o aumento do valor do ticket por pessoa, de R\$ 25,00 na alta temporada para R\$ 35,00 na baixa temporada. No entanto, essas informações também não são disponibilizadas em nenhum canal de comunicação.

Já o retorno para Paranaguá, no dia 21 de julho, teve que ser realizado de voadeira com moradores locais que estavam indo para a cidade, pois quando as condições climáticas e de maré não estão boas, as embarcações tradicionais podem não conseguir sair. Nesses casos, é necessário fazer o trajeto por dentro do PNS, o que dobra o tempo de viagem para, em média, 04h30 de barco, e 2h30 de voadeira – que normalmente se leva 40 minutos.

A praia principal da Barra é extensa e no seu entorno imediato pode-se ver o local onde ocorrem as reuniões da Associação dos Moradores em duas casas aparentemente abandonas, em seguida alguns restaurantes e na sequência todos os campings, um ao lado do outro e sem nenhuma sinalização. As casas dos moradores, a maioria de madeira, possuem uma disposição um pouco desordenada, assim como aponta o assistente administrativo do ICMBio (Entrevistado B1). A Barra de Superagui possui, atualmente, 21 pousadas e 10 campings, segundo documentos disponibilizados no site do ICMBio (2017), na sessão Parque Nacional do Superagui.

FOTO 4 – SEDE ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES



FONTE: A autora ICMBIO (2017)

Os meios de hospedagem são, em sua maioria, casas dos próprios moradores que foram adaptadas com quartos ou espaços de camping, o que propicia maior interação entre turista e comunidade. Fator este característico do TBC, onde a comunidade deve ser, assim como demonstrado na análise teórica por Irving (2009, p.110), protagonista da atividade, sendo sujeito e não objeto de todo o processo, fortalecendo também o laço social e sentido coletivo. Ainda que hoje não haja de fato nenhuma ação de TBC dentro da comunidade, faz-se necessário ressaltar este ponto, relevante para demonstrar a potencialidade que a região já possui para o desenvolvimento de tal atividade.

As pousadas são simples, algumas com instalações no fundo das casas dos moradores, como é o caso da Pousada da Dona Elza, meio de hospedagem utilizado durante a pesquisa de campo e que adaptou quartos com suítes aos fundos, além de um espaço para camping e cozinha comunitária com panelas, talheres, pratos e copos à disposição. Com relação a diária, fora de temporada é cobrado o valor R\$ 35 por pessoa, valor bem inferior à alta temporada em comparação com outros locais, que variam entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00 a diária.

Já a média da diária dos campings não se altera muito conforme a

sazonalidade, visto seu valor já bem inferior às pousadas, ficando entre R\$ 15,00 e R\$ 20,00. A estrutura dos campings é muito semelhante entre si, variando por questões como os banheiros comunitários, muitos em condições ruins como fiação elétrica para fora, falta de higiene e sem água quente. Outro fator são as cozinhas comunitárias, em melhores ou piores condições em relação a estrutura, limpeza e utensílios oferecidos.

Faz-se aqui comparação com o caso de Prainha do Canto Verde, no Ceará, citado anteriormente, onde uma comunidade formada por pescadores artesanais com aproximadamente mil pessoas obteve, através do empreendedorismo social, a adaptação de suas casas para receber turistas, construindo apartamentos independentes e banheiros, totalizando hoje 40 leitos (CRUZ, 2009, p. 107). Foi possível observar, portanto, que a inexistência de iniciativas de turismo comunitário da Barra de Superagui está mais ligada com a falta de incentivo, capacitação e planejamento coletivo do que às estruturas básicas necessárias, visto que existem atualmente 21 pousadas (Quadro 3), 10 campings (Quadro 4) e 07 restaurantes (Quadro 5), além de outros bares e lanchonetes que não foram listados pelo ICMBio. Este ponto será abordado, de acordo com as entrevistas, de forma mais aprofundada no próximo item.

QUADRO 3 - RELAÇÃO DAS POUSADAS DA BARRA DO SUPERAGÜI:

NOME DA POUSADA:	RESPONSÁVEL:	TELEFONE:
1. Pousada Akdov	Laurentino	(41) 3482 7158
2. Pousada Araújo	Reginaldo	(41) 3482 7181
3. Pousada Bella Ilha	Herundino de Ramos	(41) 3482 7123
4. Pousada Brilhante	Arlindo	(41) 3482 7112
5. Pousada da Carla	Mauricio	(41) 3482 7161
6. Pousada Centauro	Badejo	(41) 34827164
7. Pousada Chauá	Cida	(41) 34827172
8. Pousada Costa Azul	Ailton	(41) 3482 7136
9. Pousada Crepúsculo	José Pires / Zeco	(41) 3482 7135
10. Pousada Estrela D'Alva	Mirtes Custódio	(41) 3482 7121
11. Pousada Golfinho	Nagib	(41) 3482 7126
12. Pousada Horizonte	Ari	(41) 3482 7172
13. Pousada Magal Mar	Eraldo Squenine	(41) 3482 7115
14. Pousada Michaud	Roberto André	(41) 3482 7120

15. Pousada Nativa	Selma	(41) 3482 7131
16. Pousada Oceano	Marisa	(41) 3482 7119
17. Pousada Sobre as Ondas	Carioca	(41) 3482 7118
18. Pousada Superagüi	Olga	(41) 3482 7149
19. Pousada Verde Mar	Amarildo / Dinho	(41) 3482 7112
20. Pousada Recanto dos Pássaros	Adélia / Julio	(41) 3482-7107
21. Pousada Paraíso	Andréia / Manoel	(41) 3482-7116

FONTE: Adaptado de ICMBIO (2017)

QUADRO 4 - RELAÇÃO DOS CAMPINGS DA BARRA DO SUPERAGÜI

NOME DO CAMPING:	RESPONSÁVEL:	TELEFONE:
1. Camping Aventura	Rubens	(41) 3482-7134
2. Camping Tropical	Osni Silvano	(41) 3482-7138
3. Camping Michaud	Abgail	Não informado
4. Camping Natanael	Nata/Mari	(41) 3482-7125
5. Camping do Pacheco	Luís Pacheco	(41) 98430-0639
6. Camping do Pocidônio	Não informado	Não informado
7. Camping do Ciro	Ciro	(41) 3482-7176
8. Camping do Codo	Codo/Luciana	(41) 3482-7166
9. Camping da Trilha	Marinho	(41) 3482-7141
10. Camping da Flávia	Adrosina	(41)98484-3411

FONTE: Adaptado de ICMBIO (2017)

QUADRO 5 – RELAÇÃO DOS RESTAURANTES E LANCHONETES DA BARRA DO SUPERAGÜI

NOME	RESPONSÁVEL:	TELEFONE:
1. Restaurante Crepúsculo	Zeco	(41) 3482-7135
2. Restaurante Tropical	Osni Silvano	(41) 3482-7138
3. Restaurante Bella Ilha	Dona Dica	(41) 3482-7123
4. Restaurante Golfinho	Nagib	(41) 3482-7126
5. Restaurante Sobre as Ondas	Carioca/ Denise	(41) 3482-7118
6. Restaurante Magalmar	Magal	(41) 3482-7115
7. Restaurante Centauro	Dona Lica	(41) 3482-7164

FONTE: Adaptado de ICMBIO (2017)

A respeito dos locais onde foram realizadas as entrevistas, cita-se aqui, primeiramente, a Merceria do Toninho, casa amarela de madeira em frente à praia. É uma das principais e mais procuradas mercearias da Barra por sua localização e variedade de produtos como frutas, verduras, produtos de higiene, doces e bebidas. Outro local visitado para as entrevistas foi a Pousada da Dona Elza, já descrita anteriormente. A casa do presidente da associação, maior residência da Barra e umas das únicas feitas de alvenaria, foi construída em 1986 e já foi espaço de uma indústria e posto de gasolina.

A Pousada Superagui, terceiro local visitado para as entrevistas, fica em frente à praia, próxima ao trapiche. A pousada, azul e amarela, funciona também como uma espécie de centro de informações turísticas, pois é um dos únicos locais que oferecem passeios guiados e de barco. No entanto, no momento da visita, havia apenas um folheto com o mapa da região e informações dos atrativos, e que foi solicitado por um turista enquanto era realizada a entrevista.

FOTO 5 – POUSADA SUPERAGUI



FONTE: A autora ICMBIO (2017)

Seguiu-se para a casa do secretário da associação, onde é vendida a cataia, famosa bebida típica da região. A casa, toda de madeira, fica mais adentro da Barra

e pode ser localizada com uma placa em frente informando sobre a venda da bebida, colhida e produzida pelo próprio dono. Conversou-se também com a coordenadora do colégio municipal que, todo pintado de azul, ainda necessita de ajustes e finalização da construção de salas novas, reforma esta que está parada a meses e pode ser vista do lado de fora do colégio.

FOTO 6 – COLÉGIO MUNICIPAL



FONTE: A autora ICMBIO (2017)

Foi realizada também conversa informal no Camping Caiçara, um dos últimos da Barra e com uma grande área de acampamento, famoso pela venda de pastéis e sonhos. No entanto, fora de temporada são feitos apenas por encomenda em grandes quantidades. Visitou-se também a Casa Nordestina, casa de madeira que, além de bolinho de camarão e pastéis, oferece café da manhã e almoços. É uma das poucas lanchonetes abertas fora de temporada. Por fim, o último local visitado para entrevista foi a sede do ICMBio, ao final da extensão da praia principal. A sede é uma casa de madeira bem estruturada, que também hospeda pesquisadores de diferentes lugares e conta com escritório, computadores, documentos e pesquisas já realizadas no PARNA do Superagui.

A praia diante da vila é ótima para ver os botos e barcos, mas não é propícia para banho. O mar é escuro pela proximidade com os rios e há muitas águas-vivas. Já a Praia Deserta, com sua extensão de 38km de praia virgem, está voltada para o mar aberto e as águas são mais claras e rasas. A Praia Deserta, um dos principais atrativos da Barra, pode ser acessada de barco, a pé ou de bicicleta pela areia ou por uma trilha de 4 km que corta áreas de mata e restinga. É possível também realizar um circuito circular, indo pela trilha e voltando pela praia. O inverso não é muito recomendado caso não se conheça a entrada da trilha, pois não há sinalização indicativa e, portanto, fica difícil identificar onde ela começa. A comunidade possui um local que aluga bicicletas a R\$ 50,00 a diária.

Ao final da Praia Deserta, encontra-se Dona Rosa e seu filho que vivem afastados da vila a mais de 40 anos e mantêm uma área de camping no quintal de sua casa, cobrando R\$15 por pessoa a diária. O casebre de madeira está localizado a 500 metros do mar e possui uma das melhores estruturas de camping em comparação com os outros existentes na praia principal, além de banheiros limpos com bons chuveiros e cozinha compartilhada com os visitantes. De forma geral, não há sinalização indicativa de trilhas, atrativos, restaurantes, pousadas e campings por toda a extensão da praia, assim como a inexistência de lixeiras. A seguir serão descritas as percepções locais observadas durante as entrevistas realizadas em cada um dos lugares acima descritos.

4.4 PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL

A percepção da população local, que responderá os objetivos da pesquisa, foi analisada dentro do universo das dez pessoas entrevistadas, bem como através da observação de seus comportamentos. Neste sentido, os autores Marconi e Lakatos (1996, p. 86), já mencionados anteriormente, apontam que este tipo de entrevista se destaca por sua maior flexibilidade, possibilidade de repetir e esclarecer perguntas e de avaliar atitudes e condutas.

Será utilizado o método de emparelhamento que, de acordo com Laville e Dionne (1999, p. 227), consiste em comparar dados coletados com o modelo teórico pesquisado. Portanto, a descrição e narração das entrevistas será realizada através de comparativo com os dados da pesquisa documental e bibliográfica registrada anteriormente. Visto a conclusão do primeiro objetivo a respeito da análise teórica do

exemplo empírico estudado, a segunda parte consistirá na descrição do funcionamento da atividade turística da Barra de Superagui e o grau de envolvimento da comunidade com tal atividade, sendo este o segundo objetivo da pesquisa.

De acordo com as semelhanças das respostas da comunidade e proprietários de empreendimentos turísticos, buscou-se analisar o resultado das entrevistas de forma conjunta, criando, desta forma, um panorama geral sobre a percepção da população local a respeito do turismo. Foi, portanto, abordado na visão da comunidade os principais problemas para o desenvolvimento do turismo, principais atrativos e potenciais, turismo como alternativa de renda e quais ações poderiam ser propostas para que o turismo de base comunitária, principalmente na baixa temporada, pudesse se desenvolver. Os três eixos temáticos que foram discutidos no marco teórico irão contribuir para o entendimento das informações coletadas e também para a formatação do produto final deste trabalho.

Ao serem abordados, os entrevistados demonstravam certa desconfiança em um primeiro momento e questionavam do que se tratava a pesquisa. Ao perceberem que se tratava de um projeto de conclusão de curso e que não estava relacionado a nenhuma ONG, eram receptivos e abertos para conversar. Isto porque a comunidade, segundo os entrevistados C5 e B1, passou a ter receio de participar de pesquisas de grupos ou instituições que se deslocam até a região para coletar dados e não retornam com alguma solução ou melhorias para o local. Durante os diálogos, o desafio era retornar para as perguntas pré-estabelecidas (Apêndice 1 e 2), visto que as demandas e demais necessidades da comunidade da Barra de Superagui se sobrepõem ao turismo, como falta de segurança, infraestrutura e saneamento básico.

Pode-se observar durante as entrevistas que a comunidade como um todo, em maior ou menor grau, se envolve com o turismo e vê nele uma alternativa de renda, visto que a pesca já não é o suficiente para garantir qualidade de vida, assim como analisado nos estudos de Betti (2014) que aponta que a comunidade da Barra de Superagui vive com muitas restrições, como é o caso dos períodos de defeso da pesca que afeta também as práticas do turismo.

[...] O contato com o turismo para mim ocorre através da venda de peixe e camarão para os turistas na alta temporada, porém no inverno a Barra fica vazia e apenas nos finais de semana chegam algumas pessoas. O problema as vezes é a época que não se pode pescar camarão que coincide com a época que mais recebemos turistas e por isso é preciso improvisar fazendo algo diferente para tentar agradar os visitantes (ENTREVISTADO C2)

Os períodos de defeso coincidem com a temporada turística, época lucrativa para os pescadores e que, de acordo com a análise teórica da Normativa Ibama 189/2008, pode-se evidenciar que ela está em vigor, ainda que não seja respeitada por todos os pescadores e pessoas de fora que vem pescar na região. Os períodos de proibição são o da pesca de robalo-flecha e robalo-peva nas baías do Litoral do Paraná entre os meses de novembro e dezembro, da pesca de camarão branco de 15 de dezembro a 15 de fevereiro, e dos camarões rosa e sete-barbas no mar aberto de 1º de março a 31 de maio, conforme citado na revisão bibliográfica.

A comunidade de Superagui mostrou, portanto, ter na pesca a sua principal atividade econômica, assim como apontado por Vivekananda (2001), uma vez que a roça foi proibida desde a criação do parque em 1989. No entanto, durante as entrevistas foi possível constatar que a cultura da roça já havia se perdido muito antes da criação do parque, visto a dificuldade da atividade e as facilidades que surgiram, como os barcos à motor que possibilitam a venda do pescado em outras regiões, bem como a compra de mantimentos.

Antigamente a pesca era feita com barco a remo, o que permitia maior abundância de peixes, além da caça de outras proteínas e o plantio de subsistência. Com a chegada do barco a motor e a possibilidade de vender o peixe na cidade e comprar mantimentos, a cultura da roça foi se perdendo visto a sua dificuldade e então pouco existia quando o Parque foi criado. Alguns moradores, no entanto, pedem a volta da roça e da caça com alguns argumentos como a diminuição da tradição do Fandango, que era justamente a comemoração da colheita da safra (ENTREVISTADO B1)

Portanto, a pesca na região se mostra mais do que apenas uma atividade econômica, pois sempre teve um papel histórico importante para essa comunidade, visto que se trata da principal fonte de alimento na qual trabalham tanto os homens, como as mulheres (LADEIRA, 1990). Neste sentido, o entrevistado C2 (que trabalha com a pesca de janeiro a janeiro) comenta que essa é de fato a principal atividade econômica da comunidade, na qual há mulheres pescadoras que trabalham também com a limpeza do camarão.

Desta forma, e de acordo com Kramer (1978), a pesca na Barra de Superagui continua a ter como papel principal a subsistência de sua população. No entanto, concordando com os estudos de Vivekananda (2001), o pescado e o camarão continuam a ser vendidos a preços muito abaixo do mercado, em torno de R\$ 3,00 a R\$ 5,00 o quilo, sendo mínimo o retorno econômico. Fato que pode ser explicado pela falta de organização e união da própria comunidade que não trabalha em conjunto

para comercializar seu produto, valorizado e contemplado pelo turista.

Para compreender o entendimento que os entrevistados tinham sobre o turismo na região, foi necessário entender primeiramente as dificuldades pelas quais passam e que justifiquem a elaboração de um projeto de sensibilização turística na região. Neste sentido, segundo o entrevistado C6, a pesca já não é mais suficiente para garantir qualidade de vida, uma vez que outras pessoas se deslocam até Superagui para pescar, diminuindo significativamente a quantidade de peixes, além da instabilidade do tempo e períodos de defeso.

Embora a comunidade possua conhecimento para realizar outras atividades tradicionais como o Fandango, o artesanato, a culinária e a famosa Cataia, estes foram deixados de lado pela falta de incentivo, capacitação e organização da comunidade, bem como a falta de políticas públicas que pudessem orientar essa população a trabalhar com suas peculiaridades de formas mais eficiente. Neste sentido, assim como apontado por Bursztyn, Bartholo e Delamard (2009), as políticas públicas de promoção do turismo não podem se limitar a aumentar o fluxo de visitantes em determinada região, pois esse aumento só se reverterá em êxito caso o incremento da visitação contribua na melhoria de qualidade de vida da população receptora.

Apesar de haverem muitas mulheres que sabem fazer artesanato, ele não é valorizado e por isso acabam trabalhando principalmente com a limpeza do camarão. A falta de barcos é um grande problema também, pois fora de temporada o custo do trajeto é muito alto e como consequência a disponibilidade também diminui e o preço aumenta, além da problemática das voadeiras estarem tirando a força dos barqueiros. (ENTREVISTADO C6)

O Plano Nacional de Turismo (BRASIL, 2013, p. 209) aponta como uma potencialidade de Superagui a alta valorização das suas paisagens e atrativos que ressaltam a sua originalidade no mercado turístico local e regional. No entanto, aponta a falta de estruturação da gestão, infraestrutura de apoio e desenvolvimento de atividades, bem como baixo aproveitamento do potencial cultural e natural e pouca organização por parte da comunidade residente da Barra. Sobre isso, todos os entrevistados - comunidade, proprietários de empreendimentos turísticos e ICMBio - cada qual com sua expressão, concordaram com os pontos abordados no PNT.

Não existe nenhum centro de visitantes ou de informações turísticas aqui, e temos a necessidade de um para poder receber os turistas de uma forma melhor. Nas reuniões da Associação de Moradores o assunto principal acaba sendo sempre a pesca e o turismo é deixado de lado. A prefeitura só auxilia em questões de água e luz, sobre turismo pouco se fala. Outro ponto é que a comunidade não consegue trabalhar de forma unida, a união é realmente muito fraca e nós precisamos da Associação dos Moradores para conversar sobre melhores formas de atender o turista, além de divulgar mais a região (ENTREVISTADO C2).

Um depoimento significativo devido ao seu alto grau de relação com os diversos eixos trabalhados foi a do entrevistado B1, vinculado ao ICMBio. Este demonstrou nitidez a respeito das problemáticas com relação à falta de infraestrutura na região, bem como sobre a desunião da comunidade para trabalhar com o turismo de forma que todos se beneficiem, não sendo esse entendimento comum apenas ao entrevistado em questão.

Há uma enorme dificuldade de se implementar qualquer coisa na região devido à depredação que decorre da própria comunidade, assim como ocorreu com o telefone público e o trapiche que inicialmente era um ponto contemplativo e muito mais estruturado. Há uma grande dificuldade de enxergar as coisas coletivamente, há uma visão muito individualista sobre qualquer atividade ou ação na Barra, sobretudo no turismo. O Marcelo, ex chefe do ICMBio, tentou implementar oficinas de guia, no entanto, apenas um morador foi, o que demonstra também uma enorme falta de interesse (ENTREVISTADO B1).

Neste sentido, a entrevistada C1 também aponta que há a necessidade de um posto de informações que auxilie o turista através da indicação dos atrativos, dos meios de hospedagem, restaurantes e posto de saúde. Ressalta a importância da instalação de um posto policial, bem como iluminação pública durante a noite para tornar o ambiente mais agradável para a comunidade e turista, além de um novo trapiche, remédios, médico fixo, reforma da escola, instalação de lixeiras e de filtros d'água.

De acordo com a entrevistada C1, a comunidade precisa de um líder que leve as demandas e necessidades até a prefeitura, pois “a falta de segurança é um fator muito negativo tanto para a comunidade quanto para os turistas, pois a região é completamente desamparada neste sentido e não há nenhum controle sobre quem entra e sai” A falta de médicos já ocasionou diversas mortes dos moradores no caminho até o hospital mais próximo em Paranaguá, isto se houverem barcos disponíveis. Torna-se relevante fazer aqui comparação com os estudos de Vivekananda (2001) a respeito da ausência de médicos, assim como de remédios

disponíveis e materiais de primeiros socorros, demonstrando assim que o cenário pouco se modificou até os dias atuais, sendo a comunidade obrigada a se deslocar para Paranaguá ou Guaraqueçaba em caso de necessidade.

Há uma enorme dificuldade em se trabalhar de forma unida, visto que hoje não existe um senso de comunidade na região, bem como nenhuma atividade de turismo de base comunitária. Há também uma dificuldade de diálogo com a prefeitura de Guaraqueçaba para discutir as demandas da região como segurança, coleta de lixo e o próprio turismo (ENTREVISTADO C6).

A pesquisa de campo, em concordância com o Plano de Desenvolvimento Integral de Turismo Sustentável (PDITS) do Litoral do Paraná (PARANÁ. Secretaria de Turismo, 2010), demonstrou que a Barra de Superagui possui de fato infraestrutura reduzida com áreas mínimas de intervenção. No entanto, essa falta de infraestrutura não só inviabiliza o desenvolvimento do turismo de base comunitária, como também afeta a qualidade de vida dos moradores que carecem de médicos, trapiches adequados, barcos de emergência, filtro de água nas escolas, lixeiras e segurança.

Pôde-se observar que, apesar dos esforços do presidente e secretário da Associação de Moradores, a comunidade não participa frequentemente das reuniões mensais e esse é justamente um dos principais pontos que vêm sendo trabalhados: o incentivo a um planejamento participativo na região. De acordo com os entrevistados C1 e C5, a necessidade de um líder na região se justifica pela dificuldade de engajar a população a procurar soluções para os problemas atuais. É neste sentido que o entrevistado C5 afirma que a região tem um vasto campo para o turismo e por isso pretende-se retomar as reuniões mensais, mobilizando mais a comunidade a participar, além de favorecer o turismo sinalizando as trilhas e locais de visita na região.

A entrevistada C4 apontou, de forma muito espontânea, que a comunidade precisa tirar do próprio bolso o dinheiro para determinadas demandas visto a falta de amparo. Comenta que antigamente a associação de moradores era muito fortalecida e com o tempo foi enfraquecendo, pela falta de interesse e demandas de serviços voluntários, justamente pela dificuldade de se enxergarem como comunidade.

Atualmente, a única iniciativa de turismo de base comunitária existente na Barra de Superagui é realizada pela Associação de Mulheres. São promovidos bingos e jantares para levantar fundos, prestando contas sobre como esses recursos serão utilizados dentro da região, além de duas casas que a associação possui que são

alugadas para os turistas. Constatou-se, portanto, que a maior dificuldade hoje na região é a falta de políticas públicas que auxiliem as ações dentro da comunidade, bem como a falta de recursos que amparem as necessidades já citadas, como reformas e salas novas dentro da escola.

A escola da comunidade é municipal, mas também atende o ensino estadual e, apesar de existirem professores, a estrutura da escola ainda é muito precária com falta de coisas básicas como um filtro de água, além da reforma de uma das salas que está parada já a algum tempo. A falta de controle de pessoas que entram na ilha também é um problema, pois em alta temporada o número de turistas chega a quase 3 mil, o que é maior do que a capacidade de carga da região, além do lixo produzido (ENTREVISTADO B1).

Analisando as considerações feitas pelos entrevistados, a respeito do principal empecilho para que o TBC possa se desenvolver na região hoje, é possível afirmar que é a falta de união e coletividade, fato que pode ser relacionado à educação e cultura dessa população, pois o ensino continua a ser um dos maiores desafios enfrentados por comunidades locais em regiões como a de Superagui. Em consonância aos estudos de Vivekananda (2001), outro fator seria o isolamento dessa comunidade por muitos anos, sem um sistema educativo adequado, diminuindo as chances dos jovens trabalharem com outras atividades que não sejam as tradicionais, como o turismo.

Poucas pessoas da comunidade conseguem sair para estudar. Os que saem, se frustram ao voltar e não conseguem aplicar nada na região pela falta de participação e engajamento da comunidade. São poucas as ações de ONGs, alunos ou professores de universidades que se deslocam até a comunidade para ministrar cursos de capacitação e quando vem, nem todos acabam tendo conhecimento justamente pela falta de diálogo existente entre os moradores (ENTREVISTADO C6).

Portanto, assim com apontado por Salvador, Pedroso e Bastos (2014) na análise teórica, é imprescindível que a comunidade compreenda as diferenças entre o turismo com e sem planejamento, a sua importância durante o processo de desenvolvimento do turismo, os impactos negativos e positivos da atividade turística e a necessidade de um planejamento participativo com união e organização que serão tratados futuramente durante a elaboração do projeto.

A respeito dos empecilhos para o desenvolvimento do turismo na região na baixa temporada, foram apontados pela entrevistada C1 a falta de auxílio da Prefeitura de Guaraqueçaba para essas questões e a rígida cobrança em relação a vigilância

sanitária e taxa mensal para quem tem empreendimentos. Comenta que, na sua visão, outra dificuldade para o turismo acontecer de forma mais eficiente é o preço da travessia de barco em comparação com o deslocamento para outras regiões, como para a Ilha das Peças, que de Paranaguá o valor é de R\$ 10,00. Comenta ainda que “os barcos que fazem as travessias são todos particulares e os barqueiros colocam o preço que querem, o que torna as informações sempre desatualizadas (ENTREVISTADA C3)”.

Neste mesmo sentido, o atual presidente da Associação de Moradores (entrevistado C5) comenta que outra problemática são os valores cobrados pelos meios de hospedagem, ora muito baixos no inverno, ora muito elevados no verão, havendo assim uma discrepância muito grande de preços. Segundo o entrevistado, isso demonstra a falta de conhecimento da comunidade sobre que valores cobrar de acordo com o serviço oferecido e aponta que na sua visão o maior problema do turismo hoje na região é a falta de divulgação e atualização de informações sobre a região, como os barcos que funcionam em horários aleatórios e cobram valores diferentes do que se encontra na internet. Com a organização da associação, o entrevistado C5 acredita que será mais fácil dar sequência nas ações pretendidas como um centro de visitantes, demarcação de trilhas e reforma do trapiche, por exemplo.

Faz-se aqui menção ao Plano de Desenvolvimento Integral de Turismo Sustentável (2010), citado anteriormente e que visa a implementação de postos de informações turísticas e novos trapiches na Barra de Superagui, sob a justificativa de melhorar a estrutura de recepção dos turistas, fomentar a visitação e qualificar a infraestrutura existente para a comunidade. No entanto, pôde-se notar que essas ações não foram implementadas. Fato que está relacionado, de acordo com o entrevistado B1 do ICMBio, com o embargo do plano de manejo do PARNA de Superagui, documento que conduz as práticas dentro da região, bem como regulamenta como a comunidade pode utilizar os recursos naturais da região e, portanto, essas ações não podem seguir adiante.

Em seu depoimento, e de acordo com os estudos de Corazza (2008), o entrevistado B1 relembra que, apesar de a comunidade da Barra do Superagui estar localizada fora da demarcação do Parque, a mesma se encontra na área de amortecimento, sendo gerida, portanto, pelas mesmas diretrizes. Por ser uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral e não possuir plano de manejo

em vigor, a visitação no Parque Nacional do Superagui (PNS) não é permitida, restringindo a atividade turística apenas em seu entorno imediato, onde está localizada a comunidade da Barra de Superagui.

De acordo com o entrevistado B1, consultores de turismo realizaram todo um estudo de uso público para o plano de manejo em que o turismo de base comunitária é previsto. No entanto, não foi publicado e continua a ser um documento interno. Comenta também sobre o estudo de novas trilhas que podem ser abertas, bem como passeios aos sambaquis e ruínas, além do estudo de novos roteiros que consultores de turismo realizaram na região. Quem deu início ao plano de manejo foi o último chefe do Parque, no entanto, com seu recente falecimento se enfraqueceu o contato da comunidade com as questões relacionadas ao turismo na região, pois era ele quem estava a todo momento conversando com a população.

O embargo do plano de manejo ocorreu, segundo o entrevistado B1, devido às inúmeras denúncias do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Paraná (MOPEAR), que alegam a não participação da comunidade no processo de construção do plano, o que corrobora com as análises de Senkovski (2015). No entanto, durante a entrevista na sede do ICMBio, o entrevistado B1 relatou que, antes de iniciado o plano de manejo, pesquisadores dialogaram com todas as comunidades que fazem parte do Parque, além de realizarem três pesquisas na região antes do plano ser iniciado para que se pudesse haver uma base prévia e então um planejamento participativo.

O MOPEAR, grupo de pessoas com mais acesso a informação do que o restante da comunidade de Superagui, é totalmente contra as diretrizes da unidade e acaba influenciando o restante da população a não concordar com a criação do Parque. O plano de manejo já está pronto e incluiu o turismo de base comunitária nas diretrizes, no entanto, judicializado não pode auxiliar a comunidade nessa questão. Para mim, o que precisa ser modificado primeiramente é a cultura e a educação, para então a concepção sobre o turismo e o turismo gerido de forma coletiva possa ser entendido (ENTREVISTADO B1).

Em conformidade ao depoimento do entrevistado B1, a entrevistada C4 também abordou sobre a contradição das reivindicações do MOPEAR sobre a não participação da comunidade na elaboração do plano de manejo, visto a lista de presença de todas as reuniões em que as comunidades do Parque participaram, como as para mapear os atrativos e locais de visitação de acordo com os próprios moradores. Diante da contradição entre teoria e prática a respeito do plano de manejo,

buscou-se, através dos depoimentos, entender a percepção da comunidade sobre o ICMBio e seu entendimento sobre o plano de manejo do Parque Nacional do Superagui.

Neste sentido, quando perguntados sobre a atuação do ICMBio na região, todos os entrevistados expressaram, à sua maneira, a forma rigorosa com que o atual gestor do Parque trata as questões ambientais, no entanto, pouco se envolve com as questões turísticas e de desenvolvimento local da região. Todavia, reconhecem a importância do ICMBio para a preservação da região e para que fosse possível a comunidade permanecer na região, evitando a especulação imobiliária que ocorre, por exemplo, na Ilha do Mel.

Ao mesmo tempo, notou-se que não há um entendimento claro a respeito do que é um plano de manejo e como ele afeta as práticas e ações realizadas na região, assim como apontado pelo entrevistado B1. Faz-se necessário, portanto, adotar uma linguagem mais simplificada para abordar essa comunidade. “O plano de manejo é primordial para poder amparar a comunidade, tanto para melhorar a estrutura dos empreendimentos quanto para capacitá-los (ENTREVISTADO B1).

Quanto ao conflito entre ICMBio e comunidade, nenhum entrevistado se posicionou contra ao atual gestor do Parque, ressaltando a ideia de que o MOPEAR, formado principalmente por pescadores de outras regiões, acaba influenciando outros grupos menos informados de acordo com seus próprios interesses, como a volta da caça e da roça. O relato da entrevistada C5 se aplica perfeitamente a essa situação:

Com a ação do MOPEAR faz quase um ano que o plano de manejo está embargado, impossibilitando que o projeto de pesquisa de turismo de base comunitário para o Parque do Superagui siga a diante. Existe a necessidade de diálogo entre ICMBio, MOPEAR e comunidade para tentar chegar em consenso do que é melhor para a comunidade, levando sempre em conta a preservação da unidade de conservação e todo o patrimônio natural e cultural.

A respeito da prática do turismo, todos os entrevistados demonstraram possuir uma relação positiva com a atividade e expressaram o desejo de trabalhar mais com esse setor. De acordo com a entrevistada C4, mais cursos de capacitação deveriam ser ministrados na região, principalmente sobre bom atendimento, pois a comunidade é acolhedora e gosta do contato com o turista. A ideia inicial do ICMBio, por meio do plano de manejo, era implementar o turismo de base comunitária através das pessoas que alugam a própria casa para receber o turista, entre outras iniciativas que

promovessem esse contato e troca de experiências entre visitante e visitado. Neste sentido, a entrevistada C3, que trabalha em uma pousada a mais de 15 anos, também aponta que poderiam haver mais cursos de capacitação para a comunidade e considera o turismo uma alternativa de renda que poderia ser melhor explorada.

Quando questionados sobre que ações e estratégias poderiam ser tomadas para trabalhar com o turismo na baixa temporada, os entrevistados demonstraram, mais uma vez, o enorme desejo em estar mais em contato com o turismo. Dentre as sugestões, destaca-se o depoimento da entrevistada C3 que demonstrou gostar muito de trabalhar com o turismo e que festivais durante o ano poderiam ser uma opção para atrair mais turistas na baixa temporada, como o Festival do Camarão, além de oficinas de capacitação como de hotelaria e auxiliar de cozinha, que ela mesma já participou junto a uma ONG que veio até a região a praticamente 10 anos atrás.

A entrevistada C3 aborda também que o Fandango, dança típica da região, já não tem muitos praticantes dentro da Barra. Relaciona essa problemática à falta de interesse da comunidade, fazendo com que a tradição deixasse de ser passada adiante e sugere, portanto, oficinas de Fandango, bem como disseminar essa tradição nas escolas para que os jovens possam dar continuidade. Neste sentido, a entrevistada C5, coordenadora do Colégio Municipal, aponta que já houveram tentativas de se inserir atividades de conscientização ambiental e coleta de lixo na escola, mas não foram bem aceitas pelos pais dos alunos que alegaram ser uma ação sem importância.

Em alta temporada são chamados fandangueros de outras comunidades próximas à Superagui. Os moradores ficam felizes e empolgados com a chegada de turistas pois, mesmo na baixa temporada, antes mesmo de o barco atracar os moradores já esperam no trapiche para oferecer suas casas, campings ou pousadas para receber os turistas. Nem sempre os guias da região estão à disposição dos turistas, principalmente fora de temporada. O Cláudio, secretário da associação de moradores, e o Marcel que faz o passeio para ver o Mico Leão da Cara Preta, são os únicos guias à disposição aqui (ENTREVISTADA C3).

Pôde-se observar também, assim como apontado por Vivekananda (2001), que a comunidade da região de Superagui está passando por um processo de descaracterização sociocultural e desconexão com o espaço, uma vez que a missão de valorizar a cultura e tradições dessa comunidade foram deixados de lado em benefício da criação do Parque. Entre os fatores que explicam essa situação, pode-se citar as atividades voltadas inteiramente para a pesca, enfraquecendo-se outras

tradições como a Fandango e o artesanato. Neste sentido, a entrevistada C1 sugeriu que fossem realizadas oficinas de artesanato, pois muitos moradores ainda têm essa tradição, além de um local para exposição. Sugeriu também que a comunidade ministrasse aulas de Fandango para os turistas, bem como mais festivais durante o ano em que cada pessoa da comunidade pudesse expor e demonstrar algo que faz.

Sobre iniciativas que podem ser tomadas, o entrevistado C5 aponta que a falta de divulgação da região é também uma problemática e que ações estão sendo planejadas para atrair mais turistas fora de temporada também, como o Festival do Camarão que é apoiado pela Prefeitura de Guaraqueçaba e que pretende ser divulgado através de meios de comunicação como internet e televisão.

O relato do entrevistado C5 se aplica muito bem a atual situação da Barra de Superagui:

A pesca ultimamente já não tem sido suficiente para garantir qualidade de vida para a comunidade, visto que depende muito da época, como o camarão que só pode ser pescado após o verão. A desunião da comunidade também é um empecilho para o turismo se desenvolver na região, assim como qualquer atividade de turismo de base comunitária, sendo esses um dos pontos que pretendo trabalhar nas reuniões com a associação. A dança do Fandango, típica da região, também pretende ser mais trabalhada, principalmente com as crianças, pois os praticantes que restaram se deslocaram de Superagui até Paranaguá para se apresentar já que na região a tradição enfraqueceu. Dentistas e equipamentos de odontologia para atender a comunidade, bem como um médico que venha mais vezes por semana e reformas na escola, são algumas das demandas que estamos negociando com a prefeitura (ENTREVISTADO C5).

Ainda sobre estratégias que podem ser realizadas para o desenvolvimento do turismo na região, o entrevistado C6, que vive da pesca e da produção da Cataia, aborda a importância da Associação de Moradores para que ações sejam levadas adiante. Aponta também que a coleta de lixo, apenas nas segundas e sextas feiras, ainda é um problema na região que não possui lixeiras em nenhum ponto, o que dificulta a sua manutenção e preservação por parte dos moradores e também dos turistas.

O entrevistado C6 também comenta sobre a demarcação e sinalização das trilhas, campings e pousadas que hoje ainda não acontece e que dificulta o deslocamento do turista dentro da região, além de prejudicar os próprios empreendimentos que não estão dando visibilidade a si mesmos. Cita como uma estratégia a cobrança de uma taxa de visitante para entrar na Barra, convertendo o

valor para a região e sua manutenção, bem como a necessidade de condutores na região que indiquem e acompanhem os turistas pelos atrativos.

No entanto, a cobrança de ingresso de entrada só pode se estabelecer se a unidade de conservação possuir plano de manejo, o que ainda não acontece, como analisado anteriormente. O entrevistado C6 é o único morador da região formado no curso de guia de turismo ministrado pelo ICMBio.

O entrevistado C6 abordou sobre o desejo da comunidade em trabalhar mais com o turismo e que a sazonalidade hoje é um grande problema, e por isso ações como festivais estão sendo pensadas para ocorrer durante todo o ano, principalmente no inverno. Outras ideias apontadas para promover o turismo foram aproveitar os feriados fora de época para inserir atividades diferenciadas que atraiam o turista, além da necessidade de cursos de idioma para a comunidade e dentro das escolas, bem como o ensino dos costumes e tradições que deveriam ser passadas para criar esse sentimento de pertencimento na comunidade desde a infância.

Outra problemática, observada no comportamento da comunidade de Superagui, é que a falta de incentivo gerou desinteresse e ócio nessas pessoas. Desmotivadas e culturalmente levadas a não conseguir criar laços com o espaço em que vivem, não vêm perspectivas de futuro para além da pesca. Pôde-se constatar isso no depoimento da entrevistada P3, que comentou sobre a falta de mão de obra para trabalhar com o turismo na alta temporada e que às vezes é necessário que pessoas de fora auxiliem, sendo o ócio um grande empecilho para o turismo se desenvolver na região.

Durante as entrevistas foram observadas, portanto, a caracterização da comunidade, a organização comunitária, as demandas, as atividades desenvolvidas, o apoio institucional, acesso, a infraestrutura turística, a infraestrutura básica e o interesse no projeto, relacionando esses pontos a todo momento com a análise teórica realizada anteriormente. Há um grande interesse da comunidade em trabalhar com o turismo como forma de complemento de renda, visto a grande potencialidade da região. Contudo, a necessidade de desenvolver alternativas que viabilizem o turismo em áreas em que a atividade econômica principal já não é suficiente, assim como apontado por Grandelle (2013), caracteriza a importância do turismo como alternativa econômica e social em regiões com o potencial econômico destacado.

Quando perguntados sobre os principais atrativos da região, os entrevistados apontaram a Praia Deserta da Barra do Superagüi; Trilha da Praia Deserta; Baía do

rio das Peças; passeio de barco às Ilhas Pinheiro e Pinheirinho; Canal do Varadouro; Barra do Ararapira; Bar *Akdov*; a pesca artesanal; a própria travessia de barco; e a gastronomia, descritos abaixo de acordo com a comunidade (Quadro 06):

QUADRO 6 – PRINCIPAIS ATRATIVOS DA BARRA DE SUPERAGUI

PRINCIPAIS ATRATIVOS DA BARRA DO SUPERAGUI	CARACTERÍSTICAS
Praia Deserta	Praia virgem com 38 km de extensão que podem ser apreciadas em caminhadas de 4 a 7 horas a pé ou de bicicleta
Trilha da Barra da Lagoa	Trilha que interliga Superagui com a Praia Deserta. Duração de 1 hora e 30 minutos e de dificuldade moderada para observação da vegetação de restinga, bromélias, orquídeas e ocasionalmente do mico-leão-da-preta. Pode ser acessada a pé ou de bicicleta
Baía do rio das Peças	Local onde há concentração de botos e golfinhos. Possui praia virgem com 7 km de extensão com vista para a Ilha do Mel
Passeio de barco às Ilhas Pinheiro e Pinheirinho	Passeio para assistir à revoada do papagaio-de-cara-roxa, que ocorre ao anoitecer e ao amanhecer. Mais de 2.000 papagaios habitam a ilha, saindo pela manhã cedo para procurar comida e retornando no final do dia
Canal do Varadouro	Canal artificial escavado em 1950 para abrir passagem para os barcos dos pescadores e que liga a região lagunar de Cananéia a Baía dos Pinheiros. É coberto por manguezais e mata atlântica original e é usado apenas por um ou outro barco de passeio, sendo um tradicional reduto de pescadores. Possui cachoeiras, orquídeas, bromélias e muitos animais como garças, papagaios e até jacarés. A travessia dura cerca de três horas
Mico-leão-da-cara-preta	Animal endêmico da região
Papagaio-da-cara-roxa	Animal endêmico da região
Bar da <i>Akdov</i>	Museu vivo do Fandango, onde ocorrem as apresentações de dança com os moradores mais antigos da região, acompanhadas do som das rabecas, instrumento artesanal e típico do Fandango
Barra do Ararapira	Localizada ao norte da ilha de Superagui às margens do rio Ararapira, onde é produzida e colhida a folha da cataia, utilizada tradicionalmente em aguardente
Ilha do Pinheiro e Pinheirinho	Local para se observar a área de repouso dos papagaios de cara roxa que voam geralmente em casais. Abriga uma grande diversidade de fauna e flora e pertencem a área de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Cataia	Folha encontrada somente em algumas ilhas do litoral norte do Paraná e litoral sul de São Paulo. Os caiçaras colocam as folhas na garrafa de cachaça, que dá um sabor característico e coloração amarelada à bebida. Cataia significa folha que queima na língua indígena. A bebida é produzida artesanalmente
Pesca Artesanal	Rotina de trabalho em pequenos barcos e sem equipamentos sofisticados são algumas das características da pescaria artesanal do litoral paranaense. Por fazer parte da história e cultura dessa comunidade pesca é vista como um potencial atrativo
Travessia de Barco	Travessia considerada contemplativa da paisagem com duração média de 2h30 em embarcações tradicionais conduzidas pelos próprios caiçaras. Trajeto Paranaguá/Superaqui
Gastronomia	O que predomina são os peixes e frutos do mar. A gastronomia dos restaurantes é baseada em peixes e camarões frescos

FONTE: A autora, 2017

Sobre o entendimento do que é o turismo de base comunitária, alguns entrevistados não demonstraram compreensão quanto à terminologia, mas demonstravam clareza quanto ao sentido do turismo planejado de forma participativa. Fato que ressalta a importância de uma linguagem mais simplificada para se aproximar da comunidade. De forma geral, apontaram como turismo comunitário aquele em que “todos se beneficiam e trabalham juntos para resolver as demandas, necessidades e tomar as decisões, além de dar a oportunidade de cada um trabalhar com aquilo que pode oferecer e sabe fazer de melhor. O pessoal aqui tem muito a oferecer, só precisa aprender como (ENTREVISTADO C3)”.

Embora a comunidade saiba o significado de gestão participativa e que ações poderiam ser tomadas para tal, reconhecem que hoje não ocorre nada neste sentido dentro da comunidade, sendo esse pensamento comum a todos os entrevistados. Pôde-se observar também que a comunidade, mesmo não participando ativamente das reuniões da associação, compartilha das mesmas opiniões a respeito das necessidades, empecilhos e estratégias para o desenvolvimento do turismo na região, além de apontar ser um instrumento de manutenção e preservação de práticas tradicionais desse povo.

No entanto, diante da grande semelhança dos relatos, notou-se que, além das problemáticas já citadas anteriormente, o grande empecilho para o desenvolvimento do turismo na Barra de Superagui é a falta de união e de comunicação entre a própria comunidade, bem como a falta de capacitação para administrar os serviços oferecidos.

Visto a dificuldade da comunidade em sentir-se pertencente a sua própria terra, bem como de preservá-la para o bem comum, confirma-se a descaracterização das práticas tradicionais e desvinculação com o espaço com que esse povo vem lidando nos últimos anos, assim como apontado por Vivekananda (2001). Descaracterização relacionada, assim como citado anteriormente, pela falta de alternativa econômica que não seja a pesca, fazendo com que essa comunidade se voltasse inteiramente para tal atividade. Com o declínio das práticas tradicionais e a luta pela sobrevivência, diante das demandas e necessidades já citadas, a comunidade parece ter enfraquecido os laços entre si e com o espaço em que vivem.

Em outras palavras, com a observação do comportamento dessa população foi possível notar que o enfraquecimento nos laços dessa comunidade implicou não apenas nas práticas do turismo, mas também na preservação da fauna e da flora. Isto porque, por falta de alternativas econômicas, os moradores continuam a extrair recursos da natureza de forma ilegal, além da problemática da falta de interesse e compromisso com a manutenção do espaço, seja na coleta de lixo, não depredação de infraestruturas ou simplesmente o trabalho comunitário para resolver demandas comum a todos.

Um problema que nós temos aqui é que, apesar das diretrizes impostas pelo parque, muitos moradores não respeitam algumas leis ambientais como a derrubada de árvores e os períodos de defeso em que não se pode pescar camarão. Isso dificulta as vezes a nossa comunicação com o ICMBio. (ENTREVISTADA C3).

Todos os fatores analisados demonstraram que a comunidade da Barra de Superagui ainda não se vê como parte indispensável e ativa do processo de desenvolvimento turístico da região, o que pode significar a falta de um processo de sensibilização e conscientização turística eficaz. Portanto, visto as problemáticas atuais e o interesse da comunidade em desenvolver o turismo na região de forma mais participativa, será descrito seguir o projeto proposto e suas respectivas ações de sensibilização turística que englobam os aspectos culturais, ambientais e sociais dessa comunidade com enorme potencial.

5 PROJETO DE TURISMO

Considerando a análise de dados obtidos na pesquisa de campo, foi possível observar a necessidade de um projeto de sensibilização turística na Barra de Superagui. O projeto terá como objetivo principal o engajamento e sensibilização da comunidade com o espaço para que o turismo de base comunitária possa se desenvolver futuramente. O projeto se justifica, portanto, pelo interesse da comunidade em se trabalhar com o turismo de forma mais efetiva, sendo a desunião o seu maior empecilho hoje. Segundo o Ministério do Turismo (2007) “estar sensível significa estar apto a sentir em profundidade as impressões, participar ativamente delas e tentar intervir sobre aquilo que está à sua volta – significa deixar envolver-se”.

Deste modo, propõe-se que o produto de turismo a ser desenvolvido seja um projeto de sensibilização com a comunidade e empresários locais, que valorize a cultura tradicional e faça do turismo de base comunitária uma estratégia de conservação ambiental, fortalecimento comunitário e fonte de renda. Neste sentido, serão propostas oficinas de planejamento participativo que devem ser aplicadas por um turismólogo, visto que o cronograma de atividades pode ser realizado por apenas uma pessoa e apoiado pelo setor público (Prefeitura de Guaraqueçaba, ICMBio e Ministério do Meio Ambiente), caso haja interesse. As oficinas devem acontecer na baixa temporada, entre abril e setembro, pois, com a incidência menor de turistas, a comunidade pode participar mais ativamente sem afetar o andamento de outras atividades.

As oficinas propostas abordarão, portanto, a construção de conceitos relevantes ao planejamento participativo do TBC, discussão dos princípios do turismo de base comunitária e o que pode ser feito para tornar recursos em atrativos, bem como despertar o interesse dessa população em participar mais ativamente do planejamento do turismo. As atividades serão adaptadas de diversos estudos que serão descritos nos próximos itens.

Ressalta-se que o facilitador do projeto deve, primeiramente, consultar a comunidade local a respeito de sugestões de procedimentos e forma de abordagem a serem adotados para a realização das ações e para a viabilização dos objetivos propostos. Considerar as ideias e sugestões da comunidade é uma etapa essencial para que as ações propostas no projeto se desenvolvam de maneira satisfatória. As atividades devem ser previamente apresentadas, onde o facilitador deve explicar as

metodologias que serão utilizadas ao longo do dia, bem como qual é o objetivo do encontro.

Toda atividade que se desenvolve com um grupo, que objetiva integrar, desinibir, “quebrar o gelo”, divertir, refletir, aprender, apresentar, promover o conhecimento, incitar à aprendizagem, competir e aquecer, pode ser denominada dinâmica de grupo (MILITÃO; MILITÃO, 2005).

Segundo Costa (2003), dinâmicas em grupos devem ser aplicadas de acordo com a fase em que se encontra o grupo: inicial, intermediária ou final. De acordo com a análise dos dados coletados, classifica-se, portanto, a comunidade da Barra de Superagui como na fase inicial, classificada pelo autor como a fase de inclusão.

Para auxiliar a aplicação e desenvolvimento do projeto serão utilizados *folders* e um *banner* como meio de comunicação para atingir toda a população local, mobilizando-os a participar das atividades. O turismólogo já *in loco* deve realizar a distribuição dos *folders*, explicando o projeto e convidando a comunidade a participar.

Nos *folders* deverá conter data, hora e local de todas as oficinas, assim como no *banner* que deve ficar fixado em frente à Sede da Associação de Moradores. Visto a pequena população de 1.500 habitantes concentrada em um mesmo espaço, e as condições disponíveis para implementação do projeto, o *banner* e a distribuição de *folders*, assim como a divulgação boca-a-boca, apresentam-se como as formas mais eficientes de comunicação. Ressalta-se aqui que estes materiais propostos são de apoio à ação que o turismólogo deve realizar para apresentar o projeto.

O programa de sensibilização também pretende atuar em parceria com o setor público para a implantação de uma placa em frente ao trapiche, com uma mensagem que busque informar e conscientizar tanto os moradores como turistas a respeito de seus deveres e responsabilidades com o local. Além da placa, será proposta também a instalação de quinze lixeiras pela região.

5.1 DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

O projeto deverá ser primeiramente apresentado à Prefeitura de Guaraqueçaba, para a possibilidade de viabilizá-lo através da Paraná Turismo, autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo, que tem como objetivo implementar programas e projetos de incentivo.

As atividades do projeto devem acontecer em quatro semanas, sendo na primeira semana planejado o desenvolvimento das ações do projeto e a confecção dos *folders* e *banner*. Na segunda semana, o turismólogo já *in loco* deve fazer a distribuição dos *folders* e *banner* e conversar com a comunidade, apresentando a semana de sensibilização turística. Poderá contar com o auxílio do presidente e secretário da Associação dos Moradores para essa ação.

Na terceira e quarta semana acontecerão todas as oficinas que contarão com palestras e excursões dinâmicas. Paralelamente às oficinas, deve ser instalada a placa e as quinze lixeiras mediante contratação de pedreiro da própria comunidade.

Pretende-se que, após a finalização do projeto, os participantes se tornem agentes multiplicadores do turismo comunitário na região e tornem-se mais integrados para que seja dada a devida continuidade em projetos futuros, como cursos de capacitação e de planejamento turístico. As oficinas serão elaboradas de acordo com os temas abordados na pesquisa, com foco no princípios e conceitos do turismo de base comunitária.

Os orçamentos devem conter o valor dos *folders*; *banner*; transporte, hospedagem, alimentação e diária do turismólogo; lixeiras; placa; materiais necessários para a execução das oficinas. Optou-se pela escolha de materiais que pudessem ser reaproveitados em cada oficina.

Os custos das oficinas serão discriminados em cada etapa, exceto o custo da hospedagem, transporte e alimentação do turimóslogo, que será inserido nos custos totais ao final. A intenção é que a mobilização em torno do desenvolvimento do turismo comunitário na Barra de Superagui também desperte o interesse de investimentos tanto público como privados na região. Para isto, deve-se propor à Prefeitura de Guaraqueçaba e ICMBio o registro dessa semana de sensibilização nos sites institucionais.

5.1.1 Cronograma

Propõe-se que as atividades sejam desenvolvidas na baixa temporada e durante quatro semanas, sendo três delas com o turismólogo *in loco* na Barra de Superagui. Sugere-se aqui o mês de julho, no qual foi realizada a pesquisa de campo e que permitiu a observação de poucos turistas na região.

A escolha da baixa temporada justifica-se, portanto, pela intenção de se desenvolver atividades em uma época em que a comunidade tenha maior disponibilidade e também por coincidir com as férias escolares, visto as atividades que envolverão crianças e jovens.

Sugere-se também que o turismólogo, na primeira semana onde serão desenvolvidas as ações do projeto e a confecção dos *folders* e *banner*, entre em contato com o Assistente Administrativo do ICMBio e Presidente da Associação dos Moradores, via e-mail, para decidirem os melhores horários para acontecerem todas as oficinas, bem como alinhar juntos o planejamento das atividades.

QUADRO 7 – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

JULHO 2018	01 A 07	08 A 14	15 A 21	22 A 28
Ação	1ª Semana	2ª Semana	3ª semana	4ª semana
Planejamento das ações do projeto	X			
Confecção <i>folders</i> e <i>banner</i>	X			
Distribuição de <i>folder</i> e <i>banner</i>		X		
Oficina “Conhecendo o outro”			X	
Oficina “Construção de conceitos”			X	
Oficina “Construindo com as próprias mãos”			X	
Oficina “Identificando nossos valores”			X	
Oficina “Saberes e fazeres”				X
Oficina “Interpretação Patrimonial”				X
Oficina “Reconhecendo o espaço vivido”				X
Oficina “Qual o meu sonho?”				X
Oficina “Como posso participar?”				X
Instalação placa e lixeiras				X

FONTE: A autora (2017)

5.1.2 Recursos Humanos

Para a elaboração e execução do projeto, será necessária a atuação de um Turismólogo, sendo o profissional mais qualificado para desenvolver as atividades em conjunto com a comunidade. O profissional deverá contar com a cooperação voluntária do ICMBio, professores e líderes comunitários durante a execução de uma oficina, mediante contato e parceria previamente estabelecida.

Caberá também ao turismólogo indicar os locais para instalação das lixeiras e placa junto ao pedreiro contratado da própria comunidade. Para tal, e visto os contatos já estabelecidos com os líderes da comunidade, deve-se verificar previamente junto ao ICMBio a melhor maneira de executar a ação, respeitando as diretrizes do Parque. Será estabelecido o valor de R\$ 30,00 a hora trabalhada de acordo com o levantamento realizado por profissionais da área para turismólogos recém-formados, além dos custos de transporte, hospedagem e alimentação. Para o pedreiro contratado, será estabelecido o valor de uma diária de R\$ 100,00, visto que não há como estabelecer com precisão quantas horas essa ação vai demandar e por isso estabelece-se um dia.

5.2 ETAPAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO

5.2.1 Oficina “Conhecendo o outro”

Público alvo: Toda a comunidade da Barra de Superagui

Objetivo: Integrar a comunidade para as próximas atividades

Ações: Essa oficina, adaptada dos estudos de Oliveira e Silva (2005), deve ser a abertura da semana de atividades que acontecerão.

O facilitador, após explicar como funcionará a atividade, deve solicitar que os participantes se sentem em círculo e se apresentem respondendo as questões: “meu nome, eu sou, eu gosto”. Para “meu nome” devem mencionar também o nome pelos quais são conhecidos na região, para “eu sou” devem comentar alguma característica pessoal e para “eu gosto” devem compartilhar uma preferência pessoal.

O facilitador deve solicitar que cada participante escreva suas respostas do “eu sou” e “eu gosto” em um pedaço de cartolina e que as cole com fita adesiva nas paredes, pois servirão de base para as discussões seguintes. Cada participante deve se expressar nas suas respectivas folhas da maneira que preferir, seja através de desenho, frases, palavras-chave, figuras, etc. As cartolinas devem ser previamente cortadas em três pedaços cada unidade.

Após todos terem colado suas folhas, os participantes devem ser estimulados a escrever seus nomes em outras folhas com as quais se identifiquem. Finalizada essa etapa, o facilitador deve convidar alguns participantes a apresentarem sua “livre expressão” e outros para compartilharem com o grupo o motivo pelo qual se identificaram com as “livres-expressões” dos outros.

Com essa dinâmica pretende-se que crie espaço para discussão a respeito da importância em conhecer características do gosto pessoal de um grupo o qual se faz parte, podendo assim aproximá-los. Ao dar a oportunidade de cada um reconhecer a existência de partes de si no outro, pretende-se quebrar possíveis barreiras existentes e que segregam o grupo, dificultando o desenvolvimento do turismo comunitário na região.

Duração: 2 horas aproximadamente

Período: Baixa Temporada (Julho)

Local: Sede Associação de Moradores

Recursos Humanos: 01 Turismólogo

Recursos Materiais: Cartolinas coloridas 50x66, fita adesiva, tesoura, canetas esferográficas, canetas coloridas hidrográficas, lápis de cor, galão de água

TABELA 1 – CUSTOS OFICINA CONHECENDO O OUTRO

ÍTEM	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)	REFERÊNCIA DE VALORES
Turismólogo	2 horas	R\$ 60,00 (R\$ 30,00 a hora)	Profissionais da área – SEBRAE
Cartolina 150g cores mistas	20 unidades	R\$ 12,00 (R\$ 0,60 unidade)	www.kalunga.com.br
Fita adesiva Transparente	1 unidade	R\$ 4,40	www.kalunga.com.br
Lápis de Cor 36 cores	2 caixas	R\$ 29,40 (R\$ 14,70 unidade)	www.kalunga.com.br
Tesoura 17cm preta	2 unidades	R\$ 10,60 (R\$ 5,30 unidade)	www.kalunga.com.br
Caneta Esferográfica Azul Bic	2 caixas (100 unidades)	R\$ 69,80 (R\$ 34,90 a unidade)	www.kalunga.com.br
Caneta hidrográfica 24 cores	2 pacotes (48 cores)	R\$ 27,98 (R\$ 13,99 a unidade)	www.kalunga.com.br
Galão de Água 10L	1 unidade (10 L)	R\$ 12,00	www.diskaguacuritiba.com.br/
Total			R\$ 226,18

FONTE: A autora (2017)

5.2.2 Oficina “Construção de conceitos”

Público alvo: Toda a comunidade da Barra de Superagui

Objetivo: Estabelecer uma linguagem turística comum entre comunidade e empreendedores turísticos e tornar homogêneo os conhecimentos dos participantes. Deverão ser construídos coletivamente os conceitos para as palavras: comunidade, tradição, cultura, turismo e turismo de base comunitária.

Ações: Para desenvolver esses conceitos, deverá ser utilizada como ferramenta a dinâmica da “teia da vida” em conjunto com a atividade que será chamada de “jogos de papéis”, adaptada de metodologias utilizadas em atividades de educação ambiental. Cada sujeito da comunidade representará um ator importante no contexto do turismo da região.

O objetivo desta oficina é sensibilizar a comunidade quanto à importância de cada ator social, estabelecendo relações de interdependência no âmbito do conceito de turismo de base comunitária. Para tanto, o facilitador deverá procurar um local que comporte todos os participantes e solicitar que façam um círculo que pode ser em pé ou sentados no chão. Sugere-se que a dinâmica seja realizada na praia ou na sede da Associação de Moradores, em caso de chuva.

Cada participante irá assumir o papel de um ator comunitário, tendo obrigatoriamente que representar outro papel que não o seu, como dono de restaurante, pousada, camping ou mercearia; anfitrião; guia; produtor de Cataia turista; professor; ICMBio; fandangueiro; pescador; limpador de camarão; barqueiros que fazem as travessias ou presidente da Associação de Moradores. O único material necessário para a realização dessa dinâmica é um rolo de barbante ou novelo de lã.

Para dar início à dinâmica, o barbante deve partir de um dos atores que irá se apresentar e comentar, na sua percepção, qual é a sua importância e contribuição para o contexto daquela comunidade. Esse ator deverá amarrar a ponta do barbante em seu dedo indicador e jogá-lo para qualquer outro participante, que fará o mesmo e assim consecutivamente. Ao final de todas as apresentações, terá se formado uma teia com o barbante. Neste momento, o facilitador deve pedir para que todos observem o emaranhado de conexões formadas a fim de que seja realizada, coletivamente, uma reflexão acerca dos conceitos de interdependência, conexão e coletividade.

Após a breve reflexão, o facilitador deve pedir ao último participante que desenrole o barbante de seu dedo e jogue o rolo novamente para quem havia lhe passado, repetindo em voz alta o papel desse ator para a comunidade e assim por diante até a teia estar desenrolada por completo. Deve-se orientar que cada participante tente lembrar o mais fielmente o que havia sido dito. O objetivo dessa dinâmica, além de apresentar a importância de cada ator no contexto do desenvolvimento do turismo na região, é promover uma maior interação e comunicação entre os participantes.

Como resultados das reflexões, deve-se então questionar os participantes quanto ao seu entendimento a respeito dos conceitos de “comunidade”, “tradição”, “cultura”, “turismo”, e “turismo de base comunitária” a fim de criar uma linguagem comum e simplificada a todos. Por fim, os participantes devem relatar suas percepções a respeito das oportunidades de se trabalhar de forma mais interligada, fortalecendo-se como uma rede e atraindo-se pelos objetivos em comum. Serão utilizados como referência para a construção dos conceitos, os princípios do Turismo Responsável proposto pelo Manual de Ecoturismo de Base Comunitária (WWF, 2003)

Duração: 3 horas aproximadamente

Período: Baixa Temporada (Julho)

Local: Sede Associação de Moradores

Recursos Humanos: 01 Turismólogo

Recursos Materiais: Rolo de Barbante, galão de água

TABELA 2 – CUSTOS OFICINA CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS

ÍTEM	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)	REFERÊNCIA DE VALORES
Turismólogo	3 horas	R\$ 90,00 (R\$ 30,00 a hora)	Profissionais da área – SEBRAE
Barbante 8 fios 100 algodão	1 unidade	R\$ 7,70	www.kalunga.com.br
Galão de Água 10L	1 unidade (10 L)	R\$ 12,00	www.diskaguacuritiba.com.br/
Total			R\$ 109,70

FONTE: A autora (2017)

5.2.3 Oficina “Construindo com as próprias mãos”

Público alvo: Toda a comunidade da Barra de Superagui

Objetivo: Estimular a reflexão sobre si próprio e proporcionar a identificação com os outros membros do grupo

Ações: Essa oficina deve ser dividida em duas etapas e sugere-se a sua realização na sede da Associação de Moradores. Para desenvolver a primeira etapa, cada participante deve pintar sua mão em um pedaço de cartolina e ao lado escrever algo que já fez pela comunidade com suas próprias mãos. Depois de todos finalizarem seus desenhos, deverá ser feito um círculo e cada um deve ler em voz alta o que escreveu.

Na segunda etapa, os participantes irão repetir a atividade, mas desta vez escreverão algo que podem fazer pelo turismo comunitário na Barra de Superagui e lerão novamente em voz alta. Ao final, devem ser comparados os resultados das duas etapas e verificar se o que cada ator já fez se assemelha ao que pode ser feito. Os papéis com as mãos e atividades escritas devem ser colocados nas paredes da Associação de Moradores, como forma de inspiração e incentivo.

Em um primeiro momento, essa oficina pretende fazer uma reflexão com a comunidade acerca da importância de suas ações, ainda que pequenas, para a comunidade como um todo. Diante do resultado, pretende-se comparar as ações realizadas por cada participante com as ações que foram propostas para o turismo comunitário, de acordo com os princípios estabelecidos na primeira oficina.

Essa dinâmica irá, portanto, permitir que cada participante reconheça a importância de sua atuação dentro da comunidade, bem como demonstrar que aquilo que pode oferecer está diretamente relacionado com as ações que podem ser realizadas no desenvolvimento do turismo comunitário na região.

Duração: 3 horas aproximadamente

Período: Baixa Temporada (Julho)

Local: Sede Associação de Moradores

Recursos Humanos: 01 Turismólogo/consultor de turismo

Recursos Materiais: Cartolinas, fita adesiva, canetas, tintas guache, galão de água

TABELA 3 – CUSTOS OFICINA CONSTRUINDO COM AS PRÓPRIAS MÃOS

ÍTEM	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)	REFERÊNCIA DE VALORES
Turismólogo	3 horas	R\$ 90,00 (R\$ 30,00 a hora)	Profissionais da área – SEBRAE
Cartolina 50x66, 150g cores mistas	20 unidades	R\$ 12,00 (R\$ 0,60 unidade)	www.kalunga.com.br
Fita adesiva Qualitape Transparente	1 unidade	Reutilizada da primeira oficina	www.kalunga.com.br
Caneta Esferográfica Cristal Azul Bic	2 caixas (100 unidades)	Reutilizadas da primeira oficina	www.kalunga.com.br
Tinta guache 15 ml c/12 cores	2 caixas (24 unidades)	R\$ 12,60 (R\$ 6,30 a unidade)	www.kalunga.com.br
Galão de Água 10L	1 unidade (10 L)	R\$ 12,00	www.diskaguacuritiba.com.br/
Total			R\$ 126,60

FONTE: A autora (2017)

5.2.4 Oficina “Identificando nossos valores”

Público alvo: Toda a comunidade da Barra de Superagui

Objetivo: Reflexão sobre os valores da comunidade e como eles podem ser incorporados no desenvolvimento do turismo comunitário na região

Ações: Utilizando como referência o Manual de Ecoturismo de Base Comunitária (WWF – 2003 p.24-25), aponta-se a grande importância de uma reflexão acerca dos valores da comunidade. De acordo como o manual, essa reflexão deve anteceder a etapa do planejamento turístico, possibilitando que esses valores sejam respeitados, fortalecidos e incorporados no desenvolvimento do turismo comunitário da região.

Desta maneira, os participantes devem se sentar em círculo e, com os olhos fechados, devem visualizar algo que considerem de grande valor na comunidade e que deve ser preservado para as futuras gerações. Após visualizarem, os participantes devem escrever o que pensaram em um pedaço de papel e depois depositar em uma caixa. Após todos os papéis terem sido depositados na caixa, o facilitador da oficina deve misturá-los e solicitar que cada participante retire um papel e leia-o em voz alta. Propõe-se, em seguida, uma reflexão a respeito de todos os valores indicados pelos participantes e o porquê de eles serem preservados.

Ao final da reflexão, os participantes deverão depositar os papéis em um barco feito de papel, previamente preparado, que representará a possibilidade de transportar esses valores da comunidade para o desenvolvimento do turismo comunitário. Para discutir a importância de cada participante na incorporação desses valores no turismo, será utilizada simbolicamente a figura de um remo que representará o esforço de cada um, e a figura do mar para simbolizar os caminhos e desafios a serem percorridos.

Ao final dessa oficina, propõe-se uma reflexão final acerca da contribuição de cada um para o desenvolvimento da região da Barra de Superagui, na qual seus valores devem beneficiar, antes do turista, a própria comunidade.

Duração: 3 horas aproximadamente

Período: Baixa Temporada (Julho)

Local: Sede Associação de Moradores

Recursos Humanos: 01 Turismólogo

Recursos Materiais: Caixa de papelão, papel, caneta, figuras impressas, água

TABELA 4 – CUSTOS OFICINA IDENTIFICANDO NOSSOS VALORES

ÍTEM	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)	REFERÊNCIA DE VALORES
Turismólogo	3 horas	R\$ 90,00 (R\$ 30,00 a hora)	Profissionais da área – SEBRAE
Papel reciclado 75g	1 unidade (500 folhas)	R\$ 25,00	www.kalunga.com.br
Caneta Esferográfica Cristal Azul Bic	2 caixas (100 unidades)	Reutilizadas da primeira oficina	www.kalunga.com.br
Caixa papelão 30x24x17	1 caixas	R\$ 3,90	www.kalunga.com.br
Galão de Água 10L	1 unidade (10 L)	R\$ 12,00	www.diskaguacuritiba.com.br/
Figuras coloridas impressas	2 unidades	R\$ 3,00 (R\$ 1,50 unidade)	Xerox Reitoria
Total			R\$ 133,90

FONTE: A autora (2017)

5.2.5 Oficina “Saberes e Fazeres”

Público alvo: Toda a comunidade da Barra de Superagui

Objetivo: Construção e reconstrução de identidades; criação de vínculos entre sujeitos de diferentes condições etárias e culturais; promoção do sentimento de pertencimento; fortalecimento da alteridade e de reconhecimento do outro.

Ações: Essa oficina pretende abrir espaço para que os diferentes atores da comunidade de Superagui possam compartilhar seus saberes e fazeres antigamente praticados e os que são praticados até hoje. Sugere-se que seja utilizado o espaço da Sede da Associação dos Moradores. A oficina deve acontecer durante três dias, mediante elaboração de cronograma, onde cada ator da comunidade irá ministrar, de acordo com seus interesses, uma oficina sobre um saber e fazer que queira compartilhar.

Serão três dias de atividades com planejamento e gestão participativa, dando autonomia para a comunidade ministrar as oficinas da maneira que preferirem. Deve ser incentivado que ministrem as oficinas os diferentes atores e maiores influenciadores da região, desde pescadores, artesãos, produtores de cataia, barqueiros, donos de empreendimentos turísticos, moradores mais antigos, cozinheiros, fandangueiros, etc.

Após o término de cada oficina participativa, o facilitador deve promover uma reflexão a respeito da cultura material e imaterial da região como importante tesouro, bem como a importância daquilo que era praticado no passado e como isso influenciou o modo de vida da comunidade até os dias atuais. Ao final de cada reflexão, o facilitador deve pedir para que cada participante transcreva em uma folha de papel aquilo que aprendeu e qual é a importância disso na sua visão. Após os três dias de oficinas, o facilitador deve reunir todas as transcrições em um fichário, a fim transformá-las em um documento para a comunidade.

Pretende-se que essa oficina permita que os saberes e fazeres dos atores da comunidade de Superagui sejam compartilhados, a fim de que os mesmos não se percam e gerem uma memória coletiva, mesmo naqueles mais jovens. A manutenção dos saberes e fazeres através do compartilhamento de conhecimentos também permite que a comunidade passe a valorizar o trabalho do outro, o saber e fazer do outro, princípios que fazem parte do turismo comunitário.

O sentimento de coletividade e valorização das próprias tradições, justifica o turismo comunitário pautado no modo de vida de uma comunidade que reconhece sua importância. Deve-se ser feita reflexão também sobre a oportunidade de se trabalhar com esses saberes e fazeres como o próprio atrativo turístico a ser oferecido na região.

Duração: 3 dias (4 horas cada dia aproximadamente)

Período: Baixa Temporada (Julho)

Local: Sede Associação de Moradores

Recursos Humanos: 01 Turismólogo/consultor de turismo

Recursos Materiais: Papel reciclado, canetas, fichário, água

TABELA 5 – CUSTOS OFICINA SABERES E FAZERES

ÍTEM	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)	REFERÊNCIA DE VALORES
Turismólogo	12 horas	R\$ 360,00 (R\$ 30,00 a hora)	Profissionais da área – SEBRAE
Papel reciclado 75g	1 unidade	Reutilizado da quarta oficina	www.kalunga.com.br
Caneta Esferográfica Cristal Azul Bic	2 caixas (100 unidades)	Reutilizadas da primeira oficina	www.kalunga.com.br
Fichário	1 unidade	R\$ 14,50	www.kalunga.com.br
Galão de Água 10L	3 unidades (10 L)	R\$ 36,00 (R\$ 12,00 a unidade)	www.diskaguacuritiba.com.br/
Total			R\$ 410,50

FONTE: A autora (2017)

5.2.6 Oficina “Interpretação Patrimonial”

Público alvo: Alunos do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental, alunos do Ensino Médio e comunidade

Objetivo: Promover o interesse comunitário e valorização pelo patrimônio cultural e natural da região

Ações: Essa oficina terá como base o estudo de Gomes *et al.* (2015) sobre Turismo Cultural, Educação Patrimonial e Cidadania e deve ser dividida em dois dias, sendo um dia para os alunos do 4º ao 6º ano e 7º ao 9º, e outro para os alunos do Ensino Médio e restante da comunidade, com um total de 04 saídas. A atividade deve ser dividida em quatro etapas: embasamento teórico; observação; reflexão; registro.

Para a primeira etapa deve ser realizada uma palestra pelo facilitador (turismólogo), na qual serão trabalhados os conceitos de turismo, patrimônio natural e cultural, material e imaterial e sua importância para a comunidade e turismo na região. No caso das crianças e jovens, a palestra deve acontecer na própria escola, para o restante da comunidade deve acontecer na Sede da Associação dos Moradores.

Para esta etapa, devem ser utilizadas fotos e/ou imagens dos patrimônios naturais e culturais de Superagui e outras localidades da escolha do facilitador. As imagens devem ser previamente impressas em tamanho A4 e devem ser comparadas para, junto aos participantes, exemplificar de forma visual o que são patrimônios naturais, culturais, materiais e imateriais através de uma linguagem simplificada. Os conceitos devem ter como base o estudo de Carvalho (2013).

A segunda etapa, composta pelo exercício de observação, deve ocorrer no ambiente externo na Barra. O facilitador deve separar os participantes em grupos e instruí-los a observar e anotar em um pedaço de papel um patrimônio natural e cultural da Barra de Superagui. Finalizada essa etapa, todos devem reunir-se novamente no ponto de encontro estabelecido e em círculo o facilitador deve propor uma reflexão a respeito da escolha do patrimônio natural e cultural de cada grupo, como pode ser classificado esse patrimônio (material ou imaterial), sua importância para a comunidade, qual a história desse patrimônio para o grupo, que informações poderiam ser passadas para um visitante sobre o patrimônio escolhido.

Para a última etapa, deve-se propor uma reflexão sobre algum significado

pessoal ou momento marcante vivido nos patrimônios escolhidos e, em seguida, o facilitador deve solicitar que cada participante ilustre esse momento em um pedaço de cartolina. Sugere-se que os desenhos sejam colocados nas paredes da escola e da Sede da Associação dos Moradores.

Essa oficina pretende auxiliar nas relações de pertencimento das crianças, jovens e adultos com o local em que vivem através das informações e significados adquiridos sobre os bens. Ao incentivar a interpretação do patrimônio e a relação de cada indivíduo com o local, pretende-se promover uma maior conscientização da comunidade acerca da importância de se valorizar e preservar esses patrimônios, que fazem parte de suas histórias.

Duração: 02 dias (6 horas cada dia aproximadamente)

Período: Baixa Temporada (Julho)

Local: Colégio Estadual Barra de Superagui, Sede da Associação dos Moradores e ambiente externo

Recursos Humanos: 01 Turismólogo

Recursos Materiais: cartolina, fita adesiva, papel reciclado, canetas, lápis de cor, imagens impressas A4, água

TABELA 6 – CUSTOS OFICINA INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL

(continuação)

ÍTEM	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)	REFERÊNCIA DE VALORES
Turismólogo	12 horas	R\$ 360,00 (R\$ 30,00 a hora)	Profissionais da área – SEBRAE
Cartolina 150g cores mistas	30 unidades	R\$ 18,00 (R\$ 0,60 unidade)	www.kalunga.com.br
Fita adesiva Qualitape Transparente	1 unidade	Reutilizada da primeira oficina	www.kalunga.com.br
Lápis de cor 36 cores	2 caixas	Reutilizada da primeira oficina	www.kalunga.com.br
Caneta Esferográfica Azul Bic	2 caixas (100 unidades)	Reutilizada da primeira oficina	www.kalunga.com.br
Papel reciclado 75g	1 unidade	Reutilizado da quarta oficina	www.kalunga.com.br

(conclusão)

ÍTEM	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)	REFERÊNCIA DE VALORES
Imagens impressas A4 coloridas	20 unidades	R\$ 30,00	Xerox Reitoria
Galão de Água 10L	3 unidades (10 L)	R\$ 36,00 (R\$ 12,00 a unidade)	www.diskaguacuritiba.com.br/
Total			R\$ 444, 00

FONTE: A autora (2017)

5.2.7 Oficina “Reconhecendo o espaço vivido”

Público alvo: Alunos do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental e alunos do Ensino Médio

Objetivo: Apropriação e interação com o espaço em que vivem

Ações: Essa oficina terá como base os estudos de Minari e Rabinovici (2014). O facilitador (turismólogo), que deve ter conhecimento prévio sobre os aspectos gerais da região, deve se reunir com os alunos da escola para uma excursão pelos principais atrativos da Barra de Superagui. Sugere-se a parceira voluntária com líder local, professor e servidor do ICMBio para acompanharem a visita, a fim de enriquecer a experiência. O ponto de encontro deve ser na escola, onde deve ser apresentada a oficina e como ela funcionará. Devem ser realizadas duas saídas, uma com os alunos do Ensino Fundamental e outra com os alunos do Ensino Médio.

Sugere-se que a visita guiada forneça informações de uma forma didática sobre as diretrizes do Parque, biomas, os animais endêmicos, patrimônios naturais e culturais (conceitos já aprendidos anteriormente), trilhas, gastronomia, modo de produção da cataia, história do fandango, pesca artesanal, comunidades do entorno e a relação desses atrativos com o turismo. O tour deve abranger, dentro dos temas propostos, visita aos principais restaurantes, locais de venda da cataia, Bar *Akdov* (Museu Vivo do Fandango), principais pousadas e campings, trilhas, praia deserta, conversas com pescadores, artesãos e fandangueiros e observação da fauna e flora. Ao final da excursão, deve-se propor uma reflexão acerca do tour e dar espaço para cada participante comentar sobre como foi sua experiência e o que mudou na sua visão sobre os lugares e pessoas visitadas.

Desta forma, cada um dos facilitadores, turismólogo, professor, morador e ICMBio, poderão fornecer informações de acordo com seus conhecimentos, tornando a experiência mais dinâmica. Ainda que todos os pontos já sejam de conhecimento das crianças e jovens, a experiência enriquecedora da excursão irá proporcionar um olhar diferenciado sob aquilo que já se conhece, sensibilizando-os para sua cultura local. Para que essa prática de apropriação e interação com o espaço é necessário, portanto, o incentivo do ICMBio, comunidade e instituição de ensino, a fim de despertar nas crianças e jovens, futura geração, a importância e riqueza do seu patrimônio.

Programação: Durante as excursões, deve-se passar pelos atrativos considerados mais significativos de acordo com a comunidade, como analisado nos resultados da pesquisa.

Duração: 6 horas aproximadamente (3h cada saída)

Período: Baixa Temporada (Julho)

Local: Barra de Superagui

Recursos Humanos: 01 Turismólogo; Professor(a) da comunidade; ICMBio; líder local

Recursos Materiais: Galão de Água

TABELA 7 – CUSTOS OFICINA RECONHECENDO O ESPAÇO VIVIDO

ÍTEM	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)	REFERÊNCIA DE VALORES
Turismólogo	3 horas	R\$ 180,00 (R\$ 30,00 a hora)	Profissionais da área – SEBRAE
Galão de Água 10L	2 unidades (10 L)	R\$ 24,00 (R\$ 12,00 a unidade)	www.diskaguacuritiba.com.br/
Total			R\$ 204,00

FONTE: A autora (2017)

5.2.8 Oficina “Qual o meu sonho?”

Público alvo: Toda a comunidade da Barra de Superagui

Objetivo: Identificar as expectativas da comunidade por meio de motivação para que expressem os seus sonhos, desejos e anseios.

Ações: O facilitador deve se reunir com os participantes na Sede da Associação dos Moradores e pedir para que sentem no chão e façam um círculo. Cada participante, segurando uma vela que representará o sonho aceso de cada um, deve falar sobre que sonhos almeja realizar e em seguida deve passar a vela para as mãos da pessoa que está ao seu lado. Em um primeiro momento, o facilitador deve estimular os participantes a falarem rapidamente e sem pensar muito, pois a vela não pode apagar. Depois que todos tenham manifestado seus sonhos, o facilitador deve solicitar que cada participante, agora segurando um bastão de papel para dar a fala, diga novamente um sonho, se caso tivesse todo o tempo do mundo para realizá-lo.

Após finalizada a dinâmica, deve-se propor uma reflexão sobre as diferenças entre os sonhos impulsivos e os que podem ser construídos com o tempo, estabelecendo relação entre a realização dos sonhos e sua temporalidade, entre os que podem ser realizados rapidamente e os que levam certo tempo. Deve-se propor um diálogo sobre a diferença entre sonhar grande e sonhar pequeno, e como os sonhos grandes necessitam de organização para serem realizados.

De acordo com o estudo de Oliveira e Silva (2005), para os sonhos que tiverem alguma manifestação coletiva, deve ser introduzida uma discussão sobre a importância de a comunidade estar organizada para realizar esses sonhos e o que impede hoje que essas iniciativas sejam tomadas de forma coletiva.

Após essa reflexão e ainda na temática dos conflitos presentes na comunidade, deve ser proposta uma discussão acerca da participação dos moradores nas reuniões da associação, se há valorização dos recursos naturais e culturais locais por parte da comunidade e como é a organização social na visão de cada um, a fim de identificar se existem problemas de relacionamento entre as lideranças locais, causando divisão interna no grupo.

Ao final dessa reflexão, propõe-se a discussão a respeito de que medidas poderiam ser tomadas para que esses empecilhos pudessem ser resolvidos, relacionando o turismo comunitário como uma ferramenta para a solução desses problemas, visto que seu planejamento e gestão participativa não só valorizam o

espaço vivido, como aproximam seus atores.

Pretende-se, portanto, dar a oportunidade para que cada indivíduo enxergue o outro e possa, talvez, reconhecer seu sonho no sonho do outro. Desta forma, cria-se espaço também para dialogar, junto aos conceitos já trabalhados com a comunidade, sobre problemas de relacionamento e segregação do grupo que podem impedir a realização de seus sonhos, como a melhoria na qualidade de vida que pode ter sua solução no turismo comunitário, se assim desejarem. Além disso, permitirá que a própria comunidade defina os rumos e o direcionamento dos procedimentos para o desenvolvimento da sociedade local.

Duração: 3h aproximadamente

Período: Baixa Temporada (Julho)

Local: Sede da Associação dos Moradores

Recursos Humanos: 01 Turismólogo

Recursos Materiais: Vela, tubo de papel, água

TABELA 8 – CUSTOS OFICINA QUAL O MEU SONHO

ÍTEM	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)	REFERÊNCIA DE VALORES
Turismólogo	3 horas	R\$ 90,00 (R\$ 30,00 a hora)	Profissionais da área – SEBRAE
Vela de 7 dias	1 unidade	R\$ 4,20	www.oreidasvelas.com.br
Tubo de papelão	1 unidade	R\$ 5,60	www.kalunga.com.br
Galão de Água 10L	1 unidade (10 L)	R\$ 12,00	www.diskaguacuritiba.com.br/
Total			R\$ 111,80

FONTE: A autora (2017)

5.2.9 Oficina “Como posso participar?”

Público alvo: Toda a comunidade da Barra de Superagui

Objetivo: Recapitular os conceitos trabalhados, estabelecer compromisso a ser levado adiante pela comunidade e reconhecer a importância da participação de cada um nas oficinas

Ações: Sentados em círculo, o facilitador deve revisar com os participantes os conceitos trabalhados nas oficinas anteriores. Em seguida deve ser proposta uma reflexão a respeito do porquê de uma boa prestação de serviços, quem é o turista que vem até a região, o que ele espera encontrar, quais são os princípios de uma boa comunicação com o turista, o que se espera de um atendimento com qualidade e quais são os tipos de turismo existentes, dando ênfase no turismo comunitário que é o foco da região. Deve-se utilizar como referência o “Manual - 08 passos para encantar os turistas no atendimento” do SEBRAE (2016).

Após a breve reflexão, deve ser proposto um jogo de cartas baseado nos estudos de Bordenave (1993). A realização desta atividade exige a criação prévia do jogo de cartas com o tema: COMO POSSO SER MAIS PARTICIPATIVO NA COMUNIDADE? Para montá-lo, deve-se recortar folhas de cartolina em 12 cartões, de 10x8cm. Em seguida, deve-se anotar nos cartões as palavras a seguir:

QUADRO 08– JOGO DE CARTAS

Com minhas ações	Com meu Conhecimento	Com Organização	Com Solidariedade	Com Sentimento	Com Atitudes
Como morador	Nas reuniões	Na preservação da região	Com meu trabalho	Com o turismo	Como anfitrião

FONTE: A autora (2017)

O facilitador deve estimular o grupo a jogar colocando as cartas no chão com a parte escrita virada para baixo. Com os participantes sentados em círculo, deve-se decidir aquele que dará início ao jogo e pedir que retire a primeira carta. Esta primeira pessoa deve falar em voz alta “Como posso ser mais participativa na comunidade” e em seguida ler para todos o que está escrito na carta, por exemplo: “Como posso ser mais participativa na comunidade com minhas ações?” O facilitador deve solicitar que todos pensem na pergunta e anotem suas respostas em um papel em, aproximadamente, três minutos.

Ao final de cada pergunta, cada participante deve ler em voz alta o exemplo que escreveu como resposta e, desta forma, sucessivamente, até o término das 12 cartas. O jogo termina quando os participantes tiverem reunido uma série de compromissos possíveis de serem realizados. Ao final, deve ser proposta uma reflexão sobre todas as ações citadas e decidir, coletivamente, qual deve ser selecionada como compromisso de todo o grupo. O compromisso escolhido deve ser escrito em uma cartolina maior e colado na parede da Sede da Associação dos Moradores.

Como forma de agradecimento, deve ser estimulada uma salva de palmas e entregue um certificado (Apêndice 3) de participação a ser preenchido na hora com o nome de cada um, como forma de reconhecimento também. Essa dinâmica pretende recapitular tudo o que foi trabalhado durante as oficinas, deixando como legado o compromisso de a comunidade dar continuidade ao que foi aprendido.

Duração: 3 horas aproximadamente

Período: Baixa Temporada (Julho)

Local: Sede da Associação dos Moradores

Recursos Humanos: 01 Turismólogo

Recursos Materiais: Cartolina, fita adesiva, caneta, papel reciclado, tesoura, certificados impressos

TABELA 9 – CUSTOS OFICINA COMO POSSO PARTICIPAR

ÍTEM	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)	REFERÊNCIA DE VALORES
Turismólogo	3 horas	R\$ 90,00 (R\$ 30,00 a hora)	Profissionais da área – SEBRAE
Papel reciclado 75g 210x297 A4 chamex	1 unidade	Reutilizado da quarta oficina	www.kalunga.com.br
Caneta Esferográfica Cristal Azul Bic	2 caixas (100 unidades)	Reutilizadas da primeira oficina	www.kalunga.com.br
Cartolina 150g cores mistas	3 unidades	R\$ 1,80	www.kalunga.com.br
Tesoura 17cm preta	2 unidades	Reutilizada da primeira oficina	www.kalunga.com.br
Fita adesiva Qualitape Transparente	1 unidade	Reutilizada da primeira oficina	www.kalunga.com.br
Galão de Água 10L	1 unidade (10 L)	R\$ 12,00	www.diskaguacuritiba.com.br/
Certificados impressos	200 unidades	R\$ 30,00 (R\$ 0,15 unidade)	Xerox Reitoria
Total			R\$ 133,80

FONTE: A autora (2017)

5.3 Elaboração de *folder* e *banner*

Público alvo: Toda a comunidade da Barra de Superagui

Objetivo: Divulgar durante uma semana as oficinas que acontecerão na comunidade

Ações: Devem ser confeccionados na primeira semana do projeto mil *folders* no tamanho A5 14,8x21cm em papel *couché* brilho. Os *folders* devem ser coloridos e devem conter o local, data e horário de cada uma das oficinas (Apêndice 4). Deve ser confeccionado também um *banner* 60x120cm, nas mesmas cores dos *folders*, a ser fixado na frente da Sede da Associação dos Moradores para chamar a atenção da comunidade (Apêndice 5).

Distribuição: O turismólogo deve distribuir os *folders* por toda a comunidade e seus estabelecimentos, com foco nas principais lideranças da região. Pode contar com a ajuda voluntária do presidente e secretário da associação para essa ação. O *banner* deve ser pendurado em frente à Sede da Associação dos Moradores.

Duração: 30 horas trabalhadas aproximadamente (média de 3h por dia, durante 14 dias)

Período: Baixa Temporada (Julho)

Local: Barra de Superagui

Recursos Humanos: 01 Turismólogo

Recursos Materiais: *Folder* e *Banner*

TABELA 10 – CUSTOS FOLDERS E BANNER

ÍTEM	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)	REFERÊNCIA DE VALORES
Turismólogo	30 horas	R\$ 900,00 (R\$ 30,00 a hora)	Profissionais da área – SEBRAE
<i>Folders</i> papel <i>couché</i> brilho 170g	1000 unidades	R\$ 190,99 (R\$ 0,19 unidade)	Print.com.br
<i>Banner</i> lona brilho 280g com bastão e cordão	1 unidade	R\$ 32,99	Print.com.br
Total			R\$ 1.123,98

FONTE: A autora (2017)

5.4 Instalação de placa e lixeira

Público alvo: Comunidade e Turistas

Objetivo: Auxiliar na conscientização de boas práticas na região e na coleta de lixo da região

Ações: Instalação de lixeiras em áreas estratégicas da Barra de Superagui a fim de auxiliar na manutenção e coleta de lixo que hoje é precária e dificultada pela inexistência de lixeiras na região. Essa ação atenderá tanto a comunidade como o turista. A placa informativa deve conter a seguinte frase: “Parque Nacional do Superagui. Você está aqui (seta apontando para um mapa com a localização). Ajude a preservar. Não jogue lixo na praia (Apêndice 6).

Distribuição: A placa informativa deve ser instalada em frente ao trapiche, local com o maior fluxo de pessoas. Sugere-se que a instalação das lixeiras seja realizada em pontos estratégicos como: Trilha da Barra da Lagoa, Praia Deserta, Trapiche, Centrinho e Praia Principal. O Turismólogo deve dar as diretrizes ao pedreiro sobre os locais de instalação.

Duração: 04 horas aproximadamente

Período: Baixa Temporada (Julho)

Local: Barra de Superagui

Recursos Humanos: 01 Turismólogo, Pedreiro

Recursos Materiais: Lixeiras e placa

TABELA 11 – CUSTOS INSTALAÇÃO PLACA E LIXEIRAS

ÍTEM	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)	REFERÊNCIA
Turismólogo	4 horas	R\$ 120,00 (R\$ 30,00 a hora)	Profissionais da área – SEBRAE
Pedreiro	Diária	R\$ 100,00	www.equipedebra.pini.com.br
Lixeira seletiva 50 litros com 4 divisórias	15 unidades	R\$ 2.475,00 (R\$ 165,00 a unidade)	www.maislixearas.com.br
Placa informativa 100x80cm	1 unidade	R\$ 252,99	www.zocprint.com.br
Total			R\$ 2,947,99

FONTE: A autora (2017)

6 ORÇAMENTO TOTAL

TABELA 12 – ORÇAMENTO TOTAL DO PROJETO

ÍTEM	DESCRIÇÃO DOS CUSTOS	TOTAL
Oficina “Conhecendo o outro”	2 horas trabalhadas – Turismólogo Cartolinas coloridas 50x66, fita adesiva, tesoura, canetas esferográficas, canetas coloridas hidrográficas, lápis de cor, galão de água	R\$ 226,18
Oficina “Construção de conceitos”	3 horas trabalhadas – Turismólogo Rolo de Barbante, galão de água	R\$ 109,70
Oficina “Construindo com as próprias mãos”	3 horas trabalhadas – Turismólogo Cartolinas, fita adesiva, canetas esferográficas e tintas guache, galão de água	R\$ 126,60
Oficina “Identificando nossos valores”	3 horas trabalhadas – Turismólogo Caixa de papelão, papel, caneta, figuras impressas, galão de água	R\$ 133,90
Oficina “Saberes e fazeres”	12 horas trabalhadas – Turismólogo Papel reciclado, canetas, fichário, galão de água	R\$ 410,50
Oficina “Interpretação Patrimonial”	12 horas trabalhadas – Turismólogo Cartolina, fita adesiva, papel reciclado, canetas, lápis de cor, imagens impressas A4, água	R\$ 444, 00
Oficina “Reconhecendo o espaço vivido”	06 horas trabalhadas - Turismólogo Galão de Água	R\$ 204,00
Oficina “Qual o meu sonho?”	03 horas trabalhadas – Turismólogo Vela, tubo de papelão, galão de água	R\$ 111,80
Oficina “Como posso participar?”	03 horas trabalhadas – Turismólogo Cartolina, fita adesiva, caneta, papel reciclado, tesoura certificados impressos	R\$ 133,80
Confecção e distribuição folders e banner	30 horas trabalhadas – Turismólogo Comunicação, desenvolvimento das ações, confecção e distribuição <i>Folders e Banner</i>	R\$ 1.123,98
Instalação placa e lixeiras	04 horas aproximadamente – Turismólogo e Pedreiro Instalação Lixeiras e placa	R\$ 2.947,99
Transporte Turismólogo - Ida e Volta (Terrestre + Marítimo)	R\$ 63,40 Terrestre – Curitiba/Paranaguá/Curitiba Referência Viação Graciosa R\$60,00 Marítimo - Paranaguá/Superagui/Paranaguá Referência Embarcação Magatron	R\$ 123,40
Alimentação Turismólogo (referente a 14 dias)	R\$ 50,00 por dia - Referência Restaurante Tropical (R\$ 20,00	R\$ 700,00
Estadia Turismólogo (café da manhã incluso)	R\$ 50,00 a diária na baixa temporada - Referência Pousada Dona Elza	R\$ 700,00
Valor total do projeto		R\$ 7.495,85

FONTE: A autora (2017)

7 FINANCIAMENTO

De acordo com o Projeto de Lei Orçamentária Anual 2018 (PLOA 2018), está previsto um investimento de R\$ 21 milhões ao desenvolvimento do turismo interno do Brasil, a fim de dotar os municípios com infraestrutura turística, realizar campanhas e eventos e promover qualificação associada ao turismo.

Neste sentido, o Manual de Emendas - Orçamento da União para 2018 prevê, através do Programa 2076 – Desenvolvimento e Promoção do Turismo, o apoio a projetos de infraestrutura turística que, de acordo com o Ministério do Turismo, propõe a construção, revitalização e reforma de infraestrutura para adequação de espaços de interesse turístico (saneamento básico, sistemas de drenagem, paisagismo, sinalização turística e praças).

No manual também está o Programa 4590 - Qualificação, Certificação e Produção Associada ao Turismo que prevê apoio as ações de qualificação e de incentivo à certificação de pessoa física e jurídica da cadeia produtiva do turismo. Alguns dos objetos propostos no programa são a implementação de projetos/atividades (cursos, seminários e oficinas) destinados para microempreendedores individuais com atuação no turismo, produtores locais associados ao turismo e projetos/atividades de certificação profissional e de serviços turísticos.

Visto a verba anual destinada a programas turísticos, nos quais se encaixa a presente pesquisa de sensibilização turística, propõe-se que a Prefeitura de Guaraqueçaba submeta o projeto pela Paraná Turismo, podendo então ser viabilizado. Para submissão de projetos na Paraná Turismo deve ser feito um ofício à autarquia, no qual as ações propostas devem estar de acordo com o contexto no qual o projeto estará inserido, garantindo sinergia entre o que já é executado, o que se propõe e a dispersão de esforços e recursos. O ofício deve seguir modelo abaixo:

FIGURA 01 - SUBMISSÃO PROJETOS PARANÁ TURISMO

PARTE	CONTEÚDO
Título	Ser claro e objetivo;
Identificação	Contatos do proponente e participantes (entidade, razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, site, etc);
Apresentação/Justificativa	Discorrer sobre as necessidades da implementação do projeto e a comprovação de sua eficácia e eficiência;
Objetivos	Objetivo Geral: situação final pretendida; Objetivos Específicos: fatores que decorrem de sua implementação;
Metas e atividades	Relacionar de forma cronológica pelas etapas que compõem o projeto. Detalhar o custo das atividades, a meta em que as atividades estão inseridas, e as etapas;
Participantes/Entidades Envolvidas	Relacionar as entidades apoiadoras do projeto, quantificando e exemplificando a forma de participação de cada uma delas;
Público-Alvo	Descrever os beneficiários do produto final do projeto;
Resultados Pretendidos	Fazer o prognóstico da implementação do projeto, prospectar as situações almejadas em função dos objetivos propostos;
Avaliação e Monitoramento	Descrever mecanismos de acompanhamento das ações do projeto e da mensuração das metas propostas.

FONTE: Paraná Turismo (2017)

8 RETORNO E MONITORAMENTO

O presente projeto não visa lucro, visto seu caráter social e os recursos necessários que serão provenientes de uma parceria com o poder público. Sendo o propósito da pesquisa a sensibilização turística e engajamento da comunidade da Barra de Superagui com o turismo, não é possível mensurar o retorno financeiro. No entanto, pode-se prever um retorno qualitativo com relação aos benefícios sociais, culturais, ambientais e econômicos que o projeto de sensibilização turística pode promover através do espaço que abre para a comunidade se integrar e perceber o seu valor, bem como passar a planejar e gerir o turismo de forma mais participativa.

Para o monitoramento das ações propostas, sugere-se acompanhamento constante do ICMBio e retorno do turismólogo à região a fim de mensurar as mudanças ocorridas no local e nos hábitos da comunidade, bem como a funcionalidade da placa e lixeiras instaladas. Para tanto, deve-se utilizar a observação simples e entrevistas semi-estruturadas com a comunidade e empreendedores turísticos, com o intuito de gerar novas análises e relatórios e assim corrigir possíveis falhas no projeto. Será determinado o prazo de seis meses para a realização desse monitoramento para então serem estabelecidos critérios de avaliação, para verificar se os objetivos da sensibilização turística foram alcançados.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos trabalhados no presente projeto, com foco no turismo comunitário na comunidade caiçara da Barra de Superagui, localizada em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, forneceram o embasamento teórico necessário para a realização da pesquisa de campo na região. Foi possível identificar o enorme potencial turístico que a Barra de Superagui apresenta através de seu patrimônio natural e cultural, que se manifesta genuinamente através do Fandango, da Cataia, da pesca artesanal, da extensa Praia Deserta, das embarcações antigas, da culinária, das trilhas, dos animais endêmicos e do modo de vida da comunidade. No entanto, pôde-se observar de forma aproximada que o enorme potencial da região não está sendo explorado de forma que beneficie a comunidade.

As demandas e dificuldades, previamente identificadas na análise teórica, puderam ser confirmadas na pesquisa de campo, bem como permitiram a percepção de que a desunião da comunidade hoje se sobressai sobre os demais problemas. Diante disso, nota-se que a dificuldade da comunidade em sentir-se pertencente ao espaço onde vivem impossibilita que ações sejam tomadas no coletivo. Mais do que isso, também impede que o espaço onde vivem seja visto como um patrimônio comum a todos e que deve, portanto, ser mantido e preservado.

Vê-se, portanto, a oportunidade de um projeto de sensibilização turística que, antes de capacitar, busca sensibilizar os atores da comunidade da Barra de Superagui através de uma experiência singular e genuína. Para tanto, devem ser realizadas dinâmicas e atividades que busquem relacionar os conceitos do turismo comunitário com o cotidiano dessa comunidade, com os seus saberes e fazeres e com a importância de cada um para o desenvolvimento participativo do turismo na região. As oficinas de sensibilização turística aqui propostas tem, portanto, o objetivo de integrar os atores da comunidade, bem como identificar seus desejos, valores e perspectivas, visto o interesse demonstrado em se trabalhar com o turismo de forma mais efetiva.

Ao se trabalhar conceitos de forma dinâmica e simplificada, abre-se espaço para trocas entre os atores da comunidade, no qual devem ser trabalhados também os conceitos de preservação, valorização patrimonial, coletividade, desenvolvimento participativo e pertencimento. Acredita-se que, diante da realidade identificada, um programa de sensibilização turística mostra-se a primeira etapa necessária para o desenvolvimento do turismo comunitário na região, visto os diversos cursos de

capacitação que já ocorreram e não tiveram continuidade.

Neste sentido, o diálogo, princípio de todas as oficinas propostas, abre espaço para discussões referentes a assuntos de interesse comum, estimula a fala intencional, a escuta ativa e acolhe as diversas opiniões existentes no grupo, gerando criação coletiva e respeito às individualidades de cada participante. Permitirá também que a própria comunidade possa, por interesse próprio, optar pelo tipo de turismo desejável, definindo os rumos e o direcionamento dos procedimentos para o desenvolvimento da sociedade local.

Neste contexto, o projeto de sensibilização turística poderá ressignificar os espaços através dos princípios do turismo comunitário e das expressões culturais da comunidade trabalhados durante as oficinas. Acredita-se também que a transmissão desses conceitos na escola é algo primordial, tanto para a valorização de sua cultura e patrimônio, quanto para a possibilidade dessa geração trabalhar com outras atividades além da pesca.

Ressalta-se que o intuito do presente projeto é ser sucedido pela própria comunidade, visto que até hoje nenhuma ação nesse sentido foi implantada no local e, desta forma, as ações propostas serão uma forma de iniciá-lo, uma vez que o desenvolvimento participativo e sustentável de um local só pode ser atingido através do engajamento da comunidade.

REFERÊNCIAS

BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. In: BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARD, M. (Org.). **Turismo para quem?** Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Cap. 1. p. 76-92.

BELTRÃO, O. **Turismo**: a indústria do século XXI. Osasco: Novo Século, 2001.

BENI, M. Um outro turismo é possível? – a recriação de uma nova ética. In: MOESCH, M.; GASTAL, S. (Orgs.). **Um outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 11-24.

BETTI, P. **Turismo de base comunitária e desenvolvimento local em unidades de conservação**: estudo de caso na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e no Parque Nacional do Superagui. 195 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

BOORSTIN, D. **The Image**: a guide to pseudo-events in America. New York: Vintage Books, 1992.

BRASIL. **Decreto nº 97.688, de 25 de abril de 1989**. Cria, no Estado do Paraná, o Parque Nacional do Superagui, e dá outras providências. Disponível em: <<http://goo.gl/WylxUd>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

BRASIL. **Normativa nº 189, 23 de setembro de 2008**. Discute o período de defeso do camarão nas regiões sudeste e sul do Brasil. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br>> Acesso em: 30 de set. 2017

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para visitação em unidades de conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). **Estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental para o Terminal de Contêineres de Pontal do Paraná**. IBAMA, 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). **Parque Nacional do Superagui**. [20--]. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br>>. Acesso em: 30 set. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. **Diretrizes para visitação em unidades de conservação.** 2006. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/_arquivos/livro.pdf>. Acesso em: 12 maio 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Serviço Florestal Brasileiro. **Coletoras de cataia recebem apoio para produzir bebida sustentavelmente.** SFB, 03 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.florestal.gov.br/ultimas-noticias/756-coletoras-de-cataia-recebem-apoio-para-produzir-bebida-sustentavelmente>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Brasil recebeu 6,6 milhões de turistas estrangeiros em 2016.** 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/turismo/2017/01/brasil-recebeu-6-6-milhoes-de-turistas-estrangeiros-em-2016>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. Embratur. **Quem somos.** Disponível em: <http://www.embratur.gov.br/lai_embratur_secom/opencms/menu/embratur/quemso-mos.html>. Acesso em: 06 abr. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Municípios são agrupados em cinco categorias.** 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/5405-municipios-turisticos-brasileiros-sao-agrupados-em-cinco-categorias.html>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo; SEBRAE Nacional; ICMBIO; ABETA. **Fomento ao turismo em parques nacionais e entorno:** manual de orientações metodológicas. 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Decreto nº 7.994, de 24 de abril de 2013.** Plano Nacional de Turismo 2013-2016. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=86>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro.** 2016. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/sem-categoria/5854-categorizacao-dos-municipios-das-regioes-turisticas-do-mapa-do-turismo-brasileiro.html>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro.** 2009. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/noticias/todas_noticias/Noticias_download/13.11.09_Pesquisa_Hxbitos_2009.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Módulo Operacional 1: Sensibilização do Programa de Regionalização do Turismo. Roteiros do Brasil.** Brasília, DF, 2007

BRASIL. Ministério do Turismo. **Política Nacional de Turismo.** 2008

_____. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Diretrizes Operacionais.** Brasília, 2004.

BORDENAVE, Juan e Diaz. **O Que É Participação.** São Paulo: Brasiliense, 1983. 104 p.

COELHO, K. da S. **Entre Ilhas e Comunidades:** Articulações políticas e conflitos socioambientais no Parque Nacional do Superagui. 2014. 168 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

COOPER, C. **Turismo:** princípios e práticas. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

Congresso Nacional. **Manual de Emendas Orçamento da União para 2018.** Brasília: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, 2017. 139 p.

CORAZZA, A. P. **Percepção da paisagem e do ecoturismo na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

COSTA, E. P. **Técnicas de dinâmica:** facilitando o trabalho com grupos. 2. ed. Rio de Janeiro: WAK, 2003.

CRUZ, R. de C. A. da. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Cap. 1. p. 92-107.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Em Turismo.** São Paulo: Futura, 1998. 286 p.

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo.** 4 ed. São Paulo: Futura, 2000

DUTRA, W. A. V. Turismo é. **Revista de Turismo.** Dez. 2003. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/materiasespeciais/turismoe.html>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

DYSARZ, C. M. Superagui: uma colônia do Paraná provincial que deitou raízes na experiência da lavoura paulista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH-SP, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300641319_ARQUIVO_Supera guiSimposioHistoria.pdf>. Acesso em: 13 maio 2017.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research**. New York: Aldine de Gruyter, 1967.

GRANDELLE, R. Brasil tem perda bilionária em setor turístico. **O Globo**. 15 jul. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/brasil-tem-perda-bilionaria-em-setor-turistico-9021526>> . Acesso em: 12 mar. 2017.

GOMES, Mariana Selister et al. Turismo Cultural, Educação Patrimonial e Cidadania: Uma Experiência entre Universidade, Escola e Museu Em Sergipe. **Rosa dos Ventos**, [s. L.], v. 7, n. 3, p.459-470, set. 2015.

HANAI, Frederico Yuri; ESPÍNDOLA, Evaldo Luiz Gaeta. **Programa de Sensibilização Sustentável do Turismo: Uma Proposta Para Envolvimento e Participação de Comunidades Locais**. Turismo em Análise, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 4-24, 2011.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Os Sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois: Princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil 2003-2010**. Brasília: Ministério da Cultura/Iphan, 2010.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Texto Descritivo Completo – Fandango Caiçara: Expressões de um Sistema Cultural, elaborado pela Associação Cultural Caburé, dezembro de 2011**. IPHAN. Autos do processo de registro do Fandango Caiçara nº 01450.014268/2008-59.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 2009, p. 108-121.

KO, T.G. **Development of a tourism sustainability assessment procedure: a conceptual approach**. Tourism Management, Elsevier, London, n.26, p.431-445, 2005.

KRIPPENDORFF, K. **Content analysis: an introduction to its methodology**. London: Sage Publications, 1980.

LADEIRA, M. I. **Os Índios Guarani e as Ilhas do Paraná**. Centro de Trabalho Indigenista, 1990. Relatório técnico.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEUZINGER, M. D. **Natureza e cultura: direito ao meio ambiente equilibrado e direitos culturais diante da criação de unidades de conservação de proteção integral e domínio público habit.** 2007. 357 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) — Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas.** São Paulo: Aleph, 2008.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.** 3. Ed. São Paulo: ATLAS, 1996.

MAGALHÃES, C. F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios.** São Paulo: Roca, 2002.

MEDEIROS, R.; IRVING, M. de A.; GARAY, I. Áreas protegidas no Brasil: interpretando o contexto histórico para pensar a inclusão social. In: IRVING, M. de A. (Org.) **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos caminhos.** Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006.

MEDEIROS, R.; YOUNG, C. E. F.; PAVESE, H. B.; ARAÚJO, F. F. S. **Contribuição das unidades de conservação para a economia nacional: Sumário Executivo.** Brasília: UNEP-WCMC, 2011.

MILITÃO, A.; MILITÃO, R. **Jogos, dinâmicas e vivências grupais: como desenvolver sua melhor “técnica” em atividades grupais.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000. 248p. 7. .reimp.

MINARI, Marina de Lima; RABINOVICI, Andrea. Diálogo, participação e projetos de turismo com comunidades em Unidades de Conservação na Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 7, n. 1, p.44-66, abr. 2014.

MINISTÉRIO DO TURISMO (Brasília). **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: Desafio para a formulação de política pública.** 2010.

NETTO, A. P.; TRIGO, L. G. G. **Cenários do turismo brasileiro.** São Paulo: Aleph, 2009 (Série Turismo).

NIEFER, I. A. **Análise do Perfil dos Visitantes das Ilhas do Superagui e do Mel: Marketing como instrumento para um turismo sustentável.** 2002. 237 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Florestais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

OLIVEIRA, Vânia Beatriz Vasconcelos de; SILVA, Rosana Maria Passos. **Técnicas de comunicação aplicadas em oficinas de sensibilização para gestão ambiental, em comunidades ribeirinhas do Rio Madeira, Porto Velho-RO.** Porto Velho: Embrapa, 2005. 25 p.

PARANÁ. Conselho de Turismo. **Plano de Turismo do Estado do Paraná: 2012-2015.** 2012. Disponível em: <http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/PlanoTurismo_Completo.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2017.

PARANÁ. Lei nº 15.973, de 13 de novembro de 2008. Estabelece a Política de Turismo do Paraná, conforme especifica e adota outras providências. **Diário Oficial nº. 7849**, Curitiba, PR, 13 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=864>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

PARANÁ. Lei nº 9.513, de 20 de novembro de 1997. Amplia os limites do Parque Nacional do Superagui. **Decreto nº 97.688**, de 25 de abril de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9513.htm>. Acesso em: 15 abr. 2017.

PARANÁ. Paraná Turismo. **Orientações para envio de projetos.** 2017. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=708>>. Acesso em: 15 out. 2017.

PARANÁ. Prefeitura de Guaraqueçaba. **Horários de Barco.** 2017. Disponível em: <<https://www.guaraquecaba.pr.gov.br/index.php?meio=618>>. Acesso em: 30 set. 2017.

PARANÁ. Secretaria de turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável: Polo Turístico do Litoral Paranaense.** 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/PARANA/PDTIS_LITORAL_PARANAENSE.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2017.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Turismo. **Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável: Polo Turístico do Litoral Paranaense.** 2015. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/PARANA/PDTIS_LITORAL_PARANAENSE.pdf>. Acesso em: 14 maio 2017.

Paraná Turismo. **Estatísticas do Turismo.** Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=690>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

PARANÁ. Turismo. **Estudo Estatístico: 20 anos de turismo.** 2014. Disponível em: <http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/Parana_Estudo_Estatistico_20_anos_Turismo__1.pdf>. Acesso em: 12 maio 2017

PARANÁ. Ministério do Turismo. Secretaria de Estado do Turismo. **Região Turística: Litoral do Paraná em Dados.** 2008. Disponível em: <http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/estatisticas_2012/Litoral_2000_2006.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2017.

SALVADOR, M.C. C.; PEDROSO, R.; BASTOS, F. B. Projeto de turismo de base Comunitária: comunidade tradicional do Bonete, Ilhabela (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 5, p. 1052-1071, 2013.

SALVATI, S. S. Planejamento do ecoturismo. In: MITRAUD, S. (Org). **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF, 2003, p. 33-88.

SALVATI, S. S. Planejamento do ecoturismo. In: MITRAUD, S. (Org). Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF, 2003, p. 33-88.

SALVATI, S.S. O WWF Brasil e o Turismo Responsável. Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável. Publicação do Programa de Turismo e Meio Ambiente do WWF-Brasil. Brasília: WWF Brasil, 2003.

Secretaria de Orçamento Federal. **Orçamento Cidadão: Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2018**. Brasília, 2017. 47p.

SEBRAE. **08 Passos Para Encantar os Turistas no Atendimento**. Brasília: Sebrae, 2016. 25 p.

SENKOVSKI, A. Justiça: pescadores de Superagui devem ter acesso a elaboração de plano de manejo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/justica-pescadores-de-superagui-devem-ter-acesso-a-elaboracao-de-plano-de-manejo-7qlxlpbek61fj2i13i8a8msa>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: Conceitos e Impacto Ambiental**. São Paulo: Aleph, 2000.

TAKAHASHI, L. Uso público em unidades de conservação. **Cadernos de Conservação**, out. 2004. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.

TRIBE, J. The indiscipline of tourism. **Annals of Tourism Research**, v.24, n.4. p. 638-657, 1997.

Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. 501 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 9788561012014 (broch.).

UNWTO. Organização Mundial de Turismo. **Tourism Highlights: 2016 edition**. 2016. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/images/pdf/estatisticas_indicadores/UNTWO_Tourism_Highlights_2016_Edition.pdf>. Acesso em: 13 maio 2017.

VIVEKANANDA, Guadalupe. **Parque Nacional do Superagui: A presença humana e os objetivos de conservação**. 130 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) - Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

World Travel & Tourism Council. **Travel & Tourism: Economic Impact 2016 World**. 2016. Disponível em: <https://www.wttc.org/-/media/files/reports/economic_impact_research/regions_2016/world2016.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Roteiro de entrevista para pesquisa de campo com a comunidade da Ilha de Superagui.....	122
APÊNDICE 2- Roteiro de entrevista para pesquisa de campo com proprietários de empreendimentos turísticos da Ilha de Superagui.....	123
APÊNDICE 3 – Modelo Certificação Final do Projeto.....	124
APÊNDICE 4 – Modelo Folder.....	125
APÊNDICE 5 – Modelo Banner.....	126
APÊNDICE 6 – Modelo Placa Informativa.....	127
APÊNDICE 7 – Mapa Parque Nacional do Superagui.....	128
APÊNDICE 8 – Fotos Ilha do Superagui.....	129

APÊNDICE 1 - Roteiro de entrevista para pesquisa de campo com a comunidade da Barra do Superagui

1. O que você acha do turismo na Barra de Superagui? Você sabe o que é o turismo comunitário?
2. Você trabalha ou tem algum contato com o turismo?
3. Na sua visão, quais os principais problemas na visitação turística da Barra de Superagui?
4. Você considera a Barra de Superagui um atrativo turístico? Quais pontos você destaca na Barra com maior potencial turístico?
5. Na sua opinião, quais os principais problemas para o desenvolvimento do turismo?
6. Você acha que o turismo é uma atividade importante para a Barra de Superagui, e acha que a atividade pode impactar de alguma forma sobre a região?
7. Você vê o turismo como um meio de desenvolvimento econômico na Ilha de Superagui?
8. Existe apoio de órgãos públicos para as demandas da região?
9. Existem problemas para a prática do turismo e outras atividades na região?
10. Que ações você pensa que poderiam ser tomadas para aumentar o número de turistas na baixa temporada?
11. Você acha que o turismo pode melhorar a qualidade de vida da comunidade de Superagui?
12. Que iniciativas você proporia para melhorar desenvolvimento do turismo na região?
13. Como funciona a Associação dos Moradores aqui? Você participa?
14. A comunidade costuma desenvolver atividades em conjunto?

APÊNDICE 2 - Roteiro de entrevista para pesquisa de campo com proprietários de empreendimentos turísticos da Barra do Superagui

1. O que você acha do turismo na Barra de Superagui? Você sabe o que é o turismo comunitário?
2. Você recebe alguma ajuda no gerenciamento do seu empreendimento?
3. Quais são os períodos que a Barra mais recebe turistas?
4. Na sua visão, quais os principais problemas na visitação turística da Barra de Superagui?
5. Na sua opinião, quais os principais problemas para o desenvolvimento do turismo?
6. Você acha que o turismo é uma atividade importante para a Barra de Superagui, e acha que a atividade pode impactar de alguma forma sobre a região?
7. Existe apoio de órgãos públicos para as demandas da região?
8. Existem problemas para a prática do turismo e outras atividades na região?
9. Existe um período de sazonalidade na Barra de Superagui entre a alta e a baixa temporada. Que ações você pensa que poderiam ser tomadas para aumentar o fluxo de turistas na baixa temporada?
10. Que ações você pensa que poderiam ser tomadas para aumentar o número de turistas na baixa temporada?
11. Você acha que o turismo pode melhorar a qualidade de vida da comunidade de Superagui?
12. Qual o tipo de clientes que frequenta o seu estabelecimento?
13. Os empreendedores daqui conversam entre si ou desenvolvem ações em conjunto?
14. Como funciona a Associação dos Moradores aqui? Você participa?

APÊNDICE 3 – Modelo Certificação Final do Projeto

CERTIFICADO	
CERTIFICAMOS QUE	_____
PARTICIPOU DO PROJETO DE SENSIBILIZAÇÃO TURÍSTICA	
REALIZADO NA ILHA DE SUPERAGUI-PR	
DATA	ASSINATURA
XX/XX A XX/XX	_____
OBRIGADA!	

APÊNDICE 4 – Modelo Folder

PROGRAMA DE SENSIBILIZAÇÃO TURÍSTICA
15 A 28 DE JULHO
PARTICIPE!

DATA: HORA: LOCAL:	Oficina "Conhecendo o outro"
DATA: HORA: LOCAL:	Oficina "Construção de conceitos"
DATA: HORA: LOCAL:	Oficina "Construindo com as próprias mãos"
DATA: HORA: LOCAL:	Oficina "Identificando nossos valores"
DATA: HORA: LOCAL:	Oficina "Saberes e Fazeres"
DATA: HORA: LOCAL:	Oficina "Interpretação Patrimonial"
DATA: HORA: LOCAL:	Oficina "Reconhecendo o espaço vivido"
DATA: HORA: LOCAL:	Oficina "Qual o meu sonho?"
DATA: HORA: LOCAL:	Oficina "Como posso participar?"

APÊNDICE 5 – Modelo Banner

PROGRAMA DE SENSIBILIZAÇÃO TURÍSTICA 15 A 28 DE JULHO

Oficinas, dinâmicas
e palestras sobre Turismo
Comunitário na Barra do
Superagui

PARTICIPE!



APÊNDICE 6 – Modelo de Placa Informativa

FOTO – MODELO DE PLACA INFORMATIVA FAZENDA VIRÁ



FONTE: A autora (2017)

FOTO – MODELO DE PLACA INFORMATIVA FAZENDA VIRÁ



FONTE: A autora (2017)

APÊNDICE 7 – Modelo Lixeira Seletiva com 4 divisórias

FOTO – MODELO LIXEIRA SELETIVA COM QUATRO DIVISÓRIAS



FONTE: A autora (2017)

APÊNDICE 8 – Fotos Barra do Superagui

FOTO – SEDE ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES



FONTE: A autora (2017)

FOTO – EMBARCAÇÃO TRAJETO PARANAGUÁ/SUPERAGUI



FONTE: A autora (2017)

FOTO – PLACA DE CASA DE MORADOR PRODUTOR DE CATAIA



FONTE: A autora (2017)

FOTO – BAR AKDOV MUSEU VIVO DO FANDANGO



FONTE: A autora (2017)

FOTO – SEGUNDA CASA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES



FONTE: A autora (2017)